

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 057/2026  
Data: 02/04/2026



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEM MAIS DE R\$ 5 BILHÕES DEPOSITADOS PARA INÍCIO DA OBRA .....	4
PORTO DE SANTOS AMPLIA EFETIVO PARA REFORÇAR FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO; VEJA AS NOVIDADES.....	5
STF RETOMA JULGAMENTO SOBRE LIMITES AMBIENTAIS PARA A FERROGRÃO .....	6
ESTIVADORES FAZEM PARALISAÇÃO E PASSEATA EM SANTOS CONTRA LEI QUE AMEAÇA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA .....	7
MEGACARGA DE 845 TONELADAS TEM OPERAÇÃO INÉDITA NAS RODOVIAS DE SÃO PAULO PARA CHEGAR AO PORTO .....	7
<b>ME – MOVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>8</b>
LULA ANUNCIA ANULAÇÃO DE LEILÃO DE GÁS E ATACA “BANDIDAGEM” NOS PREÇOS .....	8
FERTILIZANTES SOBEM 30% COM CONFLITO E ATINGEM CANA, UVA E MANGA EM PE .....	9
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>11</b>
FUNDO DA MARINHA MERCANTE APROVA R\$ 409,7 MILHÕES PARA A INDÚSTRIA NAVAL NO AMAZONAS.....	11
MINISTÉRIO ARTICULA AÇÕES PARA GARANTIR PROTEÇÃO E SEGURANÇA A MULHERES NO SETOR PORTUÁRIO.....	12
LICITAÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DA IP4 DE PARINTINS (AM) TÊM INVESTIMENTO ESTIMADO EM R\$ 51,3 MILHÕES .....	13
AEROPORTO DE BRASÍLIA PASSARÁ POR NOVO LEILÃO E CONCESSIONÁRIA VENCEDORA ASSUMIRÁ OUTROS 10 AEROPORTOS REGIONAIS.....	14
GOVERNO FEDERAL ABRE PROPOSTAS PARA DRAGAGEM DA LAGOA MIRIM (RS) COM INVESTIMENTO ESTIMADO DE R\$ 52,7 MILHÕES.....	15
TOMÉ FRANCA ASSUME MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS COM FOCO EM INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA E INOVAÇÃO .....	16
TOMÉ FRANCA ASSINA TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZA LICITAÇÃO DE OBRAS NO AEROPORTO DE BARRA DO CORDA (MA).....	17
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF</b> .....	<b>19</b>
RENAN FILHO DEIXA MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APÓS CICLO DE AVANÇOS NA INFRAESTRUTURA; GEORGE SANTORO ASSUME A PASTA .....	19
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ANUNCIA PACOTE DE OBRAS E DESTINA R\$ 875 MILHÕES PARA RODOVIAS NO ACRE .....	20
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>22</b>
EDITORIAL – AGENDA DA CONTINUIDADE.....	22
INSIGHT – PLANEJAMENTO - OIT-169: REGULAMENTAÇÃO JÁ! .....	23
POLÍTICA - FARIA LIMA DEVE ESTAR BRAVA COM EDUCAÇÃO PARA POBRES, DIZ LULA .....	26
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	27
<i>Novo secretário-executivo</i> .....	27
<i>O padrinho</i> .....	27
<i>Produção recorde</i> .....	27
<i>Petróleo e gás</i> .....	27
<i>A participação da Petrobras</i> .....	27
POLÍTICA - 6X1: GOVERNO VAI ENVIAR PL EM REGIME DE URGÊNCIA.....	27
POLÍTICA - RODRIGO PACHECO SE FILIA AO PSB DE OLHO NO GOVERNO DE MG.....	28
POLÍTICA - JORGE MESSIAS PREGA SEPARAÇÃO DOS PODERES .....	29
POLÍTICA - RELATOR DA SABATINA NO SENADO SERÁ WEVERTON ROCHA, ALVO DE OPERAÇÃO DA PF .....	30
TRANSPORTES – RENAN FILHO DEIXA TRANSPORTES PARA DISPUTAR GOVERNO DE ALAGOAS.....	31
TRANSPORTES - PORTOS E AEROPORTOS – TOMÉ QUER PORTOS MAIS ÁGEIS, AEROPORTOS REGIONAIS E HIDROVIAS CONSOLIDADAS .....	32
TRANSPORTES - PORTOS - SUAPE RECEBE COMITIVA DO PORTO DE ANTUÉRPRIA-BRUGES.....	33
TRANSPORTES - PORTOS - OPERAÇÃO TRANSPORTA TRANSFORMADOR AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO .....	34
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DO PECÉM RECEBE 92 PRODUTOS CHINESES INÉDITOS .....	35
TRANSPORTES - PORTOS - CODEBA ASSINA CONTRATO E GARANTE RETOMADA DA DRAGAGEM EM ITAJAÍ .....	36
TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE ILHÉUS AMPLIA RECEITA E MOVIMENTA 49 MIL TONELADAS NO BIMESTRE.....	37
BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2026 .....	38
BRASIL EXPORT - BAHIA EXPORT DESTACA POTENCIAL MINERAL E DISCUTE EXPANSÃO DA ATIVIDADE NO ESTADO .....	38
LOGÍSTICA - OPINIÃO – ESTRATÉGIA - A LOGÍSTICA DA PÁScoa.....	39
TRANSPORTES - AVIAÇÃO – ALTA DO QVA TERÁ CONSEQUÊNCIAS SEVERAS, DIZ ABEAR .....	40
TRANSPORTES - AVIAÇÃO – PETROBRAS VAI PARCELAR O REAJUSTE PARA MINIMIZAR IMPACTOS .....	41
PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS MIRA BRASIL AUTOSSUFICIENTE EM DIESEL.....	42
PETRÓLEO E GÁS – GOVERNO ESTIMA IMPACTO FISCAL DE ATÉ R\$ 4 BI COM SUBVENÇÃO .....	43



PETRÓLEO E GÁS – CNPE TRAÇA META DE REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES .....	44
PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS QUER ANTECIPAR DESCOMISSIONAMENTO DE PLATAFORMAS .....	45
AGRONEGÓCIO - ANDRÉ DE PAULA ASSUME AGRICULTURA APÓS SAÍDA DE FÁVARO .....	45
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - NASA LANÇA ARTEMIS II E RETOMA MISSÕES TRIPULADAS À ÓRBITA DA LUA .....	46
FINANÇAS - CESTA CAI 5,73%, MAS ITENS DE PÁSCOA SOBEM .....	47
FINANÇAS - IBOVESPA TEM LEVE ALTA, PERTO DOS 188 MIL PONTOS; DÓLAR CAI .....	48
JUSTIÇA - STF ANALISA QUEBRA DE SIGILO DE PESQUISAS NO GOOGLE .....	49
JUSTIÇA - SUPREMO NEGA AÇÕES E MANTÉM PRIVATIZAÇÃO DA SABESP .....	50
JUSTIÇA - MORAES NEGA TER VIAJADO EM AVIÕES DE VORCARO .....	50
JUSTIÇA - DEPOIMENTO DE EDUARDO BOLSONARO ESTÁ MARCADO PARA DIA 14 .....	51
JUSTIÇA - “NÃO VOU ME CURVAR A NENHUM TIPO DE INJUSTIÇA” .....	52
JUSTIÇA - PF MIRA ESQUEMA DE VENDA DE SENTENÇAS NO TJ DO MARANHÃO .....	53
JUSTIÇA – OPINIÃO – DIREITO - DRAGAGEM PORTUÁRIA: INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA ELEVAR A COMPETITIVIDADE DO BRASIL .....	53
INTERNACIONAL – DESAPROVAÇÃO A TRUMP BATE RECORDE: 66% .....	55
INTERNACIONAL – FUTURO DE ORMUZ SERÁ DECIDIDO EM PARCERIA COM OMÃ, DIZ IRÃ .....	56
<b>JORNAL O GLOBO – RJ .....</b>	<b>57</b>
LULA DIZ QUE PETROBRAS VAI ANULAR LEILÃO QUE ELEVOU PREÇO DO GÁS DE COZINHA .....	57
TRUMP MANTÉM TARIFA DE 50% SOBRE METAIS, MAS FLEXIBILIZA REGRAS PARA PARTE DOS PRODUTOS .....	58
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE 0,9% EM FEVEREIRO, SEGUNDA TAXA POSITIVA CONSECUTIVA .....	59
CORREIOS TERÃO QUE FAZER NOVO PDV E CONTINUAR A REESTRUTURAÇÃO .....	60
BRB MARCOU DATA FINAL PARA A CAPITALIZAÇÃO DO BANCO. VEJA QUAL .....	60
AS IDEIAS DO NOVO MINISTRO DA FAZENDA .....	61
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP .....</b>	<b>62</b>
GOVERNO LULA DECIDE ENVIAR AO CONGRESSO PROJETO DE LEI PRÓPRIO SOBRE FIM DA ESCALA 6X1 .....	62
AGRISHOW: COM PETRÓLEO INSTÁVEL, APOSTA É EM MÁQUINAS MOVIDAS A BIOCOMBUSTÍVEIS .....	63
PETROBRAS ANUNCIA MEDIDAS PARA REDUZIR IMPACTO DO AUMENTO DE 54,8% NO PREÇO DO QUEROSENE DA AVIAÇÃO ...	65
<b>VALOR ECONÔMICO (SP) .....</b>	<b>66</b>
EUA ACUSAM CHINA DE ASSEDIAR NAVIOS COM BANDEIRA DO PANAMÁ .....	66
PORTO RUSSO DE PRIMORSK PERDEU 40% DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO APÓS ATAQUES, SEGUNDO IMAGENS DE SATÉLITE .....	67
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS .....</b>	<b>68</b>
SANTOS BRASIL ANUNCIA ABERTURA DE ESCRITÓRIO EM CAXIAS DO SUL PARA AMPLIAR PRESENÇA NO SUL DO PAÍS .....	68
IMO COBRA ESFORÇOS PARA RETIRADA DE 20 MIL MARINHEIROS E NAVIOS RETIDOS EM ORMUZ .....	69
ENTIDADES E EMPRESAS DE ENERGIA LANÇAM 'COALIZÃO EÓLICA MARINHA' .....	69
FORNECEDORAS GARANTEM TER CAPACIDADE PARA ABASTECER PORTOS DOS EUA COM METANOL .....	70
MAGDA CONFIRMA SBM COMO VENCEDORA DA LICITAÇÃO DOS FPSOs DE SEAP .....	71
CNPE APROVA DIRETRIZES SOBRE APROVEITAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFFSHORE .....	72
PETROBRAS ESTUDA ANTECIPAR RETIRADA DE PLATAFORMAS MADURAS .....	72
PRODUÇÕES DE PETRÓLEO E DE GÁS BATEM NOVO RECORDE EM FEVEREIRO .....	74
ONE APLICA SOBRETAXA DE COMBUSTÍVEL AO TRANSPORTE TERRESTRE DE SUAS OPERAÇÕES NA AL .....	74
FMC REJEITA PEDIDO DE ARMADORES SOBRE REDUÇÃO DO PRAZO DE NOTIFICAÇÃO SOBRE AUMENTOS DE TARIFAS .....	75
GOVERNO ABRE PROPOSTAS PARA DRAGAGEM DA LAGOA MIRIM, NO RS .....	75
CONVÊNIO ENTRE ABEEMAR E APEX MIRA ATRAIR INVESTIMENTOS PARA SETOR NAVAL E OFFSHORE .....	76
VAST REALIZA 1ª OPERAÇÃO DE TRANSBORDO DE PETRÓLEO DA EXXONMOBIL NO BRASIL .....	76
GRUPO NÁUTICA E IPT FAZEM PARCERIA PARA DESENVOLVIMENTO DE EMBARCAÇÃO COM AUTOSSUFICIÊNCIA DE HIDROGÊNIO .....	77
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>78</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM .....	78



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TEM MAIS DE R\$ 5 BILHÕES DEPOSITADOS PARA INÍCIO DA OBRA

Governo de São Paulo e Autoridade Portuária de Santos dizem que os R\$ 2,64 bilhões de cada um já estão disponíveis em contas específicas conforme previsto

**Por Ted Sartori 2 de abril de 2026**



***Túnel imerso terá 1,5 quilômetro de extensão, sendo 870 metros sob o canal de navegação do Porto de Santos. Início das obras é previsto para 2027, com entrega em 2031 (Alexander Ferraz/Arquivo AT)***

O Governo do Estado afirma que fez na terça-feira o depósito de R\$ 2,64 bilhões referente à metade do aporte público para a obra do túnel imerso Santos-Guarujá, cujo total é de R\$ 5,2 bilhões. A informação foi dada pela Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI).

Em nota, a secretaria diz que o projeto “segue conforme o cronograma previsto no contrato de concessão, assinado em 28 de janeiro de 2026. As obrigações relativas ao aporte público seguem o cronograma e as condições estabelecidas no contrato de concessão”.

A SPI acrescenta que “a abertura de crédito suplementar publicada no Diário Oficial assegura a disponibilidade orçamentária dos recursos e integra o fluxo regular de execução financeira do projeto”. A publicação aconteceu em 20 de março. “No âmbito do financiamento, o Estado de São Paulo já teve o cumprimento dos requisitos técnicos reconhecido pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, avançando para a etapa final de formalização da operação”, completa.

Os outros 50% são de responsabilidade do Governo Federal, via Autoridade Portuária de Santos (APS). Em nota, a gestora do Porto informa que os recursos “já se encontram devidamente disponíveis em conta corrente específica, garantindo a segurança financeira necessária à execução do projeto”.

O dinheiro está em uma espécie de “conta-garantia”, separado do caixa geral da APS. O presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini, e o ex-ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinaram um papel timbrado comprovando a importância depositada e mostraram aos convidados e à imprensa. O ato foi em 19 de março, quando houve o lançamento da pedra fundamental do prédio da Polícia Federal, que será erguido na Ponta da Praia. “O valor está sendo atualizado e, assim que o Tribunal de Contas da União (TCU) liberar, aprovando a governança, ele será transferido para uma outra conta e poderá ser utilizado a partir de março do ano que vem, já pela empresa (Mota-Engil, por intermédio da TSG Concessionária) que fará a construção”, explicou, na ocasião, Pomini.

#### Em andamento

Em 18 de março, o TCU determinou que a APS não poderá realizar qualquer aporte de recursos federais no âmbito da parceria público-privada (PPP) do túnel até que haja uma melhoria na governança da gestão dos recursos. A Corte de Contas quer a comprovação da regularidade da governança do aporte federal ao projeto. Também deverá ser apresentado no prazo de 30 dias - já em curso - o instrumento jurídico formalizando essa questão, que deverá ser assinado pelas partes envolvidas (Governo do Estado e APS, no mínimo), segundo o acórdão.

Pomini explicou, no último dia 19, que o Governo do Estado iria compartilhar a minuta do contrato com a APS. Se houver concordância com o que consta, a empresa pública federal assinará. Caso contrário, serão feitas modificações para que a APS firme em conjunto como anuentes e intervenientes e, desta forma, o valor poderá ser liberado.

O compromisso, firmado em 28 de janeiro, havia deixado de fora a Autoridade Portuária e o Ministério de Portos e Aeroportos. “Como nós não assinamos o contrato, e esse foi o nosso pedido desde o início, para nós não tem validade. Agora, com essa recomendação e orientação do Tribunal de Contas, passa a ser”, afirmou Pomini.

Sobre o assunto, a APS informa que, “paralelamente, o modelo de governança proposto pelo Porto de Santos ao TCU avança de forma consistente, em tratativas construtivas com o Governo do Estado”, acrescentando que, “nesse contexto, cumpre destacar que o cronograma da obra permanece integralmente mantido, sem qualquer prejuízo às etapas previstas para a sua implementação”.

Já a SPI explica que “as tratativas com a APS seguem em andamento, em atendimento às determinações dos órgãos de controle”.

### O que diz o contrato

A cláusula 12 do contrato de “concessão patrocinada dos serviços públicos de construção, operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do túnel imerso Santos-Guarujá” prevê que, em até 60 dias, contados da assinatura do compromisso, será depositado, pelo Governo Federal, “na conta de custeio federal” o valor de R\$ 2,64 bilhões. Também é previsto que, na hipótese de não haver sido depositada a parte federal, o Estado poderá realizar o depósito ou financiamento do valor correspondente ao custeio federal, tendo 40 dias, contados do encerramento do prazo de 60 dias, “para adotar as providências necessárias”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 02/04/2026*

## PORTO DE SANTOS AMPLIA EFETIVO PARA REFORÇAR FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO; VEJA AS NOVIDADES

Autoridade Portuária forma novos agentes e aumenta segurança viária

**Por *ATribuna.com.br* 2 de abril de 2026**



**Com o reforço, número de agentes na função passará de 142 para 222, uma ampliação de 56,3% no efetivo (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)**

A Autoridade Portuária de Santos (APS) prepara 80 novos guardas portuários para atuarem na fiscalização de trânsito no perímetro do cais santista. Atualmente, a Guarda Portuária (GPort) conta com 142 agentes na função. Com o reforço, chegará a 222, ampliação de 56,3% no efetivo.

Os profissionais atuarão na organização e segurança viária das perimetrais e vias internas do Porto de

Santos, garantindo a fluidez necessária para as operações do maior complexo portuário do Brasil.

Na semana passada, 40 guardas terminaram o curso de formação. Com carga horária de 200 horas, a capacitação cumpre a exigência legal para o exercício da função.

O curso foi ministrado pela Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob) do Guarujá em conjunto com o Setor de Trânsito da GPort. Uma segunda turma de instrução, com outros 40 guardas, já iniciou o curso na última segunda-feira.

Os 80 novos integrantes da GPort tiveram a formatura e ingressaram na corporação em fevereiro deste ano. Eles foram aprovados em todas as fases do concurso público iniciado em 2024. Trata-se de um reforço de 30,5% no efetivo da corporação, que conta com 342 agentes. Antes, eram 262.

“A presença de agentes de trânsito capacitados é fundamental para a logística do Porto de Santos, que possui cerca de 45 quilômetros de vias públicas em sua área de jurisdição. Além da segurança pública, do controle de acessos e do patrulhamento marítimo, a Guarda Portuária exerce o papel de Autoridade de Trânsito na Poligonal do Porto Organizado”, explica a APS, em nota.

A Guarda Portuária em apoio à Marinha e à Polícia Federal no policiamento ostensivo, além de atuar na prevenção e no combate a incêndios.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 02/04/2026**

## STF RETOMA JULGAMENTO SOBRE LIMITES AMBIENTAIS PARA A FERROGRÃO

Corte analisa lei que viabiliza ferrovia estratégica para escoamento agrícola

**Do Estadão Conteúdo 2 de abril de 2026**



### **Ferrogrão: escoamento da produção agrícola pelo Arco Norte (Divulgação)**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, marcou para a próxima quarta-feira a retomada do julgamento da norma que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, para comportar os trilhos da Ferrogrão. O caso está em terceiro lugar na pauta. Até o momento, o placar está em 2 a 0 para liberar o projeto.

O julgamento começou em outubro do ano passado, mas foi suspenso por um pedido de vista do ministro

Flávio Dino. Ele liberou o caso para análise no final de fevereiro.

O relator, Alexandre de Moraes, votou para declarar a constitucionalidade da lei que abre espaço para a ferrovia. O ministro entendeu que “não há nenhum perigo de dano ambiental iminente” em liberar o projeto, que ainda está condicionado ao licenciamento ambiental.

“Não está em julgamento a implementação da ferrovia, mas sim a desafetação (da área protegida) para que sejam realizados os estudos”, ponderou o ministro. Moraes foi acompanhado pelo ministro Luís Roberto Barroso.

Com 933 quilômetros de extensão, a Ferrogrão foi concebida para transformar o escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste pelo Arco Norte.

A integração entre ferrovia e hidrovia, a partir do terminal de Miritituba (PA), cria um corredor logístico mais eficiente, reduz custos de transporte e diminui significativamente a pressão sobre a BR-163, uma das principais rotas rodoviárias do País.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 02/04/2026**

### ESTIVADORES FAZEM PARALISAÇÃO E PASSEATA EM SANTOS CONTRA LEI QUE AMEAÇA CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA

Trabalhadores protestam com paralisação por 12 horas  
*Da A Tribuna.com.br 1 de abril de 2026*

Os trabalhadores iniciaram a manifestação em frente à sede da APS (Alexsander Ferraz/AT) Estivadores do Porto de Santos fizeram nesta quarta-feira (1) mais uma paralisação parcial de 12 horas (tempo máximo permitido pela Justiça) em defesa da exclusividade na contratação dos trabalhadores avulsos nos portos. O fim desse modelo de contratação é previsto no Projeto de Lei (PL) 733/2025, que vai revisar pontos da Lei dos Portos, de 2013.

Os trabalhadores iniciaram a manifestação às 8 horas em frente à sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), no Macuco, seguindo em passeata pelas ruas da Cidade até a Prefeitura, no Centro.

Os estivadores prometeram fazer paralisações e protestos todas as quartas-feiras, até a apresentação do relatório final do projeto pelo deputado federal Arthur Maia (União-BA), que é o relator e já disse ser contra a exclusividade. O texto deve ser apresentado em 10 de abril.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*  
*Data: 01/04/2026*

### MEGACARGA DE 845 TONELADAS TEM OPERAÇÃO INÉDITA NAS RODOVIAS DE SÃO PAULO PARA CHEGAR AO PORTO

Equipamento percorreu mais de 200 km, com destino à Arábia Saudita  
*Da A Tribuna.com.br 1 de abril de 2026*



*O transformador tem cerca de 10,7 metros de comprimento, 4,52 metros de largura e 4,92 metros de altura (Maurício Taboni)*

Uma operação logística incomum mobilizou concessionárias e equipes técnicas para transportar um transformador de 845 toneladas proveniente de Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, ao Porto de São Sebastião, no litoral norte paulista. A previsão de chegada ao terminal é nesta quarta-feira (1º). O equipamento

será embarcado com destino à Arábia Saudita.

É a primeira vez que uma carga desse porte percorre todo o trajeto, incluindo o contorno sul da Tamoios. Para viabilizar a operação, foram realizados estudos prévios de engenharia e adotadas medidas operacionais ao longo do percurso.

O deslocamento, feito ao longo de vários dias e sempre à noite, exigiu bloqueios temporários, intervenções em pedágios e planejamento específico para permitir a passagem do conjunto, de grandes dimensões.

O transformador tem cerca de 10,7 metros de comprimento, 4,52 metros de largura e 4,92 metros de altura. Transportado em uma estrutura especial, o conjunto atingiu aproximadamente 138 metros de extensão.

Na rodovia dos Tamoios, a passagem ocorreu em três etapas: pelo trecho de planalto, entre os quilômetros 11,5 e 54; pela Serra Nova, com interdições programadas em túneis e desvio do tráfego; e, por fim, pelo contorno sul até o porto.

Para o presidente do Porto de São Sebastião, Ernesto Sampaio, a operação demonstra a capacidade do terminal para receber cargas de grande porte. “Temos infraestrutura e localização estratégica para atender esse tipo de demanda com segurança e eficiência”, afirmou.

### Infraestrutura

A operação evidencia a importância de investimentos em infraestrutura para viabilizar o transporte de cargas especiais e ampliar a competitividade logística. Nesse contexto, projetos em andamento no porto buscam justamente dar suporte a operações desse tipo.

Um deles é o novo acesso viário ao Porto de São Sebastião, obra do governo estadual que está em fase final de execução. Com investimento de mais de R\$ 51 milhões, a ligação criará uma rota direta entre as rodovias e o cais, permitindo que caminhões acessem o terminal sem passar pela área central da cidade. A expectativa é reduzir congestionamentos e aumentar a segurança viária, além de tornar mais ágil o fluxo de cargas de grande porte.

Outro projeto em desenvolvimento é o arrendamento do terminal multipropósito SSB01, em fase de modelagem pelo governo federal. O empreendimento prevê até R\$ 2,5 bilhões em investimentos privados para ampliar a infraestrutura portuária, com novos berços de atracação, áreas operacionais e sistemas de movimentação.

A expansão deve permitir ao porto operar também cargas containerizadas e aumentar sua capacidade logística. A estimativa é que, ao final dos investimentos, o terminal atinja movimentação anual de até 1,35 milhão de TEUs e cerca de 3,45 milhões de toneladas de grãos sólidos — ampliando a capacidade para atender operações complexas como a da megacarga transportada nesta semana.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 01/04/2026*



## ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

### LULA ANUNCIA ANULAÇÃO DE LEILÃO DE GÁS E ATACA “BANDIDAGEM” NOS PREÇOS

Presidente classifica certame da Petrobras como “cretinice” e afirma que população pobre não pagará a conta da guerra no Oriente Médio

*Da Redação ME - [redacao@movimentoeconomico.com.br](mailto:redacao@movimentoeconomico.com.br)*



***Presidente criticou duramente a realização do leilão, sugerindo que houve um descumprimento das diretrizes da gestão federal.. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, nesta quinta-feira (2), que o Governo Federal vai anular o leilão de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) realizado pela Petrobras na última terça-feira (31). O certame, que durou mais de seis horas, registrou ágios superiores a 100% e afetou o preço do gás de cozinha em polos estratégicos do país.

Lula criticou duramente a realização do leilão, sugerindo que houve um descumprimento das diretrizes da gestão federal. “Foi feito um leilão com cretinice e bandidagem que fizeram com o óleo diesel. As pessoas sabiam da orientação do governo e da Petrobras: ‘Não vamos aumentar o GLP’. Pois fizeram um leilão contra a vontade da direção da Petrobras”, disparou em entrevista à TV Record da Bahia.

“Vamos rever esse leilão, vamos anular esse leilão. O povo pobre não pagará, em hipótese alguma, o preço dessa guerra”, enfatizou o presidente.

### Disparada nos preços e impacto no Gás do Povo

O leilão envolveu a venda de 70 mil toneladas de GLP, volume que representa cerca de 11% do consumo mensal brasileiro. O impacto mais severo foi sentido no polo de Duque de Caxias (RJ), onde o preço mínimo saltou de R\$ 33,37 para R\$ 72,77, uma valorização de 117% em relação ao preço de referência.

A alta ameaça diretamente o programa “Gás do Povo”, cujo preço de referência estava congelado desde novembro de 2024. Agentes do setor alertam que, caso o leilão fosse mantido, o governo seria forçado a reajustar os valores do benefício.

A pressão sobre o combustível é reflexo direto da guerra no Oriente Médio, já que o Brasil ainda depende da importação de parte do GLP e do óleo diesel consumidos internamente.

### Planos para recomprar refinaria e críticas a privatizações

Além de barrar o aumento imediato, Lula reforçou o interesse estratégico em retomar o controle de ativos vendidos em gestões anteriores. O presidente citou estudos para a recompra da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, privatizada em 2021.

Ele também lamentou a venda da BR Distribuidora, afirmando que a ausência de uma rede estatal dificulta o controle de preços nas bombas. “Se nós tivéssemos a BR, a gente poderia garantir que o preço não subiria, mas eles venderam a BR. O que é grave é que privatizaram e nós só podemos recomprá-la em 2029. Ou seja, nós não temos hoje distribuidora”, declarou.

### Blindagem contra os efeitos da guerra no exterior

O governo tenta criar um “escudo” para evitar que a volatilidade internacional chegue ao prato e ao bolso do brasileiro. Ao classificar o conflito no Oriente Médio como “irresponsável”, Lula direcionou a responsabilidade financeira da crise aos líderes de Israel e dos Estados Unidos.

“O presidente Trump é que pague, o Netanyahu em Israel que pague, mas o povo brasileiro não vai pagar. Nós não vamos aumentar o óleo diesel para o caminhoneiro”, afirmou o petista, sinalizando que a contenção de preços nos combustíveis e alimentos segue como prioridade absoluta para evitar o desgaste político e a inflação.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 02/04/2026**

## FERTILIZANTES SOBEM 30% COM CONFLITO E ATINGEM CANA, UVA E MANGA EM PE

O aumento do preço dos fertilizantes nitrogenados está trazendo aumento de custos aos produtores de frutas irrigadas, cana-de-açúcar e hortaliças

**Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife [angela.belfort@movimentoeconomico.com.br](mailto:angela.belfort@movimentoeconomico.com.br)**



**Os custos aumentaram na produção de mangas do Vale do São Francisco por causa do conflito no Oriente Médio. Foto: Arquivo Embrapa Semiárido**

Com pouco mais de 30 dias de conflito, a guerra entre Estados Unidos e Israel contra o Irã já elevou o preço dos fertilizantes importados usados em culturas relevantes de Pernambuco, como cana-de-açúcar, uva e manga irrigadas do Vale do São Francisco, além de plantios tecnificados de milho no Agreste, segundo especialistas entrevistados nesta reportagem. A alta pressiona os custos no campo e pode

reduzir a produtividade, caso os produtores diminuam a aplicação desses insumos.

“Ocorreu um aumento de cerca de 30% no preço dos fertilizantes nitrogenados por causa deste conflito e isso começa a pressionar os custos da produção agrícola em Pernambuco, devendo ser repassado ao consumidor nos próximos meses, com impacto direto nos preços de alimentos e itens da cesta básica”, resume o engenheiro agrônomo da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca de Pernambuco Josimar Gurgel.

O fertilizante nitrogenado é feito a partir do petróleo e teve o preço diretamente impactado pelo conflito, sendo importado do Oriente Médio. As culturas mais afetadas são as que dependem de maior uso de fertilizantes e que usam estes produtos de forma contínua com a fertirrigação, como por exemplo, a uva e a manga, do Vale do São Francisco, produzidas durante quase todo o ano.

Ainda de acordo com Josimar, no caso dos grãos, como o feijão produzido no Sertão e no Agreste – pela agricultura familiar – deve sofrer pouco impacto, por ser cultivado com baixo uso de fertilizantes, além de ser uma cultura que fixa nitrogênio no solo. “Já o milho pode ser afetado nas áreas mais tecnificadas da Zona da Mata e do Agreste, onde há maior uso destes insumos”, comenta Josimar. Nesse caso, tecnificados são os plantios com maior uso de tecnologia e de fertilizantes.

O impacto deste aumento deve atingir hortaliças como tomate, alface, pimentão e folhosas, produzidos principalmente por pequenos produtores que não compram fertilizantes de forma antecipada, segundo Josimar. Ele cita que “regiões produtoras como Bezerros, Camocim de São Félix e Gravatá tendem a sentir rapidamente a alta dos custos, com reflexo direto nos preços praticados no Ceasa e nos supermercados”.

Na opinião dele, a alta deve chegar primeiro às culturas de ciclo curto, como o alface que pode ser colhido com cerca de 60 dias depois de plantado. “O impacto vai depender da técnica utilizada e não só da cultura”, explica Josimar. Estes produtos de ciclo curto devem repassar a alta de custo no preço da venda para o varejo e atacado que também devem aumentar o preço para o consumidor, na opinião de Josimar.



***Os produtores de uvas do Vale do São Francisco tiveram alguns aumentos de custos por causa da alta do petróleo, como embalagens, fertilizantes. Foto: Clarice Rocha/Embrapa Semiárido***

### **Fruticultura do Vale do São Francisco**

O aumento no preço dos fertilizantes percebido pelos produtores do Vale do São Francisco varia bastante de acordo com a cultura e o manejo, segundo o coordenador dos Observatórios de mercado de Manga e Uva da Embrapa Semiárido, João Ricardo Lima. “Até o momento, está sendo um primeiro semestre complicado para os produtores do Vale.

O aumento do preço dos fertilizantes variou bastante, mas, na média, ficou em 11%. Também tiveram incremento de preço os fretes e as embalagens, além das chuvas que impactam negativamente e podem provocar perdas da produção”, explica o pesquisador.

Somente para o leitor ter uma ideia, o preço do frete de uma carreta que transporta em torno de 30 toneladas de frutas para estados como Rio de Janeiro ou São Paulo custava R\$ 15.800 antes da guerra. “Hoje está entre R\$ 18 mil e R\$ 20 mil”, conta João Ricardo. O preço do petróleo e dos seus derivados aumentaram com o conflito no Oriente Médio e este foi o primeiro reflexo sentido pelo consumidor brasileiro.

Segundo informações do observatório, no plantio das uvas, os fertilizantes podem chegar a 6% do custo em pequenas propriedades e 9% em grandes propriedades, enquanto no cultivo das mangas, esta despesa corresponde a 14% dos gastos. “O Brasil tinha que ser autossuficiente na produção de

fertilizantes nitrogenados. O atual conflito foi pior porque atingiu toda a cadeia que usa petróleo, incluindo o transporte por caminhões, por navios e os fertilizantes”, entre outros.

João Ricardo também diz que as frutas irrigadas do Vale do São Francisco vão chegar mais caras nos pontos de venda ao consumidor final, mas isso não significa que o produtor vá vender por um preço maior. “No caso da uva e da manga, o que faz o preço subir é o aumento da demanda no mercado”, cita João Ricardo.

O Vale do São Francisco é responsável por 99% das exportações de uva do País e de 92% de todas as mangas vendidas ao exterior pelo Brasil. No ano passado, aquela região exportou 62 mil toneladas de uva por US\$ 162 milhões e 291 mil toneladas de manga por US\$ 337,4 milhões.



**O presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco, Alexandre Andrade Lima.**

### **O impacto da guerra na cana-de-açúcar**

O presidente da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar, Alexandre Andrade Lima, diz que os produtores já estão com problemas no fornecimento dos fertilizantes, que geralmente são vendidos, localmente, por duas empresas do setor. Segundo ele, uma das empresas vendedoras está com problema de gestão e a outra não está conseguindo entregar o que foi comprado.

“A guerra está prejudicando mais ainda o fornecimento do produto. Compramos 2.500 toneladas de fertilizantes em dezembro e até agora só recebemos 800 mil toneladas. Este fertilizante era pra estar praticamente nos galpões, sendo distribuído para os produtores aproveitarem o ciclo chuvoso que faz a cana se desenvolver mais com a adubação”, cita Alexandre.

Segundo ele, a alta no preço dos fertilizantes vai fazer com que alguns produtores deixem de adubar, provocando uma redução da produtividade nos canaviais. “É cedo não dá pra dizer o quanto vai cair a produtividade”, fala. “Os fertilizantes que têm fosfato também estão subindo de preço por causa do aumento dos fretes terrestre e marítimo”, afirma. No Brasil, entre 85% e 90% dos fertilizantes são importados, principalmente do Oriente Médio e Rússia, entre outros.

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco (Sindaçúcar-PE), Renato Cunha, diz que uma das saídas para o setor depender menos dos fertilizantes importados é usar os biofertilizantes, incluindo os que podem ser feitos a partir do bagaço da cana-de-açúcar, utilizando também bactérias, entre outros compostos orgânicos. “O mundo tem tido oscilações com certa frequência. É preciso criar antídotos, investindo em biofertilizantes. Isso não vai ocorrer num passe de mágica, mas é um caminho”, conclui Renato.

**Fonte: ME – Movimento Econômico**

**Data: 02/04/2026**



**Porto de Manaus (AM) - Foto: Divulgação Wikimedia**

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) aprovou no dia 18 de março, durante a 62ª reunião do Conselho Diretor, investimentos no valor de R\$ 409,7 milhões para a indústria naval no Amazonas, destinados a 41 projetos voltados à construção de embarcações e serviços de manutenção, reparo e docagem. As iniciativas preveem a geração de 606 empregos diretos e ampliam a capacidade da navegação interior na região. Os recursos serão direcionados principalmente à navegação interior e devem ampliar a capacidade de transporte de cargas e

passageiros, além de dar suporte à operação logística no estado.

De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, os investimentos terão impacto direto na economia local. “A navegação é o principal eixo de integração do Amazonas. Esses investimentos geram emprego, fortalecem a economia e melhoram o dia a dia de quem depende dos rios para se deslocar e transportar sua produção”, afirmou.

***“Esses investimentos geram emprego, fortalecem a economia e melhoram o dia a dia de quem depende dos rios para se deslocar e transportar sua produção”***

*Tomé Franca*

### **Projetos beneficiados**

Do total aprovado, R\$ 380,3 milhões serão destinados à GDE Transportes Ltda (Grupo Dislub-Ecuador) para a construção de 35 embarcações. A Companhia de Navegação da Amazônia contará com R\$ 23,4 milhões para a construção de cinco embarcações. Já a Camorim Serviços Marítimos S.A. receberá R\$ 6 milhões para serviços de manutenção, reparo e docagem.

Os projetos devem ampliar a atividade de estaleiros, fornecedores e serviços especializados, com efeitos sobre o emprego e a renda. A expansão da capacidade de transporte também contribui para o abastecimento e para a redução de custos logísticos na região.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, os investimentos ampliam a eficiência da navegação interior no país. “Cada nova embarcação amplia a capacidade logística, especialmente na região Norte, e contribui para uma operação mais eficiente e sustentável”, destacou.

A iniciativa integra a política do governo federal de fortalecer a indústria naval e da navegação interior, com impactos na logística, na geração de empregos e no desenvolvimento regional do Amazonas.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 02/04/2026**

## **MINISTÉRIO ARTICULA AÇÕES PARA GARANTIR PROTEÇÃO E SEGURANÇA A MULHERES NO SETOR PORTUÁRIO**

Iniciativa prevê medidas de segurança e inclusão no setor portuário

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) promoveu, na terça-feira (31), reunião com representantes da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos/PF) e da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop) para tratar de medidas de proteção e segurança voltadas às mulheres no setor portuário. A iniciativa integra as ações voltadas à promoção de ambientes de trabalho mais seguros, inclusivos e adequados, considerando os desafios enfrentados pelas mulheres em um setor historicamente masculino.



### **Ação reforça compromisso do Mpor com a construção de um ambiente portuário mais seguro e eficiente - Foto: Divulgação**

Durante a reunião, foram discutidas propostas para o aprimoramento de protocolos de segurança e a adoção de tecnologias de proteção, como câmeras corporais e dispositivos de emergência (SOS), além do fortalecimento de treinamentos e de mecanismos de responsabilização.

No encontro foi destacada a importância da realização de diagnóstico em âmbito nacional, do mapeamento de práticas existentes e da implementação de medidas estruturais que assegurem a proteção, a permanência e a dignidade das trabalhadoras portuárias. A ação reforça o compromisso do Mpor com a promoção da igualdade de oportunidades e com a construção de um ambiente portuário mais seguro e eficiente.

Estiveram presentes na reunião a ouvidora do Ministério de Portos e Aeroportos, Maíra Cervi Barroso do Nascimento; o delegado da Polícia Federal e presidente da Conportos, Marcelo João da Silva; o representante da Marinha do Brasil (MD/MB) e titular na Conportos, Luiz Fernando de Oliveira Dias; o servidor da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) e titular na Conportos, Daniel Alves dos Santos; a diretora executiva da Fenop, Cristina Dutra; e as assistentes Amanda Coelho Monteiro e Bínui Lucena, da Ouvidoria do MPor.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 01/04/2026**

## **LICITAÇÃO PARA MODERNIZAÇÃO DA IP4 DE PARINTINS (AM) TÊM INVESTIMENTO ESTIMADO EM R\$ 51,3 MILHÕES**

Obras vão recuperar e ampliar infraestrutura do terminal, garantindo mais segurança e regularidade na operação



### **IP4 de Parintins é a principal porta de entrada de suprimentos no município amazonense - Foto: DNIT**

O Governo Federal dá início, nesta quarta-feira (1º), à licitação para a modernização da Instalação Portuária de Pequeno Porte (IP4) de Parintins (AM), com investimento estimado em R\$ 51,3 milhões. O projeto prevê recuperação estrutural, ampliação dos cais flutuantes e melhorias no funcionamento do terminal.

O modelo de contratação é integrado, contemplando a elaboração dos projetos básico e executivo e a execução das obras. A intervenção visa modernizar a infraestrutura portuária, aumentar a eficiência das operações e oferecer melhores condições de atendimento para a população que depende do transporte hidroviário.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, destacou a importância estratégica da modernização da IP4 para a Amazônia, onde o transporte hidroviário é vital. “Estamos melhorando a infraestrutura portuária em todo o país, com atenção especial à Região Norte. A modernização da IP4 de Parintins vai garantir mais eficiência, mobilidade e impulsionar a economia local.”

A abertura das propostas foi feita exclusivamente pelo [compras.gov.br](http://compras.gov.br), onde o edital também está disponível. Agora, as propostas passarão por análise antes da escolha da empresa vencedora.

## **Abastecimento e mobilidade**

A IP4 de Parintins é fundamental para o abastecimento e a mobilidade na região, onde o transporte hidroviário predomina. Com a modernização, o terminal terá maior capacidade de operação, infraestrutura reforçada e funcionamento mais regular, mesmo com variações no nível dos rios.

O projeto faz parte de um conjunto de investimentos de R\$ 572,6 milhões, destinado a garantir mobilidade e modernizar 54 instalações portuárias na Região Norte. A iniciativa fortalece a logística local, aumenta a eficiência operacional e contribui para o desenvolvimento econômico mais equilibrado da região.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 01/04/2026

## AEROPORTO DE BRASÍLIA PASSARÁ POR NOVO LEILÃO E CONCESSIONÁRIA VENCEDORA ASSUMIRÁ OUTROS 10 AEROPORTOS REGIONAIS

Acordo, aprovado pelo TCU, dá continuidade ao Programa AmpliAR, que inclui aeroportos regionais em modelo de concessões



**Previstos investimentos de cerca de R\$ 1,2 bilhão no sítio aeroportuário de Brasília ao longo do tempo restante do contrato - Foto: Divulgação**

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou nesta quarta-feira (1º) o acordo firmado entre o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a concessionária Inframerica para repactuação do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Brasília. Pelo acordo, haverá processo competitivo simplificado, com inserção de novas obrigações, transferência de valores de outorga fixa para

variável e inclusão de outros oito aeroportos regionais do Centro-Oeste, um do Paraná e um da Bahia. São previstos investimentos de cerca de R\$ 1,2 bilhão no sítio aeroportuário de Brasília ao longo do tempo restante do contrato.

A Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex Consenso) do TCU, que coordenou o acordo, definiu a realização de um novo leilão em 2026, com lance mínimo correspondente a 5,9% das receitas brutas da concessão e participação obrigatória da Inframerica, que administra atualmente o Aeroporto de Brasília. Outro ponto acordado foi a saída da Infraero da concessão, que será remunerada pela concessionária por sua participação societária de 49% na concessão atual.

“Conseguimos uma solução negociada, que ajusta o Contrato do Aeroporto de Brasília à realidade do setor aeroportuário brasileiro, inclusive agregando práticas de sucesso para promover o desenvolvimento de aeroportos regionais pelo parceiro privado. Essa medida traz segurança para novos investimentos, melhora o serviço para os usuários e leva o modelo de concessões a novos aeroportos, uma inovação que trará benefícios para outras cidades”, avalia o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

***“Essa media traz segurança para novos investimentos, melhora o serviço para os usuários e leva o modelo de concessões a novos aeroportos, uma inovação que trará benefícios para outras cidades”***

*Tomé Franca*

A inclusão de dez outros aeroportos ao contrato de concessão faz parte do Programa AmpliAR, elaborado pelo MPor, com o aval do próprio TCU.

“O programa prevê o repasse da administração de aeroportos de menor porte às atuais concessionárias que atuam no país, tendo como contrapartida a revisão das obrigações contratuais, garantindo-se o interesse público e o desenvolvimento do sistema aeroportuário nacional”, explica o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo.

O primeiro leilão do Programa AmpliAR foi realizado no final de novembro, quando 13 aeroportos regionais da Amazônia Legal e do Nordeste, considerados estratégicos para a conectividade aérea, foram colocados em disputa pelas concessionárias atualmente em operação. O MPor pretende realizar ainda em 2026 nova etapa do AmpliAR, com outro conjunto de aeroportos qualificados no Plano Aeroviário Nacional (PAN).

### Investimentos

O novo contrato de concessão do bloco de aeroportos (Brasília e outros 10) terá validade até 2037 e exigirá investimentos de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão no sítio aeroportuário de Brasília, incluindo entregas como a construção de um novo terminal internacional, a implantação de um edifício garagem e de uma nova via de acesso ao aeroporto. Além disso, a concessionária terá que adquirir equipamentos de segurança e inspeção de passageiros e bagagens.

A nova concessionária precisará investir cerca de R\$ 857,8 milhões para ampliar, manter e operar os aeroportos de Juína (MT), Cáceres (MT), Tangará da Serra (MT), Alto Paraiso (GO), São Miguel do Araguaia (GO), Bonito (MS), Dourados (MS), Três Lagoas (MS), Ponta Grossa (PR) e Barreiras (BA).

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 01/04/2026*

## GOVERNO FEDERAL ABRE PROPOSTAS PARA DRAGAGEM DA LAGOA MIRIM (RS) COM INVESTIMENTO ESTIMADO DE R\$ 52,7 MILHÕES



Intervenção na hidrovia prevê melhorias na navegabilidade, segurança e integração logística com o Uruguai

### ***A dragagem mantém a profundidade adequada dos canais de navegação - Foto: Divulgação***

O Governo Federal abre nesta quarta-feira (1º) as propostas da licitação para a dragagem da hidrovia da Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, com investimento estimado em R\$ 52,7 milhões. A ação integra o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e contempla a elaboração dos projetos, além da execução dos serviços de dragagem e

sinalização náutica ao longo do canal navegável.

O objetivo é fortalecer a navegação interior, garantindo melhores condições de navegabilidade durante todo o ano, maior segurança nas operações e mais eficiência logística na região.

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, afirmou que a iniciativa fortalece a navegação interior na região. "A dragagem da Lagoa Mirim é fundamental para garantir mais eficiência logística, ampliar a integração com países vizinhos e impulsionar o desenvolvimento econômico no Sul do Brasil", afirmou.

A medida também fortalece a integração entre o Brasil e o Uruguai, facilita o fluxo de mercadorias, melhora o abastecimento regional e impulsiona atividades econômicas como comércio, serviços e turismo, contribuindo para o aumento da competitividade e o desenvolvimento econômico equilibrado da região Sul.

A abertura das propostas começou às 10h desta quarta, em sessão pública pelo Compras.gov.br. Agora, os projetos serão analisados antes da escolha da empresa vencedora.

### Por que a dragagem é importante

A dragagem mantém a profundidade adequada dos canais de navegação, permitindo a circulação segura das embarcações e evitando interrupções no transporte hidroviário. Com o acúmulo natural de sedimentos, trechos da hidrovia podem perder capacidade operacional, comprometendo a regularidade e a eficiência da navegação.

Na região Sul, a dragagem da Lagoa Mirim é estratégica para a logística, ampliando a capacidade de transporte hidroviário, diversificando os modos de transporte e reduzindo a dependência de modos mais caros. Com melhores condições de navegabilidade, a hidrovia se torna uma alternativa mais eficiente, segura e sustentável para o deslocamento de cargas e passageiros.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 01/04/2026**

### TOMÉ FRANCA ASSUME MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS COM FOCO EM INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA E INOVAÇÃO

Titular da pasta recém-empossado dará continuidade aos investimentos e buscará fortalecer diálogo com setor produtivo



**Tomé Franca assumiu o comando da pasta nesta quarta-feira (1º) - Foto: Vosmar Rosa/MPor**

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) passa a ter um novo comando. Tomé Franca, ex-secretário executivo da pasta, assumiu nesta quarta-feira (1º) a titularidade com a missão de dar continuidade ao cronograma de investimentos em infraestrutura e consolidar o Brasil como um hub logístico de referência na América Latina. Tomé substitui Silvío Costa Filho, que deixou o cargo para cumprir a legislação eleitoral.

A chegada de Franca ao cargo representa um movimento de continuidade dentro do governo federal, uma vez que ele participou diretamente da formulação das principais políticas do setor nos últimos anos e acompanhou de perto a construção de programas como AmpliAR, Investe+ Aeroportos e Navegue Simples, além do Plano de Desenvolvimento Sustentável e a carta de concessões do MPor.

Segundo o novo ministro, a agenda para 2026 foca primordialmente na realização de entregas e na aceleração de investimentos voltados à infraestrutura dos setores aéreo, portuário e de navegação. "Temos a missão de manter o ritmo de trabalho e a agenda de entregas elaborada pelo ministro Silvío Costa Filho e pelo presidente Lula, deixando claro ao mercado de que a previsibilidade e o diálogo serão mantidos, e à população de que as demandas do Brasil são nossas prioridades", disse.

"Temos a missão de manter o ritmo de trabalho e a agenda de entregas elaborada pelo ministro Silvío Costa Filho e pelo presidente Lula" Tomé Franca  
Planejamento para 2026

Até o fim do ano, o planejamento estratégico da pasta prevê a expansão aeroviária com a conclusão dos leilões de 21 terminais aéreos, incluindo o Aeroporto de Brasília (DF), e o fomento à aviação regional com a segunda etapa do programa AmpliAR.

No setor portuário, a meta é a realização de 15 leilões de terminais para atrair investimentos privados e modernizar a movimentação de carga em complexos estratégicos, como Santos (SP) e Paranaguá (PR). Tomé Franca também terá a missão de acompanhar o início da construção do túnel Santos-Guarujá, a maior obra de infraestrutura de transportes do Novo PAC, orçada em mais de R\$ 6,8 bilhões.

A pauta do modal aquaviário coloca para o novo ministro a realização de obras de dragagem, derrocamento (remoção de rochas no fundo dos rios para facilitar a navegação), construção e recuperação de terminais fluviais para integrar o escoamento da produção nacional de forma mais barata e sustentável. Também estará sob sua responsabilidade a condução de concessões importantes, como as das hidrovias do Paraguai (a primeira do tipo no país), do Madeira, do Tocantins e a Hidrovia Verde.

Franca também destacou a importância da integração multimodal no setor. “O Brasil continuará avançando na integração modal, e nosso foco é fazer com que os diferentes meios de transporte conversem entre si. Isso passa por mais investimentos públicos e privados em infraestrutura e tecnologia. O desenvolvimento da multimodalidade se reflete em mais eficiência, diminuição de custos e maior força para a economia brasileira no cenário global”, conclui.

### Perfil técnico

Natural de Recife (PE) e com uma trajetória sólida de mais de vinte anos na administração pública – quando ocupou cargos estratégicos em gestões estaduais e municipais, antes de integrar o governo federal –, o novo ministro é reconhecido pela habilidade de diálogo e pelo profundo conhecimento dos marcos regulatórios.

Casado, pai de um filho, formado em direito e mestre em gestão pública pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atualmente é pós-graduando em gestão aeroportuária e cursa MBA em parcerias público-privadas (PPP) e concessões pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Com larga experiência no setor de infraestrutura, foi secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação e secretário executivo de Turismo do Governo de Pernambuco, secretário de Saneamento da Prefeitura do Recife, e teve passagens pelos poderes Legislativo e Judiciário como assessor parlamentar e chefe de assessoria. No MPor, também foi secretário nacional de Aviação Civil e secretário executivo, último posto que ocupou antes de chegar ao comando da pasta.

"Nossa prioridade é acelerar as entregas que transformam a vida dos brasileiros. Vivemos um momento positivo, batendo recordes no número de passageiros voando e de movimentação de cargas. Isso significa que precisamos de portos mais ágeis para nossas exportações, aeroportos regionais que conectem o Brasil ao mundo e a consolidação definitiva das nossas hidrovias", finalizou o ministro.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**  
**Data: 01/04/2026**

## TOMÉ FRANCA ASSINA TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZA LICITAÇÃO DE OBRAS NO AEROPORTO DE BARRA DO CORDA (MA)



Investimento de R\$ 53,5 milhões vai modernizar o aeroporto e fortalecer a aviação regional

**Assinados o termo de compromisso e a autorização para licitação e início das obras - Foto: Vosmar Rosa/MPor**

O ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Tomé Franca, assinou nesta quarta-feira (1º) o termo de compromisso para investimento de R\$ 53,5 milhões no Aeroporto de Barra do Corda (MA) e a autorização para a licitação e início das obras de infraestrutura do terminal. Os recursos, que são do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) e integralmente financiados pela União, serão aplicados em duas etapas para modernizar a infraestrutura e ampliar a capacidade operacional do aeroporto.



Durante a assinatura, Tomé Franca destacou o impacto do investimento como benefício econômica e social para a região. “Assinamos hoje um termo de compromisso para investir mais de R\$ 53 milhões no aeroporto de Barra do Corda. Não só o convênio, mas também a autorização para a licitação das obras. É investimento saindo do papel para levar mais qualificação à infraestrutura aeroportuária do estado, beneficiando toda a região, promovendo desenvolvimento econômico e social, geração de emprego e renda, crescimento do agro e mais desenvolvimento para o Maranhão”, afirmou.

***É investimento saindo do papel para levar mais qualificação à infraestrutura aeroportuária do estado, beneficiando toda a região, promovendo desenvolvimento econômico e social, geração de emprego e renda, crescimento do agro e mais desenvolvimento para o Maranhão”***

*Tomé Franca*

O anúncio marca uma mudança no direcionamento dos investimentos federais no estado. Nos últimos anos, além dos investimentos realizados após a concessão dos aeroportos de São Luís e Imperatriz, o MPor tem ampliado o apoio à infraestrutura aeroportuária do estado, com foco no fortalecimento da aviação regional.

“Esse investimento de R\$ 53 milhões é, sem dúvida, o maior que estamos realizando em aeroportos no Maranhão. O Aeroporto de Barra do Corda está em uma posição estratégica, no centro do estado, em uma região onde o agronegócio é muito forte. Hoje, o aeroporto se consolida como uma porta de entrada para o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços”, afirmou o governador do Maranhão, Carlos Brandão.

### **Início das obras**

Do total previsto para as obras do aeroporto, R\$ 32 milhões serão liberados de imediato para a execução da primeira etapa, que contempla a licitação das obras de infraestrutura. Estão previstas intervenções como a construção da pista de pouso e decolagem, com 1.450 metros de extensão, além da implantação de faixa de pista e áreas de segurança (RESA), pista de taxiamento, pátio para aeronaves comerciais e sistemas de sinalização e balizamento noturno.

Na segunda etapa, com investimento de R\$ 21,5 milhões, será construído o novo terminal de passageiros, além da aquisição de mobiliário e equipamentos. A licitação das obras de infraestrutura ficará sob responsabilidade do governo do Maranhão.

O projeto também inclui a instalação de equipamentos como o PAPI nas duas cabeceiras, biruta iluminada e farol rotativo, além de melhorias no sistema viário, estacionamentos, drenagem, cercamento operacional e estruturas de apoio, como guarita, central de utilidades, casa de força, poço artesiano e reservatórios.

Também presente na agenda, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, destacou o caráter estruturante da iniciativa para o país. “Essa obra para o Aeroporto de Barra do Corda é algo que eu sonhava desde quando era deputado e que agora, como presidente do TCU, vejo se tornar realidade. Não é apenas para Barra do Corda, é parte de uma política voltada para a aviação regional no Brasil, que tem um papel estratégico pela sua importância”, afirmou.

O prefeito de Barra do Corda, Rigo Teles, celebrou essa conquista para o município e para a região. “Barra do Corda está em uma região onde o agronegócio cresce de forma consistente. Não é só o município que será beneficiado, mas toda uma região com mais de 30 cidades no entorno. Esse investimento representa um sonho que está se tornando realidade e um momento muito especial para todos nós”, celebrou.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF**

**Data: 01/04/2026**

## GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

### RENAN FILHO DEIXA MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES APÓS CICLO DE AVANÇOS NA INFRAESTRUTURA; GEORGE SANTORO ASSUME A PASTA

Ex-secretário-executivo toma posse nesta quarta (1º) com a missão de dar continuidade aos investimentos e às ações estruturantes no setor



**Com entregas consistentes e recordes de investimentos, Renan Filho se despede do Ministério dos Transportes após três anos. - Foto: Marcio Ferreira/MT**

Com uma gestão pautada na atração de investimentos, retomada de obras e avanços na segurança viária, o ministro Renan Filho deixou o comando do Ministério dos Transportes nesta quarta-feira (1º), em razão da desincompatibilização exigida pela legislação eleitoral. Para dar continuidade às ações, o até então secretário-executivo da pasta, George André Palermo Santoro,

assume o cargo.

“O Ministério dos Transportes tem um propósito claro e sabe fazer aquilo a que se propõe. Com as condições necessárias, entrega resultados. Possui memória institucional, equipe qualificada e servidores de carreira capazes e dedicados. Saio com a convicção de que o Ministério está preparado para enfrentar os desafios do Brasil e promover uma infraestrutura melhor”, declarou Renan Filho.

Ao assumir a liderança da pasta, George Santoro destacou o compromisso de dar continuidade às ações em andamento.

“Vamos manter a infraestrutura no centro da estratégia de desenvolvimento nacional. Não é retórica. É planejamento, execução e resultado. Estamos construindo estradas mais seguras, logística mais eficiente, economia mais competitiva e um futuro mais previsível para o Brasil. Agradeço a confiança dada a mim. É um desafio enorme e temos muito o que fazer”, disse o ministro recém-empossado, George Santoro.

A Secretaria-Executiva passa a ser ocupada por Bruno Praxedes, até então chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do ministério.

#### **Retomada dos investimentos**

A gestão de Renan Filho à frente do Ministério dos Transportes, iniciada em 1º de janeiro de 2023, marcou a retomada dos investimentos em infraestrutura no país. Com foco na recuperação da malha viária, na ampliação de investimentos públicos e privados e no planejamento de longo prazo, a pasta reposicionou o Brasil em uma trajetória de modernização logística.

Nos três últimos anos, o Brasil alcançou volume histórico de investimentos e concessões. Foram realizados 23 leilões rodoviários desde 2023, além de outros 12 previstos para 2026, que, ao todo, devem garantir a aplicação de aproximadamente R\$ 400 bilhões nas rodovias brasileiras. O período também foi marcado pela retomada de projetos ferroviários, como a previsão de oito leilões em 2026, com R\$ 140 bilhões em investimentos no segmento.

Outra referência nacional é o Programa de Otimização de Contratos, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU). A iniciativa busca restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e



a capacidade de investimento em BRs concedidas à iniciativa privada, por meio da repactuação de contratos considerados “estressados”, aqueles com desempenho insatisfatório e defasagens técnicas e financeiras que comprometem a execução de investimentos e a qualidade dos serviços. Em 2023, cerca de 70% das obras mais relevantes estavam paralisadas. Desde então, a pasta firmou nove acordos, destravando investimentos e viabilizando o recomeço desses empreendimentos.

Além dos avanços na infraestrutura física, a gestão ampliou o alcance de ações voltadas à mobilidade, à segurança viária e à inclusão social, com destaque para o Programa CNH do Brasil, que passou a integrar a agenda estratégica do Ministério. A iniciativa reforça a compreensão de que a política de transportes também se constrói a partir das pessoas, e com o programa, a primeira habilitação e a renovação ficaram mais acessíveis e menos burocráticas.

“Terminaremos o governo com R\$ 400 bilhões contratados em quatro anos, uma média de R\$ 100 bilhões por ano. Esse volume colocará o Brasil, no ciclo de 2026 a 2030, no maior patamar de investimentos em infraestrutura da sua história. A ideia é que a infraestrutura deixe de ser estreito e passe a ser um caminho largo por onde flui o desenvolvimento do país”, concluiu Renan Filho.

### **Continuidade e avanços**

A chegada de Santoro ao cargo representa um movimento de continuidade dentro do Governo do Brasil, uma vez que ele participou diretamente da condução das principais ações da pasta nos últimos anos. Entre as iniciativas acompanhadas de perto pelo novo ministro estão o programa CNH do Brasil, a retomada de obras rodoviárias federais, a recuperação da malha viária, a execução de obras estruturantes e os leilões de concessões rodoviárias, que alcançaram recorde histórico.

No setor ferroviário, o então secretário-executivo atuou na criação da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário (SNTF) e no lançamento da Política Nacional de Outorgas Ferroviárias, além de outras iniciativas voltadas à expansão da malha e à atração de investimentos.

Na véspera da posse, durante reunião ministerial realizada na terça-feira (31), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que as mudanças foram planejadas para garantir a continuidade da gestão. “Tomei a decisão de não colocar ministro novo. Temos uma máquina funcionando, e nenhum ministério vai começar tudo outra vez. A obrigação de quem permanece é concluir e fazer com que a máquina funcione sem qualquer paralisia”, declarou.

### **Novo ministro**

Servidor de carreira como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do município do Rio de Janeiro, George Santoro é advogado, contador e mestre em Contabilidade e Administração pela Fucape Business School.

Possui especializações em Economia Empresarial pela Universidade Candido Mendes, em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e em Direito do Trabalho e Previdenciário.

No setor público, esteve à frente da Secretaria da Fazenda de Alagoas por oito anos e também atuou como subsecretário de Política Fiscal e de Receita do Estado do Rio de Janeiro.

Ao longo da carreira, liderou ações decisivas nas áreas fiscal e de infraestrutura, com ênfase em iniciativas de concessões e reequilíbrio de contas públicas.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF*

*Data: 01/04/2026*

## **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ANUNCIA PACOTE DE OBRAS E DESTINA R\$ 875 MILHÕES PARA RODOVIAS NO ACRE**

Investimentos priorizam reconstrução da BR-364/AC e ampliam capacidade logística com obras e novos editais para melhorias na BR-317/AC



**BR-364 é o principal eixo logístico do Acre e concentra mais de 80% da população ao longo de seu traçado. - Foto: Michel Corvello MT**

A infraestrutura rodoviária da região Norte tem ganhado destaque no Ministério dos Transportes. O estado do Acre vai receber recursos para melhorar o pavimento de suas rodovias. O ministro Renan Filho assinou, nesta quarta-feira (1), em Brasília, três ordens de serviços e anunciou a publicação de editais para obras na BR-364/AC e na BR-317/AC. O pacote de investimentos soma cerca de R\$ 875 milhões.

“O presidente Lula ampliou os investimentos no Acre. A infraestrutura estava completamente destruída, não tinha base, não tinha contratos condizentes com a necessidade das obras porque eram poucos os recursos investidos. E o que a gente enviada tinha que, primeiro, recompor a defasagem de todos esses anos”, contextualizou o ministro.

### **Ordens de serviço**

As três ordens de serviço assinadas somam mais de R\$ 151,9 milhões e autorizam o início de intervenções em trechos estratégicos. A primeira contempla a reconstrução integral do acesso entre o aeroporto e a cidade de Rio Branco, na BR-364/AC, com 9,6 quilômetros de extensão e investimento de R\$ 32 milhões.

A segunda ordem de serviço prevê a manutenção e reconstrução de 80,2 quilômetros entre a Ponte do Rio Liberdade e Cruzeiro do Sul e abrange trechos da BR-364/AC e da BR-307/AC, com investimento de R\$ 121 milhões. “É uma recuperação completa, com solução adequada ao solo da região para garantir mais durabilidade e melhores condições de tráfego”, destacou o ministro.

E a terceira prevê a elaboração de estudos e projetos básicos e executivos de engenharia para a construção da ponte sobre o Rio Juruá em Rodrigues Alves na BR-364/AC. A estrutura terá cerca de sete quilômetros de extensão, no valor de R\$ 1,9 milhão.

### **Novos editais**

Além das obras com início imediato, Renan Filho confirmou a publicação de dois editais para abril de 2026. O principal deles é o da reconstrução de 97,8 quilômetros da BR-364/AC, entre Sena Madureira e Rio Macapá, com investimento estimado em R\$ 720 milhões. “Esse é o maior edital de obra rodoviária da história recente do estado e atende à principal demanda da população acreana”, anunciou Renan Filho.

Também será publicado o edital para a construção do Contorno Rodoviário de Brasiléia, na BR-317/AC. Com 10,1 quilômetros de extensão e investimento de R\$ 75 milhões, a obra será executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) após a rescisão de convênio anterior.

### **Integração estadual**

A BR-364 é o principal eixo logístico do Acre, com cerca de 760 quilômetros pavimentados. A rodovia integra a capital, Rio Branco, a municípios como Sena Madureira, Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Ao longo de seu traçado, concentra mais de 80% da população do estado. “O governo decidiu reconstruir a BR-364 com uma engenharia superior, para garantir mais qualidade ao pavimento no Acre”, ressaltou o ministro Renan Filho.

O superintendente regional do DNIT no Acre, Ricardo Araújo, destacou que as intervenções começam de forma imediata. “Vamos iniciar agora a recuperação da estrada do aeroporto e também os serviços de manutenção no trecho até Cruzeiro do Sul, melhorando as condições de trafegabilidade”, explicou.



A solenidade contou com a presença do secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; do presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), Jorge Viana; além de parlamentares do Acre e outras autoridades.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF**

**Data: 01/04/2026**



## BE NEWS – BRASIL EXPORT

### EDITORIAL – AGENDA DA CONTINUIDADE

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A posse de Tomé Franca como titular do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), nessa quarta-feira, dia 1º, sela um compromisso do Governo com a execução. Diferente de transições marcadas por rupturas, a ascensão do exsecretário-executivo à liderança da pasta sinaliza ao mercado e à sociedade que os “planos ambiciosos” para 2026 não são apenas promessas de palanque, mas projetos com maturidade técnica e cronogramas em marcha. Defender a manutenção dessa agenda intensa é defender a previsibilidade que o setor de infraestrutura exige para converter leilões em obras e galgalos em competitividade nacional.

A magnitude do que está em jogo em 2026 é sem precedentes: 21 terminais aéreos (incluindo o estratégico Aeroporto de Brasília) e 15 terminais portuários em complexos vitais como Santos e Paranaguá. No entanto, o verdadeiro teste da gestão de Franca será a “joia da coroa” do Novo PAC: o túnel Santos-Guarujá (SP). Orçada em mais de R\$ 6,8 bilhões, a obra não é apenas uma solução de mobilidade para a Baixada Santista; é o símbolo de uma engenharia nacional que retoma o fôlego para realizar projetos de alta complexidade. Garantir que o início dessas obras ocorra sem novos percalços jurídicos é a prioridade zero para consolidar a autoridade do novo ministro.

A importância estratégica da nova gestão também se volta para o “Brasil profundo”. A segunda etapa do programa AmpliAR e a aposta nas hidrovias estratégicas (Paraguai, Madeira, Tocantins e a inovadora Hidrovia Verde) revelam uma visão de integração multimodal. O Brasil não pode mais ser um país de modais isolados. Conectar cidades menores ao mundo via aviação regional e transformar rios em verdadeiras “autoestradas hídricas”, por meio de dragagem e derrocamento, é a fórmula definitiva para reduzir o Custo Brasil e dar musculatura às nossas exportações.

A contundência da fala de Tomé Franca em sua posse — “Portos mais ágeis, aeroportos que conectem o Brasil ao mundo e a consolidação das hidrovias” — reflete o DNA de programas que ele próprio ajudou a formular, como o Investe + Aeroportos e o Navegue Simples. A presença de lideranças empresariais na cerimônia chancela a confiança do setor privado em um nome que conhece os processos por dentro. O mercado não quer o novo pelo simples prazer da novidade; ele quer a eficiência de quem sabe onde estão os nós burocráticos e como desatá-los.

O desafio de Tomé Franca em 2026 será transformar o “plano ambicioso” em realidade operacional. Em um ano de calendário apertado e pressões fiscais, a pasta de Portos e Aeroportos precisa ser o motor que mantém a economia girando. O novo ministro tem o currículo e a equipe; agora, o País espera que ele tenha o pulso firme para levar cada um desses 36 leilões ao martelo da B3 e cada metro de túnel ao leito do canal de Santos. A infraestrutura brasileira não tem tempo para pausas; com Franca, a ordem é acelerar.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### INSIGHT – PLANEJAMENTO - OIT-169: REGULAMENTAÇÃO JÁ!



#### FREDERICO BUSSINGER

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes  
[opinio@portalbenews.com.br](mailto:opinio@portalbenews.com.br)

“.. e nessa altura, como parte da rotina, o piston tira a surdina e põe as coisas no lugar”

(Piston de Gafieira, de Billy Blanco)

Difícil imaginar, mas aconteceu: em duas semanas, o artigo da coluna anterior, sobre as agruras da Ferrogrão, já está desatualizado. Exige uma errata ou, ao menos, uma complementação: Advocaciageral da União (AGU), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e, de novo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) deram suas contribuições para aumentar os bate-cabeças e fertilizar ações dos “pescadores de águas turvas” (expressão usual na Esplanada, há algumas décadas).

Paralela e adicionalmente, ações/manifestações no Supremo Tribunal Federal (ADI-5905), da Câmara (PL-10.678/18) e do Judiciário (Superior Tribunal de Justiça-STJ e tribunais regionais) ajudam a aumentar a entropia do processo decisório. Esclareça-se: essa é outra ação direta de inconstitucionalidade (ADI), não a sob relatoria do min. Alexandre de Moraes (ADI nº 6.553) que, incidentalmente, volta à pauta em 8 de abril.

As experiências indicam, e manuais de boas práticas para implantação de empreendimentos infraestruturais recomendam a participação de diversas partes interessadas (“stakeholders”). No caso de projetos “greenfield” e/ou quando envolvam populações tradicionais em territórios na sua área de influência, ainda com mais razão e maior cuidado. Isso é sabido e deve ser praticado.

Nessa linha, no caso da Ferrogrão, década e meia depois, já poderíamos estar aprofundando análises e discutindo/negociando com as partes interessadas, p.ex, como maximizar seu valor sob dimensões diversas (desenvolvimento regional, transição energética, redução de emissões de GEE), como ocorre em diversos outros países (tema a ser desenvolvido em futuro artigo). Canadá à frente (o benchmarking usual), mas também Austrália e USA, agregados como exemplos, ademais, por serem países de grandes territórios, de colonização contemporânea à brasileira, originalmente ocupados por inúmeras etnias indígenas/aborígenes e, a despeito de turbulências sazonais, não seria exagero considerá-los democracias consolidadas, certo?

A propósito: viagens/missões técnicas ao exterior são frequentes nos governos. Normalmente envolvem técnicos e autoridades públicas e executivos privados. Por que não organizar uma específica a um desses países, para examinar tais experiências exitosas? Tempo e recursos bem empregados! Fica a sugestão.

Poderíamos, também, estar modelando e negociando formas de maximizar os benefícios para os cerca de 950 mil brasileiros (8,35% indígenas – Censo/2022) que vivem nos municípios lindeiros ao projeto. Estudando e discutindo melhores alternativas para governança do empreendimento, melhores formas de mitigar os impactos negativos (ambientais, econômicos e sociais). Avaliando e negociando formas de compensações e/ou participações nos ganhos do empreendimento... como feito para o Terminal Portuário de Alcântara (MA).

Mas não: estamos embaralhados (cada vez mais embaralhados!) e nos debatendo (ainda) com questões mais basais; definições mais primárias.

#### Qual o busílis?

A AGU, pelo recurso de agravo (23/MAR), contesta cada um dos pontos do despacho do ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa no Processo nº 025.756/2020-6 do Tribunal de Contas da União-TCU (12/MAR). Em particular: a) Necessidade de submissão do despacho monocrático ao plenário do



TCU (Item-81ss); b) Inexistência de exigência jurídica de licença prévia como condição para a realização do leilão (Item-36ss); c) Inexigibilidade de realização de CLPI antes da LP (Item-61, 66 e 68).

Em meio às contestações, quase em passant, a AGU fornece uma informação nevrálgica: a despeito da recém anunciada política de aporte de recursos federais (tesouro e/ou investimento cruzado) para implantação de projetos ferroviários, por meio do mecanismo denominado “Viability Gap Fund – VGF”, a FG não será contemplada. Na prática, ainda que liberado pelo STF, realizadas as CLPI, licenciado ambientalmente, passa a ser quase remota o início de implantação do empreendimento!

Por seu turno, a Funai vem de revisar o Termo de Referência para a “componente indígena” do licenciamento ambiental da FG.

Destaquem-se:

a) Inclusão de várias terras indígenas no escopo, algumas muito distantes, como a Capoto/Jarina (Mebêngôkre Kayapó, Tapayuna): 164,58 km;

b) Inclusão de avaliação de impacto cumulativo – AIC na análise; esta definida como “... aqueles que resultam de efeitos sucessivos, incrementais e/ou combinados de uma ação, projeto ou atividade quando somada a outras existentes, planejadas e/ou razoavelmente antecipadas” (pg. 277 de “Avaliação de impacto ambiental – conceitos e métodos”, 3ª edição, de Luis Enrique Sánchez; uma das referências sobre o tema no Brasil, e sua obra algo como uma “Bíblia”).

c) Exigência dos “seguintes projetos e indutores de mudança” para a AIC: Ferrogrão; BR-163 e MT-322; Hidrovia do Tapajós (supõe-se concessão) e dragagem emergencial do Rio Tapajós. Lavouras de soja, atividades ilícitas (garimpo, desmatamento, grilagem, pesca ilegal, extração ilegal de madeira). Terminal da Cargill em Santarém. ETC Unitapajós, Hidrovias do Brasil, Cargill, Cianport, Rio Tapajós, Amport, “Bom Sucesso 01 e 02”; “Meu Recanto 02”; Embraps; Rurópolis; TOP; e Calha Norte. Todos com processos em trâmite na Funai. Registro: esse é o “rol mínimo” (Item VII-3)

d) Definição de metodologia (Item-2): “...deve observar os Protocolos de Consulta dos distintos povos indígenas (Consulta Livre, Prévia e Informada - CLPI - da Convenção OIT-169), bem como subsidiar a análise integrada dos impactos cumulativos (aditivos e sinérgicos) resultantes dos empreendimentos (instalados, planejados ou previsíveis) para a área do entorno das terras indígenas, levando-se em consideração a garantia da reprodução física, social, cultural e espiritual dos povos indígenas”.

O Ibama aparentemente tem visão distinta do processo e, se por coincidência ou não, apressou-se a explicitá-la ao responder (20/ MAR/26) consulta sobre a rodovia BR-319/AM/RO (processo congênere): “...informa-se que o Ibama reconhece a relevância da OIT-169.... Contudo, conforme entendimento técnico consolidado no âmbito da Diretoria de Licenciamento Ambiental, não compete ao órgão ambiental licenciador implementar a CLPI, nos moldes previstos na referida convenção, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental...”.

A ADI-5905, da Procuradoria-geral do Estado de Roraima (PGE/ RR), em análise pelo STF, argui a constitucionalidade, por meio do “reconhecimento da invalidade jurídico-constitucional do art. 6º-1, art. 13-1 e 2, art 14-1 e 2, art. 15-2 da OIT-169...”; pilares centrais da Convenção. O PL-10.678/18, da autoria da Dep. Erika Kokay (PT-BSB) e relatoria da dep.Talíria Petrone (PSOL-RJ), já aprovado na comissão, propõe regulamentar a CLPI; no mérito ampliandolhe o escopo. Já o STJ, conforme jurisprudência mencionada no Agravo da AGU condiciona sua aplicação: “A OIT-169 é expressa em determinar, em seu art. 6º, que os povos indígenas e tribais interessados deverão ser consultados”, mas destaca condições: “sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente”.

Com esse pano de fundo, falar-se de previsibilidade, segurança jurídica e projeto de estado beira uma ficção; não? No mínimo uma licença poética. Não parece estarmos entre uma governança estocástica e uma regulação quântica?



Vale o entendimento do TCU ou da AGU? Da Funai ou do Ibama? Da PGE/RO ou dos órgãos ambientais? Alias, merece cotejar-se esses entendimentos com o “Toolbox” da própria OIT, com subsídios para a interpretação e aplicação da Convenção nº 169!

### Há saída?

Sim! Como primeiro passo urge uma regulamentação geral dos ritos e instrumentos para aplicação da OIT-169 no Brasil; mesmo porque o próprio Ibama, por duas vezes, em sua resposta citada, reconhece a lacuna: “... reitera-se que a definição sobre a realização da CLPI, nos termos da Convenção nº 169 da OIT, e sobre o ente responsável por sua condução constitui matéria de âmbito estatal mais amplo, ainda pendente de regulamentação específica”. E acrescenta: “...especialmente diante da ausência de regulamentação específica pelo Poder Executivo Federal quanto aos procedimentos, momento de realização e autoridade responsável por sua condução”.

Há muitos temas serem regulamentados. Mas, das divergências apontadas, é possível dizer que ao menos esses oito não podem estar ausentes:

- 1) Processo: a CLPI é parte do processo (trifásico) de licenciamento ambiental, ou deve precedê-lo?
- 2) Consultados: Apenas os povos indígenas? Só os que vivem nas reservas (52%) ou também os urbanos (48%)? Outros povos tradicionais (beiradeiros, ribeirinhos, agroextrativistas, quilombolas) devem ser consultados?
- 3) Habilitação: Será exigida comprovação da condição de “povos tradicionais”? E de vinculação ao território? Como?
- 4) Consultar: Qual a implicação? Abrange possibilidade de veto? Visa “compatibilização de interesses”? Ou a consulta tem como escopo apenas o “como” (implantar)?
- 5) Além dos 10 km, o que objetivamente deve ser considerado? E como?
- 6) Impactos cumulativos deverão ser analisados no âmbito das CLPIs? Dos licenciamentos ambientais? Ou, se analisados, o serão nas “Avaliações Ambientais Estratégicas – AAE”? Essa avaliação será exigida apenas para a FG ou para todo e qualquer empreendimento infraestrutural?
- 7) Que participação é “aceitável” de entes públicos nas CLPI? E de ONGs? E de entidades internacionais/multilaterais?
- 8) A quem cabe, no governo, recepcionar e adotar (ou não) as manifestações oriundas das CLPIs?

Urge tal regulamentação, sob pena de projetos infraestruturais no País seguirem patinando, postergados para as próximas décadas/ gerações ou, até, inviabilizados. Projetos ferroviários, hidroviários, portuários, rodoviários, dutoviários, desde logo; mas também de geração e transmissão de energia, telecomunicações, etc.

Não apenas impactando (negativamente) a economia do País e o desenvolvimento regional; mas também privando as próprias populações tradicionais/indígenas de serem beneficiadas; como no Canadá, USA, Austrália, benchmarking internacional no encaminhamento de projetos desse tipo.

Regulamentação já!

*Frederico Bussinger escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras*

**‘ESTAMOS EMBARALHADOS (CADA VEZ MAIS EMBARALHADOS!) E NOS DEBATENDO (AINDA) COM QUESTÕES MAIS BASAIS; DEFINIÇÕES MAIS PRIMÁRIAS (DA FERROGRÃO)**

**URGE TAL REGULAMENTAÇÃO, SOB PENA DE PROJETOS INFRAESTRUTURAIS NO PAÍS SEGUIREM PATINANDO, POSTERGADOS PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS/GERAÇÕES OU, ATÉ, INVIABILIZADOS.**

**PROJETOS FERROVIÁRIOS, HIDROVIÁRIOS, PORTUÁRIOS, RODOVIÁRIOS, DUTOVIÁRIOS, DESDE LOGO; MAS TAMBÉM DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA, TELECOMUNICAÇÕES, ETC**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/04/2026

## **POLÍTICA - FARIA LIMA DEVE ESTAR BRAVA COM EDUCAÇÃO PARA POBRES, DIZ LULA**

Presidente critica 'avenida dos banqueiros' ao falar do programa Pé-de-Meia. Segundo o governo, iniciativa reduziu 43% da evasão escolar em 2 anos



**Da Agência Brasil**

**Lula afirmou que o governo já investiu cerca de R\$ 18,6 bilhões ao programa, voltado à permanência de estudantes no Ensino Médio**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quarta-feira, 1, que o investimento do governo federal em educação e em programas sociais, como o Pé-de-Meia, contraria interesses do mercado financeiro e voltou a criticar a elite econômica do País

durante evento em Fortaleza (CE).

“A Faria Lima, lá em São Paulo, a ‘Avenida dos Banqueiros’, deve estar ‘p...’ comigo. ‘Por que esse Lula fica colocando R\$ 18 bilhões para cuidar de filho de pobre na escola, se esse dinheiro poderia estar aqui no banco rendendo pra gente ficar mais rico?’”, disse o petista.

No evento, Lula afirmou que o governo já destinou cerca de R\$ 18,6 bilhões ao programa, voltado à permanência de estudantes no Ensino Médio, e defendeu que o gasto deve ser visto como investimento estratégico.

“Quando se trata de educação, não se fala em gasto, se fala em investimento, porque a educação é o melhor investimento que o país pode fazer para melhorar a possibilidade do seu povo”, afirmou.

Ao defender a ampliação do acesso à educação, Lula afirmou que políticas públicas na área buscam reduzir desigualdades históricas e garantir igualdade de oportunidades. Segundo ele, a intenção é permitir que estudantes de diferentes origens disputem em condições semelhantes.

“Estamos apenas abrindo uma porta para que o filho do trabalhador e a filha da empregada doméstica tenham a mesma chance de disputar uma vaga com qualquer outra pessoa neste país”, afirmou.

A cerimônia foi marcada ainda por provocações de opositores durante os discursos e por uma reação direta do governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), que rebateu as manifestações com críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ao discursar, Elmano tentou conter as interrupções de opositores presentes e classificou os episódios como “provocações” de bolsonaristas. Em tom crítico, afirmou que adversários políticos “não fizeram nada no Ceará”, citando a ausência de investimentos em escolas técnicas e universidades, além de criticar políticas salariais. “Tchau, tchau. Já vai tarde, (Jair) Bolsonaro”, disse arrancando aplausos da plateia petista.

O presidente incentivou a participação popular na vida pública e pediu que apoiadores não abandonem o debate político, defendendo que são justamente “as pessoas honestas” que precisam permanecer engajadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/04/2026

### NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)



#### **NOVO SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Uma das primeiras medidas do novo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, foi anunciar quem ocupará a Secretaria-executiva da pasta. Na noite dessa quarta-feira, em suas redes sociais, Franca revelou que o cargo ficará com o então diretor de Finanças da Infraero, Guilherme Ribeiro (foto). E já apontou os principais objetivos do novo número 2 da pasta: “dar continuidade ao nosso trabalho mantendo o ritmo de entregas, destravando processos e atuando de forma transversal no MPor”.

#### **O PADRINHO**

A indicação de Ribeiro - especialista em Relações Internacionais e mestre em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas - partiu do presidente nacional do Republicanos, o deputado federal Marcos Pereira (SP). Ele também analisa se haverá alterações entre os titulares das secretarias do ministério. Essas definições devem ser conhecidas nos próximos dias.

#### **PRODUÇÃO RECORDE**

A produção de petróleo e gás natural no Brasil bateu recorde em fevereiro, segundo balanço divulgado nesta quarta-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Foram produzidos 5,304 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), medida que abrange tanto o petróleo quanto o gás natural. O recorde anterior foi registrado em outubro de 2025, com 5,255 milhões de boe/d.

#### **PETRÓLEO E GÁS**

Considerando apenas o petróleo, foram extraídos 4,061 milhões de barris por dia (bbl/d) - uma variação positiva de 2,7% na comparação com o mês anterior e um aumento de 16,4% em relação ao mesmo mês de 2025. Já a produção de gás natural em fevereiro foi de 197,63 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d). Nesse caso, houve crescimento de 2,3% frente a janeiro, e de 24,5% na comparação com fevereiro de 2025. A produção foi obtida em 6.079 poços, sendo 582 marítimos e 5.497 terrestres. Os campos marítimos produziram 98% do petróleo e 87,8% do gás natural do país.

#### **A PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS**

Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 89,46% do total produzido

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/04/2026

### POLÍTICA - 6X1: GOVERNO VAI ENVIAR PL EM REGIME DE URGÊNCIA

Decisão foi motivada pela lentidão da Câmara dos Deputados. Se novo projeto for entregue na semana que vem, matéria pode ser votada até meados de maio

#### **Do Estadão Conteúdo**



**Apesar de a decisão já ter sido tomada, auxiliares de Lula defendem que o governo procure o presidente da Câmara, Hugo Motta (foto), antes de encaminhar o projeto de lei**

O governo Lula bateu o martelo e decidiu enviar um projeto de lei com urgência constitucional sobre o fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, de acordo com fontes do Planalto. Segundo integrantes do governo, o envio do projeto deve ocorrer nos próximos dias.



Dois fatores contribuíram para a tomada da decisão, afirmam auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O primeiro deles é a percepção, dentro do governo, de que a matéria está tendo uma tramitação lenta na Câmara.

Atualmente, a discussão principal sobre o fim da escala 6x1 ocorre no âmbito de uma proposta de emenda à Constituição da deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

Em fevereiro, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu encaminhar a medida para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em uma tentativa de dar protagonismo para o Congresso.

Desde o começo, porém, a tramitação mais demorada de uma PEC provocou críticas de governistas. Além da CCJ, a proposta ainda precisa passar por uma comissão especial. Por isso, havia um temor de que esse cronograma jogasse o tema para depois das eleições, o que atrapalharia os planos do governo de usar a medida como bandeira eleitoral.

O projeto de lei com urgência constitucional obrigaria os deputados a se debruçarem sobre a proposta em até 45 dias, sob risco de travar a pauta da Casa. O Senado teria o mesmo prazo.

### **Fator 2**

Outro fator que pesou foi que o projeto de lei abre possibilidade para veto presidencial, algo que não ocorre com a PEC, que é promulgada pelo Congresso. Com isso, o Planalto teria a palavra final sobre o texto.

Apesar de a decisão ter sido tomada, auxiliares de Lula defendem que o governo procure Motta antes de encaminhar formalmente o projeto de lei. O objetivo é minimizar o potencial mal-estar que será criado com o envio da proposta.

Motta já declarou publicamente que deseja votar a PEC em maio. Pelo cronograma desenhado pelo relator da proposta na CCJ, deputado Paulo Azi (União-BA), a última audiência pública sobre o tema ocorre nesta terça-feira, 7, com a participação de representantes de confederações setoriais.

A seguir, Azi elaboraria seu relatório, que ainda teria um pedido de vista antes de ser votado. Se aprovado, o texto seguiria para a comissão especial, que analisa o mérito.

### **Até maio**

O projeto de lei com urgência constitucional, se enviado na próxima semana, poderia ser votado até meados de maio na Câmara e antes do recesso parlamentar no Senado. Isso daria tempo para o governo usar como bandeira em sua campanha, e também atenderia os parlamentares interessados em pegar carona na popularidade do tema.

Além da PEC, a Câmara também debate o tema em um projeto de lei da deputada Daiana Santos (PC do B-RS), que tramita na Comissão de Trabalho. A proposta, no entanto, também enfrenta resistência.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## **POLÍTICA - RODRIGO PACHECO SE FILIA AO PSB DE OLHO NO GOVERNO DE MG**

Ao integrar partido aliado do PT, Pacheco terá o apoio de Lula na eleição estadual

### **Do Estadão Conteúdo**

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) filiou na noite desta quarta-feira, 1º, o ex- -presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de olho no apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à sua pré-candidatura ao governo de Minas Gerais.

O ato da filiação foi feito no diretório nacional do PSB, em Brasília, e contou com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), do presidente nacional da sigla e ex-prefeito de Recife, João Campos, e do ministro do Empreendedorismo, Márcio França (PSB).

Pacheco deixou o PSD de Gilberto Kassab, que passou a ocupar o governo de Minas com Matheus Simões, vice de Romeu Zema (Novo), que se desincompatibilizou do cargo em meio a negociações para a eleição presidencial em outubro.

O PSD lançou nesta semana o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado, como postulante ao Palácio do Planalto, depois da desistência do governador paranaense, Ratinho Júnior.

Agora, num partido aliado do PT, Pacheco terá o caminho livre para disputar o governo mineiro. E poderá ter o apoio de Lula sem constrangimentos nem resistências internas.

O convite para Pacheco se filiar ao PSB foi feito num jantar com Alckmin, João e o ex-presidente da legenda, Carlos Siqueira, na semana passada. O argumento usado pelos socialistas para tentar convencer o senador foi de que, diferentemente de outros partidos em Minas, o PSB estaria fechado em torno de sua candidatura ao governo estadual.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## POLÍTICA - JORGE MESSIAS PREGA SEPARAÇÃO DOS PODERES

Após Lula formalizar sua indicação ao STF, advogado-geral da União se dirigiu ao Senado, que vai sabatiná-lo, e reforçou sua formação evangélica

### **Do Estadão Conteúdo**



***O fator religioso tem sido visto como uma forma de quebrar a resistência de Messias entre os senadores de oposição***

Em carta direcionada ao Senado, o advogado-geral da União, Jorge Messias, indicado a uma vaga no Supremo Tribunal Federal, reforçou sua formação evangélica e defendeu o “respeito absoluto à separação dos Poderes”. A indicação começou a tramitar oficialmente no sistema do Senado nesta quarta-feira, 1º.

“Acredito firmemente que o fortalecimento das instituições, o respeito às leis e o diálogo entre os Poderes são os pilares da democracia e da harmonia institucional. Tenho absoluta consciência de que o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal exige distanciamento institucional, serenidade decisória e respeito absoluto à separação dos Poderes”, escreveu Messias na mensagem.

O atual AGU se descreveu como “filho de pais evangélicos” e incluiu a fé e a família como parte de seus valores. O fator religioso tem sido visto como uma forma de quebrar a resistência de Messias entre os senadores de oposição.

“Meu compromisso, se aprovado por esta Casa, é o de exercer a jurisdição constitucional com independência, imparcialidade e fidelidade à Constituição e observância à Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), e guiado pelos valores que me formam: a fé, a família, o trabalho, a ética no serviço público, a justiça e o amor ao Brasil”, disse.

Na mensagem, Messias ainda fez uma retrospectiva de sua carreira no serviço público e na área acadêmica e pregou harmonia institucional.



“À frente da Advocacia-Geral da União, concentrei esforços em três diretrizes centrais: (i) fortalecimento da segurança jurídica; (ii) promoção do diálogo interinstitucional em temas estruturantes; e (iii) defesa responsável do equilíbrio fiscal e da previsibilidade orçamentária. Sempre com base no permanente diálogo entre os Poderes, na direção da harmonia institucional”, escreveu.

As declarações vêm após uma série de embates entre o Congresso e Judiciário, incluindo o pagamento de emendas parlamentares e decisões do STF que afetam comissões parlamentares de inquérito.

### **Formalização**

A formalização do nome de Messias ocorre mais de quatro meses depois de Lula ter anunciado a escolha, em novembro do ano passado. Na reunião ministerial no Palácio do Planalto, Lula afirmou que tomaria a medida na terça-feira, 31. Por “questões burocráticas”, porém, a indicação oficial ocorreu um dia depois.

Lula considera o ministro da AGU leal e “maduro” para o STF, um nome que não representa nenhuma aposta de risco para o seu governo. Nos bastidores, Lula afirma ter se decepcionado com decisões de ministros que indicou no passado, como Dias Toffoli, Cármen

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

## **POLÍTICA - RELATOR DA SABATINA NO SENADO SERÁ WEVERTON ROCHA, ALVO DE OPERAÇÃO DA PF**

### ***Do Estadão Conteúdo***

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), decidiu manter o senador Weverton Rocha (PDT-MA) como relator da sabatina de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Segundo Alencar, o procedimento seguirá o rito regimental: após a leitura da mensagem presidencial na CCJ, os senadores terão vista coletiva do processo e, em seguida, a sabatina será agendada.

A decisão mantém Rocha no cargo mesmo após ele ter sido alvo de busca e apreensão em dezembro do ano passado, em nova fase da Operação Sem Desconto, da Polícia Federal. A investigação apura irregularidades em descontos associativos cobrados de aposentados e pensionistas do INSS.

O governo enviou ao Senado, nesta quarta-feira, 1º, a mensagem presidencial que formaliza a indicação. Rocha já havia sinalizado que apresentará parecer favorável a Messias, por entender que o advogado-geral da União “preenche todos os requisitos necessários para ocupar a vaga”.

O avanço do processo, porém, depende do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a quem cabe encaminhar a indicação à CCJ e definir o calendário de votação.

Alcolumbre ficou insatisfeito com Lula após o presidente anunciar publicamente, durante reunião ministerial na terça-feira, que enviaria o nome ao Senado sem antes comunicar o presidente da Casa. Segundo aliados, ele avalia que a indicação corre risco de rejeição, diante da articulação da oposição liderada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Integrantes da base governista avaliam, no entanto, que Messias reúne os votos necessários para ser aprovado e defendem que a votação ocorra o mais cedo possível. A preocupação é que o calendário eleitoral e o risco de uma delação de Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, possam dificultar a aprovação no segundo semestre.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

### TRANSPORTES – RENAN FILHO DEIXA TRANSPORTES PARA DISPUTAR GOVERNO DE ALAGOAS

Saída do ministro ocorre dentro do prazo eleitoral; secretário-executivo George Santoro assume o comando da pasta

Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***A decisão de promover George Santoro ao comando do ministério no lugar de Renan Filho já havia sido antecipada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião ministerial***

O ministro dos Transportes, Renan Filho, deixou o cargo na quarta-feira (1º) para cumprir o prazo de desincompatibilização exigido pela legislação eleitoral e disputar as eleições de outubro. A exoneração foi formalizada em edição extra do Diário Oficial da União, que

também trouxe a nomeação do então secretário-executivo da pasta, George Santoro, para o comando do ministério.

A saída ocorre às vésperas do prazo legal para afastamento de ocupantes de cargos públicos que pretendem concorrer nas eleições, fixado neste ano em 4 de abril. Renan Filho deve disputar o governo de Alagoas, em um cenário político que também envolve o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), e a articulação de diferentes grupos locais. No Estado, a movimentação eleitoral inclui ainda a disputa por espaços entre o senador Renan Calheiros (MDB) e o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP).

Economista formado pela Universidade de Brasília (UnB), Renan Filho tem 46 anos e é natural de Murici (AL). Ele estava à frente do Ministério dos Transportes desde o início do atual governo, em janeiro de 2023.

A decisão de promover Santoro ao comando do ministério já havia sido antecipada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião ministerial realizada na véspera. “Tomei a decisão de não colocar ministro novo. Temos uma máquina funcionando, e nenhum ministério vai começar tudo outra vez. A obrigação de quem permanece é concluir e fazer com que a máquina funcione sem qualquer paralisia”, afirmou o presidente.

Ao deixar o cargo, Renan Filho destacou a estrutura do ministério e a capacidade técnica do corpo de servidores. “O Ministério dos Transportes tem um propósito claro e sabe fazer aquilo a que se propõe. Com as condições necessárias, entrega resultados. Possui memória institucional, equipe qualificada e servidores de carreira capazes e dedicados. Saio com a convicção de que o Ministério está preparado para enfrentar os desafios do Brasil e promover uma infraestrutura melhor”.

#### **Obras e investimentos**

Durante a gestão de Renan Filho, iniciada em 2023, o ministério concentrou esforços na retomada de obras rodoviárias e na ampliação dos investimentos em infraestrutura de transportes. Segundo dados apresentados pela pasta, foram realizados 23 leilões de concessões rodoviárias desde então, com previsão de outros 12 certames ao longo de 2026. O conjunto desses projetos soma cerca de R\$ 400 bilhões em investimentos previstos.

No segmento ferroviário, o planejamento inclui a realização de oito leilões em 2026, com estimativa de R\$ 140 bilhões em aportes. A gestão também avançou na criação de instrumentos voltados à reorganização de contratos de concessão, como o Programa de Otimização de Contratos, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU).

Além das ações voltadas à infraestrutura física, a pasta incluiu iniciativas relacionadas à mobilidade e à segurança viária. Entre elas, o Programa CNH do Brasil, que trata da ampliação do acesso à habilitação, com medidas voltadas à redução de custos e simplificação de procedimentos.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### **TRANSPORTES - GEORGE SANTORO HERDA AGENDA DE OBRAS RODOVIÁRIAS E PROJETOS LOGÍSTICOS**

O novo ministro dos Transportes, George André Palermo Santoro, assumiu o cargo na quarta-feira (1º) com a tarefa de dar continuidade às ações em andamento na pasta, após a saída de Renan Filho para disputar as eleições. Até então secretário-executivo do ministério, Santoro participou da condução de projetos relacionados a obras rodoviárias, concessões e políticas de investimento.

Ao tomar posse, ele indicou que pretende manter o foco na execução de obras e na agenda de investimentos. “Vamos manter a infraestrutura no centro da estratégia de desenvolvimento nacional. Não é retórica. É planejamento, execução e resultado. Estamos construindo estradas mais seguras, logística mais eficiente, economia mais competitiva e um futuro mais previsível para o Brasil. Agradeço a confiança dada a mim. É um desafio enorme e temos muito o que fazer”, afirmou.

Antes de assumir o ministério, Santoro teve atuação na área fiscal e de gestão pública. Servidor de carreira como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, é advogado e contador, com mestrado em Contabilidade e Administração pela Fucape Business School. Também possui especializações em Economia Empresarial, pela Universidade Candido Mendes, em Administração Pública, pela Fundação Getulio Vargas (FGV), e em Direito do Trabalho e Previdenciário.

No setor público, ocupou por oito anos a Secretaria da Fazenda de Alagoas e atuou como subsecretário de Política Fiscal e de Receita do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo da carreira, esteve envolvido em projetos relacionados à gestão fiscal, concessões e reorganização de contas públicas.

A Secretaria-Executiva do ministério passa a ser ocupada por Bruno Praxedes, que até então atuava como chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos da pasta.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### **TRANSPORTES - PORTOS E AEROPORTOS – TOMÉ QUER PORTOS MAIS ÁGEIS, AEROPORTOS REGIONAIS E HIDROVIAS CONSOLIDADAS**

Novo ministro assume o Ministério de Portos e Aeroportos no lugar de Silvio Costa Filho, que deixou o cargo para cumprir a legislação eleitoral

Por **BEATRIZ DE CASTELA** [redacao.jornal@redebenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebenews.com.br)



**O novo ministro Tomé Franca também terá a missão de acompanhar o início das obras do túnel Santos-Guarujá, a maior obra de infraestrutura de transportes do Novo PAC**

O Ministério de Portos e Aeroportos tem planos ambiciosos para 2026. Com a posse de Tomé Franca na quarta-feira (1º), a pasta reafirma uma agenda intensa: leilões de 21 terminais aéreos, incluindo o de Brasília, além de 15

leilões de terminais portuários em complexos estratégicos como Santos (SP) e Paranaguá (PR). O novo ministro também terá a missão de acompanhar o início das obras do túnel Santos-Guarujá, a maior obra de infraestrutura de transportes do Novo PAC, orçada em mais de R\$ 6,8 bilhões.

No setor aéreo, a pasta prevê ainda a segunda etapa do programa AmpliAR, voltado ao fomento da aviação regional. A iniciativa busca conectar cidades menores ao restante do país, ampliando o acesso ao transporte aéreo para além dos grandes centros.

No setor aquaviário, o foco está na dragagem de rios, no derrocamento para facilitar a navegação, na recuperação de terminais fluviais e na concessão de hidrovias estratégicas, como as do Paraguai, do Madeira, do Tocantins e a Hidrovia Verde. O objetivo é integrar os diferentes modais de transporte para reduzir custos logísticos e aumentar a competitividade das exportações brasileiras.

A cerimônia de posse, em Brasília, reuniu lideranças empresariais e autoridades do setor. Entre os presentes, estava o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião.

Franca chega ao cargo após ocupar a secretaria executiva da pasta e participar diretamente da formulação das principais políticas do setor, incluindo programas como Investe + Aeroportos e Navegue Simples. “Precisamos de portos mais ágeis para nossas exportações, aeroportos regionais que conectem o Brasil ao mundo e a consolidação definitiva das nossas hidrovias”, afirmou o novo ministro.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 02/04/2026**

## TRANSPORTES - PORTOS - SUAPE RECEBE COMITIVA DO PORTO DE ANTUÉRPIA-BRUGES

Visita de executivos belgas ocorre em meio às expectativas com acordo Mercosul–UE e inclui intercâmbio técnico, atração de armadores e estudos conjuntos



**Da** **Redação**  
[redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

**Liderada pelo CEO do Porto de Antuérpia, Kristof Waterschoot, a comitiva foi recebida pelo presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Armando Monteiro Bisneto**

O Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) recebeu, na segunda-feira (30), uma comitiva do Porto de Antuérpia-Bruges, da Bélgica, em agenda voltada à aproximação institucional, ao intercâmbio técnico e à discussão de possíveis parcerias entre os dois complexos. A visita foi liderada pelo CEO do porto europeu, Kristof Waterschoot, e integra a estratégia internacional da estatal pernambucana de ampliar sua inserção em redes globais de logística e fortalecer relações com operadores e autoridades portuárias no exterior.

A agenda ocorre em um contexto de expectativa em torno do acordo entre Mercosul e União Europeia, assinado em 17 de janeiro deste ano, que tende a influenciar o fluxo de comércio entre os blocos. A avaliação apresentada durante os encontros é de que a reconfiguração dessas rotas pode abrir espaço para maior participação de portos brasileiros, especialmente no Nordeste, tanto no escoamento de exportações quanto na recepção de cargas europeias.

Kristof Waterschoot tem atuação voltada à gestão de operações portuárias, estratégia e logística internacional, com participação em projetos de desenvolvimento de infraestrutura e integração de cadeias logísticas. A visita também incluiu tratativas para ampliar o intercâmbio técnico com a Port of Antwerp-Bruges International (PoABI), braço internacional do complexo belga responsável por iniciativas de cooperação e consultoria em diferentes países.

Além do CEO, a delegação contou com a presença de Wannes Vincent, gerente associado, e de Matheus Doleck, representante para a América Latina. O grupo foi recebido pelo diretor- -presidente

de Suape, Armando Monteiro Bisneto, pelo diretor de Desenvolvimento e Gestão Portuária, José Constantino, e pelo assessor especial da presidência para Investimentos e Novos Negócios, Rodrigo Monteiro.

Durante a reunião, realizada no Centro Administrativo do porto, foram discutidas possibilidades de cooperação em áreas como atração de novos armadores, ampliação da presença de operadores logísticos internacionais e desenvolvimento de projetos conjuntos. A pauta incluiu ainda a análise de oportunidades para expansão de terminais e a troca de experiências sobre modelos de gestão portuária adotados em diferentes mercados.

“Tivemos um encontro muito produtivo, que vai evoluir para parcerias estratégicas em vários segmentos. Em breve, deveremos anunciar novidades importantes para consolidar Suape como hub port internacional”, afirmou Armando Monteiro Bisneto durante a agenda.

As discussões envolveram também o potencial de ampliação das conexões marítimas e a integração entre rotas internacionais, com foco no eixo do Atlântico. A aproximação com o porto belga foi apresentada como uma possibilidade de inserção mais ampla em cadeias logísticas globais, com reflexos sobre a diversificação de cargas e o aumento da frequência de serviços marítimos.

Outro ponto tratado foi a possibilidade de realização de estudos conjuntos entre as instituições, abrangendo diferentes frentes operacionais e administrativas. Entre os temas mencionados estão a expansão da infraestrutura portuária, o aprimoramento de processos e a adoção de práticas voltadas à eficiência operacional.

### **Outras discussões**

A agenda incluiu ainda discussões sobre transição energética, capacitação técnica e desenvolvimento de soluções voltadas à sustentabilidade das operações. Esses temas foram apresentados como áreas de interesse comum entre os dois complexos, com potencial para cooperação técnica e troca de conhecimento especializado.

Nos bastidores, a aproximação também dialoga com iniciativas recentes da administração de Suape no exterior. O diretor-presidente Armando Monteiro Bisneto participou, recentemente, de missão internacional que incluiu visitas a complexos portuários em Singapura, Malásia e Indonésia, em busca de referências operacionais e oportunidades de parceria.

A programação da comitiva belga foi encerrada com uma visita técnica à Torre de Controle de Suape, estrutura que permite o monitoramento das operações portuárias e oferece visão ampla das áreas de atracação, píeres e movimentação de embarcações no complexo.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## **TRANSPORTES - PORTOS - OPERAÇÃO TRANSPORTA TRANSFORMADOR AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO**

Carga especial saiu de Guarulhos e mobilizou equipes até chegar ao terminal no Litoral Norte de São Paulo

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)



***A operação de transporte exigiu bloqueios temporários, intervenções em pedágios e planejamento específico para permitir a passagem do conjunto, de grandes dimensões***

Uma grande operação logística mobilizou concessionárias e equipes técnicas para realizar o transporte de um



megatransformador de 845 toneladas, que saiu de Guarulhos até o Porto de São Sebastião. Segundo informou a Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), o equipamento tem previsão de chegar ao terminal na quarta-feira (1º) e será embarcado com destino à Arábia Saudita.

Esta é a primeira vez que uma carga desse porte percorre todo esse trajeto, desde a Região Metropolitana até o Litoral Norte do estado. O deslocamento do transformador foi realizado ao longo de vários dias, sempre no período noturno. A operação exigiu bloqueios temporários, intervenções em pedágios e planejamento específico para permitir a passagem do conjunto, de grandes dimensões.

Na Rodovia dos Tamoios, principal conexão rodoviária com o Porto de São Sebastião, a passagem da carga especial ocorreu em três etapas: pelo trecho de planalto, entre os quilômetros 11,5 e 54; pela Serra Nova, com interdições programadas em túneis e desvio do tráfego; e, por fim, pelo Contorno Sul até o porto.

O transformador tem cerca de 10,7 metros de comprimento, 4,52 metros de largura e 4,92 metros de altura. Transportado em uma estrutura especial, o conjunto atingiu aproximadamente 138 metros de comprimento.

O diretor-presidente do Porto de São Sebastião, Ernesto Sampaio, afirmou que a operação demonstra a capacidade do terminal para receber cargas de grande porte. "Temos infraestrutura e localização estratégica para atender esse tipo de demanda com segurança e eficiência", declarou.

### **Contorno Sul**

A operação evidencia a importância de investimentos em infraestrutura para viabilizar o transporte de cargas especiais e ampliar a competitividade logística. Nesse contexto, projetos em andamento no porto buscam dar suporte a operações desse tipo.

A carga passou pelo Contorno Sul, novo sistema viário inaugurado no ano passado pelo Governo do Estado. O trecho tem como objetivo otimizar o tráfego de veículos de carga que acessam o complexo portuário. Com a nova ligação, o trajeto entre Caraguatatuba e o porto foi reduzido em cerca de 30 minutos.

Para os próximos meses, está prevista a entrega de um novo acesso viário exclusivo ao porto, obra também conduzida pelo governo estadual.

Com investimento de mais de R\$ 51 milhões, a ligação criará uma rota direta entre as rodovias e o cais, permitindo que caminhões acessem o terminal sem passar pela área central da cidade. A expectativa é reduzir congestionamentos, aumentar a segurança viária e tornar mais ágil o fluxo de cargas de grande porte.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

## **TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DO PECÉM RECEBE 92 PRODUTOS CHINESES INÉDITOS**

Nova rota direta entre o Ceará e a Ásia, operada desde abril do ano passado, muda o fluxo de importações e coloca o terminal como primeira parada no Brasil

**Por MARIANA NEROME** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

O Ceará passou a importar 92 produtos chineses que nunca haviam chegado ao Estado antes. Os dados são do Comex Stat, plataforma do Governo Federal, e cobrem janeiro e fevereiro de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025.

Entre as novidades, o destaque vai para automóveis de passageiros, que somaram mais de US\$ 7,1 milhões em valor importado, seguidos por coques e semicoques de hulha, com US\$ 5,9 milhões, e itens como aparelhos de raios-X, bulldozers e escavadoras.

Segundo a plataforma, a lista também inclui equipamentos médicos, insumos para construção civil, vestuário feminino e até frutas e hortaliças congeladas.

Porém, o crescimento não se limitou aos produtos novos. Algumas categorias que já entravam pelo Estado dispararam no comparativo entre os dois primeiros meses de cada ano.

Os compostos de função carboxiamida, fungicidas usados em culturas como soja, milho e trigo, saltaram de US\$ 90,6 mil para US\$ 1,6 milhão, alta de 1.704,7%. Teares e máquinas de costura industrial cresceram 1.604,1% no mesmo intervalo, saindo de US\$ 209 mil para US\$ 3,5 milhões. Chapas e tiras de alumínio avançaram 1.577,8%, de US\$ 156 mil para US\$ 2,6 milhões.

Por trás desses números está uma mudança logística. Em abril de 2025, o Porto do Pecém passou a ser a primeira parada brasileira de navios vindos da Ásia pela rota do Canal do Panamá.

O trajeto, que passa por portos na China, Coreia do Sul, Índia, Singapura e República Dominicana antes de chegar ao Ceará, reduziu o tempo de viagem para cerca de 40 dias e dispensou o caminho antigo, que levava as cargas até Santos antes de subir para o Nordeste. A mudança encurtou prazos e barateou o frete para quem importa pela região.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/04/2026

## TRANSPORTES - PORTOS - CODEBA ASSINA CONTRATO E GARANTE RETOMADA DA DRAGAGEM EM ITAJAÍ

Ordem de serviço com a empresa Van Oord foi emitida na quarta-feira (1º) e expectativa é de retomada dos trabalhos nos próximos dias

Por **CÁSSIO LYRA** [redacao.jornal@redebene.com.br](mailto:redacao.jornal@redebene.com.br)



**Além de beneficiar o Porto de Itajaí, operado pela JBS Terminais, o trabalho de dragagem para manutenção do calado atual beneficia os terminais privados como o Portonave**

A Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba) e a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) anunciaram a assinatura eletrônica do contrato de licitação definitiva para os serviços de dragagem de manutenção do canal de acesso aquaviário.

O acordo foi fechado com a empresa Van Oord, companhia holandesa com ampla experiência no setor portuário. O contrato foi firmado no valor de R\$ 63,8 milhões e tem vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de prorrogação, nos termos legais, por até 48 meses, assegurando a continuidade da dragagem pelos próximos cinco anos.

A ordem de serviço foi emitida nesta quarta-feira (1º). O serviço será executado pela draga Utrecht, com expectativa de início dos trabalhos nos próximos dias.

A contratação contempla a dragagem de manutenção do canal de acesso aquaviário ao Porto de Itajaí, incluindo canal interno, canal externo, berços de atracação e bacias de evolução, garantindo as profundidades necessárias para a navegabilidade e a segurança das operações.

Além de beneficiar o Porto de Itajaí, operado pela JBS Terminais, a dragagem para manutenção do calado atual beneficia os terminais privados da região, como o Portonave, terminal de contêineres localizado em Navegantes.



A Van Oord executou os trabalhos de dragagem de manutenção no canal de acesso desde o ano passado, cujo contrato se encerrou em 13 de fevereiro de 2026. Desde então, o canal está sem os serviços, mas segue com operações regulares de navios, com as profundidades e o calado máximo sendo observados pela Autoridade Portuária e pela autoridade marítima.

O contrato prevê a exigência de profundidade mínima de 14 metros no canal externo, 13,5 metros no canal interno e a mesma medição nas bacias de evolução e nos berços de atracação.

“O Porto de Itajaí dá um passo decisivo para garantir segurança e previsibilidade às operações. Com a assinatura eletrônica do contrato da licitação definitiva, asseguramos a dragagem para os próximos cinco anos, o que representa mais estabilidade operacional, mais confiança para o setor e mais competitividade para o nosso porto público. Esta gestão enfrentou e resolveu um passivo histórico, com o pagamento da dívida de R\$ 48 milhões deixada pela gestão anterior, e agora conclui a licitação definitiva, consolidando uma solução estruturante para o porto”, afirmou o superintendente João Paulo Tavares Bastos.

### Concessão

Esperado para este ano, com data do leilão ainda a ser definida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o canal de Itajaí será o segundo a ser concedido à iniciativa privada. O primeiro nesse modelo no sistema portuário brasileiro é o canal de acesso ao Porto de Paranaguá.

O contrato terá duração de 25 anos e prevê investimentos de mais de R\$ 300 milhões, além da dragagem de aprofundamento para até 16 metros, o que permitirá a entrada de navios de maior porte.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

## TRANSPORTES - PORTOS - PORTO DE ILHÉUS AMPLIA RECEITA E MOVIMENTA 49 MIL TONELADAS NO BIMESTRE

Resultado até fevereiro cresce 69,98%, puxado por cacau e níquel, enquanto porto discute obras e mudanças na gestão

*Da Redação [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)*

O Porto de Ilhéus, no sul da Bahia, movimentou 49.183 toneladas de cargas e recebeu nove navios de cruzeiro nos dois primeiros meses de 2026. No período, a receita gerada pelas operações portuárias alcançou R\$ 1,5 milhão, resultado 69,98% superior ao registrado no mesmo intervalo do ano passado. Os dados foram apresentados em reunião do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), realizada na terça-feira (31), na sede do terminal.

A movimentação foi puxada principalmente pelo escoamento de cacau e níquel. Mais de 18 mil toneladas de cacau passaram pelo porto no período, além de cerca de 21 mil toneladas de níquel, concentrando a maior parte das operações registradas no bimestre.

Os números foram apresentados durante encontro que reuniu dirigentes da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), autoridades públicas e representantes do setor produtivo. Participaram da reunião integrantes da administração portuária, além de representantes da Marinha do Brasil, da Receita Federal, da prefeitura de Ilhéus, da iniciativa privada e de entidades da sociedade civil.

Na reunião, também foram detalhadas intervenções previstas para a infraestrutura do porto, incluindo a dragagem de aprofundamento do canal, o cercamento da área e a implantação de um sistema de controle de acesso, voltado à viabilização da operação em área alfandegada. Outro ponto abordado foi a adoção de uma solução de engenharia para o cais, com o objetivo de conter o chamado embrechamento, processo de deslocamento estrutural provocado pela ação das marés.

O encontro também marcou mudanças na gestão do terminal e do conselho. Foi apresentado o novo gerente do Porto de Ilhéus, João Batista Aquino, enquanto o então responsável interino passou a atuar em função técnica de apoio à administração. No Conselho de Autoridade Portuária, Pedro Henrique Pena assumiu a presidência, em substituição a Felipe Medeiros Lima.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/04/2026

### BRASIL EXPORT - PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2026

## PROGRAMAÇÃO BAHIA EXPORT 2026

(sujeita a alterações)

#### 9 | ABRIL | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Sessão solene de abertura com autoridades convidadas

10h00 Palestra especial do exmo. sr. Governador do Estado da Bahia,

Jerônimo Rodrigues – A CONFIRMAR

10h30 Intervalo

10h45 Painel 1: Desafios da infraestrutura de transportes na Bahia

Moderação: Núria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do

Grupo Brasil Export

Debate: José Demétrius Moura, Diretor de Relações com o Mercado da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA); Roberta Carvalho, Diretora Jurídica e de Relações Institucionais da Wilson Sons; Roberto Oliva, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Demais participantes a confirmar

11h45 Palestra especial

12h30 Encerramento do período da manhã

14h00 Apresentação de Henrique Carballal, Presidente da Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM)

14h20 Painel 2: A nova fronteira mineral e o protagonismo do estado da Bahia

Moderação: Georgina Maynard, Apresentadora e Repórter da Rede Bahia

Debate: Anderson Arruda, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia; Marcelo Silvestre,

Diretor-Presidente da Galvani; Milson Mundim, Country Manager da Atlantic

Nickel no Brasil

15h20 Painel 3: Agronegócio e as cadeias produtivas da Bahia

Moderação: Andreia Silva, Apresentadora e Repórter da Rede Bahia

Debate: Cristina Gross, Diretora financeira da Associação de

Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA); Eduardo Sales, Deputado Estadual

pelo estado da Bahia; Guilherme Moura, Vice-Presidente da Federação da

Agricultura do Estado da Bahia (FAEB); Waldyr Promícia, Presidente da

Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas (Abrafrutas)

16h20 Intervalo

16h50 Apresentação especial: Wanger Alencar Rocha, Diretor Financeiro e

de Crédito do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

17h15 Painel 4 – InfraESG: Multimodalidade, sustentabilidade e

financiabilidade

Moderação: Mariana Pescatori, Diretora Regulatória e Institucional da

Hidroviás do Brasil

Debate: André Salcedo, CEO da Motiva; Fabio Marchiori, CEO da

VLI; Felipe Queiroz, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT); Luís Perin, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Ever Air

Mobility

18h15 Apresentação especial

18h45 Encerramento das atividades do dia

#### 10 | ABRIL | SEXTA-FEIRA

08h00 Credenciamento e boas-vindas

08h30 Painel 5: Impacto das energias renováveis e dos investimentos em sustentabilidade no PIB da Bahia

Moderação: Luciana Fialho, Jornalista

Debate: Eduardo Sodré, Secretário do Meio Ambiente do Estado

da Bahia; Marcelo Lyra, Vice-Presidente de Comunicação, Relações

Institucionais e ESG da Acelen; Cristina Wadner, Advogada e especialista

em Direito Marítimo, Portuário, Aduaneiro e Direito Processual Civil; Raissa

Pimentel, Doutora e mestre em direito e sustentabilidade pela Universidade

Federal da Bahia (UFBA); Vladson Menezes, Diretor-Executivo da Federação

das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB)

09h30 Apresentação de Luiz Gavazza, Diretor-Presidente da BahiaGás

09h45 Apresentação especial do candidato ao Governo do Estado da Bahia,

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto – A CONFIRMAR

10h00 Intervalo

10h15 Apresentação do exmo. sr. Prefeito de Salvador, Bruno Reis

10h30 Painel 6: Baía de Todos os Santos

11h30 Apresentação de Marcus Cavalcanti, Secretário-Especial do PPI

12h00 Palestra magna de encerramento

12h45 Encerramento

10h00 Intervalo

10h15 Apresentação do exmo. sr. Prefeito de Salvador, Bruno Reis

10h30 Painel 6: Baía de Todos os Santos

11h30 Apresentação de Marcus Cavalcanti, Secretário-Especial do PPI

12h00 Palestra magna de encerramento

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/04/2026

### BRASIL EXPORT - BAHIA EXPORT DESTACA POTENCIAL MINERAL E DISCUTE EXPANSÃO DA ATIVIDADE NO ESTADO

Painel reúne representantes de portos, empresas e entidades para discutir gargalos logísticos, integração de modais e condições operacionais no estado

Da Redação [redacao.jornal@redenenews.com.br](mailto:redacao.jornal@redenenews.com.br)



Com o tema “A nova fronteira mineral e o protagonismo do estado da Bahia”, o painel reunirá representantes do governo e do setor para discutir o avanço da mineração no país

A expansão da atividade mineral e o papel da Bahia na cadeia de minerais estarão no centro dos debates do Bahia Export, O fórum estadual será realizado

nos dias 9 e 10 deste mês, na sede da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), reunindo autoridades, especialistas e representantes do setor produtivo para discutir os caminhos do desenvolvimento econômico e logístico da Bahia.

Com o tema “A nova fronteira mineral e o protagonismo do estado da Bahia”, o painel reunirá representantes do governo federal e de empresas do setor para discutir o avanço da mineração e seus desdobramentos para a economia regional.

Previsto para começar às 14h20, o painel será realizado após a apresentação do presidente da Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM), Henrique Carballal, e integra o bloco da programação dedicado às atividades produtivas do estado. A proposta é analisar o posicionamento da Bahia diante da ampliação da demanda por minerais e discutir as condições necessárias para a consolidação de novos projetos no território.

O debate contará com a participação de Anderson Arruda, diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia; Marcelo Silvestre, diretor- -presidente da Galvani; e Milson Mundim, country manager da Atlantic Nickel no Brasil. A mediação será da jornalista Georgina Maynard, da Rede Bahia.

A discussão sobre mineração dialoga com outros temas da programação do Bahia Export, que aborda, ao longo dos dois dias, questões relacionadas à infraestrutura de transportes, logística, agronegócio e energia. No primeiro dia, o painel sucede os debates sobre os desafios da infraestrutura de transportes no estado e antecede as discussões sobre o papel do agronegócio nas cadeias produtivas baianas.

Ao reunir representantes do setor público e da iniciativa privada, o painel deve tratar de aspectos como viabilidade de investimentos, integração logística, escoamento da produção e inserção da mineração baiana em mercados nacionais e internacionais. Também estão no escopo temas relacionados à transformação mineral e ao aproveitamento de recursos em diferentes regiões do estado.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## LOGÍSTICA - OPINIÃO – ESTRATÉGIA - A LOGÍSTICA DA PÁSCOA



**BETO UMBUZEIRO**

Diretor comercial da Transbrasa

[opinioao@portalbenews.com.br](mailto:opinioao@portalbenews.com.br)

No próximo domingo (5), celebramos a Páscoa, uma das principais datas comemorativas para milhões de brasileiros. Muitos deles talvez não façam ideia de como o setor de logística e armazenagem trabalha, meses antes, para garantir a tradição de mesa farta, a troca de chocolates e as famosas colombas pascais.

Produtos perecíveis, como o cacau, o óleo de palma e as frutas cristalizadas exigem planejamento e rigor técnico para manter a integridade de mercadorias que viajam milhares de quilômetros até a mesa de cada família.

A logística de alimentos sazonais para a Páscoa exige um planejamento que começa muitos meses antes do primeiro produto chegar às gôndolas. Para garantir a ceia e a produção industrial de colombas e ovos recheados, o Brasil mobiliza uma rede global que traz uvas passas e ameixas da Argentina e do Chile, além de iguarias premium, como as cerejas e frutas cristalizadas da bacia do Mediterrâneo, com destaque para a produção da Espanha, Portugal e Itália.

Em 2025, o Brasil importou mais de 5,9 mil toneladas de frutas conservadas em açúcar. Os negócios somaram US\$ 19,3 milhões de dólares, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Em 2026, de acordo com os dados consolidados até março pelo Comex Stat, as importações ultrapassam US\$ 3,2 milhões.

Importar esses insumos envolve questões de segurança alimentar sob o crivo rigoroso de órgãos como o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Cada lote de frutas que entra nos portos brasileiros deve portar certificados fitossanitários que garantam a ausência de pragas transfronteiriças, além de cumprir normas de rotulagem que detalham desde a composição de conservantes até a rastreabilidade total do produto.

Qualquer falha nesse fluxo documental ou operacional pode resultar em atrasos que, em uma logística de produtos sazonais, significam a perda total da janela comercial. Na Transbrasa, por exemplo, o cuidado vai desde a gestão da chegada da carga, passando pela armazenagem especializada, a fiscalização até a entrega final.

Frutas frescas exigem um monitoramento constante em temperaturas que variam entre 0°C e 4°C, com umidade relativa altíssima para evitar a desidratação. Já as frutas cristalizadas e secas demandam um ambiente controlado entre 14°C e 18°C. Nestes casos, o excesso de umidade é o grande inimigo, podendo causar a recristalização do açúcar ou, no pior dos cenários, a proliferação de fungos.

Para que a qualidade seja preservada, o uso de contêineres refrigerados e a transferência ágil para armazéns climatizados com sistemas de gestão de estoque inteligentes são obrigatórios. É essa precisão técnica que permite ao consumidor brasileiro desfrutar de produtos com o mesmo frescor com que saíram de seus países de origem.

*Beto Umbuzeiro escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras*

**A LOGÍSTICA DE ALIMENTOS SAZONAIS PARA A PÁScoa EXIGE UM PLANEJAMENTO QUE COMEÇA MUITOS MESES ANTES DO PRIMEIRO PRODUTO CHEGAR ÀS GÔNDOLAS. PARA GARANTIR A CEIA E A PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE COLOMBAS E OVOS RECHEADOS, O BRASIL MOBILIZA UMA REDE GLOBAL QUE TRAZ UVAS PASSAS E AMEIXAS DA ARGENTINA E DO CHILE, ALÉM DE IGUARIAS PREMIUM, COMO AS CEREJAS E FRUTAS CRISTALIZADAS DA BACIA DO MEDITERRÂNEO.**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 02/04/2026

## TRANSPORTES - AVIAÇÃO – ALTA DO QVA TERÁ CONSEQUÊNCIAS SEVERAS, DIZ ABEAR

Após aumento de 54,63% no preço do querosene de aviação, associação das empresas aéreas prevê prejuízo à democratização do transporte

**Por Agência Brasil**



**O combustível passou a responder por 45% dos custos operacionais das companhias aéreas após as altas recentes do querosene de aviação**

A Petrobras confirmou em seu site nesta quarta-feira, 1º de abril, o novo preço do querosene de aviação (QAV) para as distribuidoras, com um aumento de 54,63%. A partir desta data, o combustível passa a custar R\$ 5.495,30 o metro cúbico, ou R\$ 5,495 por litro. Em março, a estatal já havia elevado o combustível em 9,4%.

A alta, semelhante à anunciada pela concorrente da Bahia, a Refinaria de Mataripe, reflete o aumento do preço do petróleo e de seus derivados no mercado internacional por conta da guerra entre Estados



Unidos e Irã, que bloqueou o Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% da oferta da commodity.

Com o reajuste, o combustível passa a responder por 45% dos custos operacionais das companhias aéreas após as altas recentes do querosene de aviação (QAV), segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). Afinal, o aumento de 54,63% se soma ao anterior, de 9,4%, em vigor desde 1º de março.

“A medida tem consequências severas sobre a abertura de novas rotas e a oferta de serviços, restringindo a conectividade do País e a democratização do transporte aéreo”, afirma a associação, por meio de nota.

A Abear diz ainda que, embora mais de 80% do QAV consumido no Brasil seja produzido internamente, sua precificação acompanha a paridade internacional, o que intensifica os efeitos das oscilações do preço do barril de petróleo sobre o mercado doméstico, ampliando os impactos de choques externos sobre os custos das companhias aéreas.

“Nesse sentido, a Abear tem defendido a implementação de mecanismos que permitam diminuir os impactos do aumento do QAV, garantindo o desenvolvimento do transporte aéreo, a conectividade nacional e a sustentabilidade econômica das operações”, finaliza.

O presidente da associação, Juliano Noman, afirmou que as medidas do governo federal para tentar mitigar o impacto da alta do preço do petróleo no querosene de aviação (QAV) precisam ser “urgentes” para que o setor não tenha de adotar ações de replanejamento.

O setor avalia que linhas de crédito, alívio tarifário e ajustes tributários, por exemplo, podem amenizar a alta dos preços.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## **TRANSPORTES - AVIAÇÃO – PETROBRAS VAI PARCELAR O REAJUSTE PARA MINIMIZAR IMPACTOS**

Antônio Guterres pediu a EUA, Israel e Irã que cessem os ataques no Oriente Médio

**Da Agência Brasil**

A Petrobras divulgou na tarde desta quarta-feira (1º) que vai parcelar o reajuste anunciado para o querosene de aviação (QAV). Distribuidoras que atendem à aviação comercial poderão optar por pagar apenas 18% de aumento e parcelar a diferença em até seis vezes, a partir de julho.

Na prática, isso significa que distribuidoras que vendem para companhias aéreas podem comprar o QAV com 18% de entrada e ainda terão três meses até pagar a primeira das seis prestações. O combustível representa quase um terço dos custos das companhias aéreas, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

A Petrobras informou que, até a próxima segunda-feira (6), disponibilizará ao mercado um termo de adesão ao parcelamento, com validade retroativa a 1º de abril.

De acordo com a companhia, a medida visa preservar a demanda pelo produto e mitigar os efeitos do reajuste no setor de aviação brasileiro, “assegurando o bom funcionamento do mercado”.

“Esse instrumento contribui com a saúde financeira dos clientes da companhia ao mesmo tempo em que preserva neutralidade financeira para a Petrobras, considerando o cenário de forte elevação das cotações internacionais dos derivados de petróleo, intensificado por tensões geopolíticas recentes no Oriente Médio”, justificou a estatal em comunicado.

A companhia adiantou ainda que o mecanismo de parcelamento poderá continuar a ser ofertado em maio e em junho, com parâmetros ainda a serem calculados.

“A Petrobras segue comprometida com uma atuação responsável, equilibrada e transparente, sem repassar volatilidade de curto prazo aos preços nacionais”, assinala a empresa.

### **Querosene de aviação**

O querosene de aviação é um combustível derivado do petróleo que abastece aviões e helicópteros. Os contratos de venda de QAV para as distribuidoras determinam que, no dia 1º de cada mês, a Petrobras anuncia o novo valor do combustível.

O reajuste de abril, em média de 55%, foi muito maior que os meses anteriores. Em março, houve aumento de 9%, enquanto, em fevereiro, o preço caiu 1%. A escalada é explicada pela guerra no Oriente Médio.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## **PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS MIRA BRASIL AUTOSSUFICIENTE EM DIESEL**

Estatual avalia possibilidade de atingir essa meta em até 5 anos. Atualmente, país importa cerca de 30% do que consome

### **Do Estadão Conteúdo**



***De acordo com a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, a expansão da produção de diesel pode ser alcançada com uma série de ações já em curso***

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou nesta quarta-feira (1º) que a empresa estuda a possibilidade de fazer o país ser autossuficiente na produção de óleo diesel dentro de cinco anos.

O combustível enfrenta uma escalada recente de preço global por causa da guerra no Irã. Atualmente o

Brasil precisa importar cerca de 30% do óleo diesel consumido no país, um derivado do petróleo utilizado por caminhões, ônibus e tratores.

Chambriard explicou que o plano de negócios da companhia tinha como objetivo o “ideal” de chegar a 80% da demanda, com expansão de cerca de 300 mil barris de diesel por dia em cinco anos.

“Estamos revendo esse plano e nos perguntando se podemos chegar a 100% em cinco anos”, afirmou ela, durante um evento sobre energia promovido pela rede de TV CNN Brasil, em São Paulo.

“Muito provavelmente, porque a Petrobras adora desafios, quem sabe a gente chega com a possibilidade de ter um novo plano de negócios capaz de entregar a autossuficiência do Brasil em diesel”, completou.

O plano de negócios da companhia começará a ser discutido em maio, segundo adiantou a presidente da estatal. A divulgação costuma ser em novembro.

De acordo com Magda Chambriard, a expansão da produção de diesel pela Petrobras pode ser alcançada com uma série de ações já em curso.

Uma delas é a expansão da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Ipojuca, região metropolitana do Recife. Magda explicou que a refinaria foi projetada para entregar 230 mil barris de diesel por dia, mas com ampliações e renovações chegará a 300 mil barris diários.



### Reduc

Outro ponto de ação é o aumento de produção da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, que, associada ao Complexo de Energias Boaventura (antigo Comperj), terá a capacidade atual de 240 mil barris por dia alçada para cerca de 350 mil.

A presidente da Petrobras informou que a busca por mais produção está sendo feita em todas as refinarias da empresa. Ela citou que, nas quatro localizadas em São Paulo, estão sendo feitas adaptações nas plantas para reduzir a produção de óleo combustível (usado em fornos, caldeiras e motores de turbinas de termelétricas) e priorizar a entrega de diesel.

“Diesel é o combustível mote do desenvolvimento nacional. A gente aumentando [a produção de] diesel, a gasolina vem junto, os dois principais produtos Petrobras”, afirmou.

### Preço do diesel

Do início da guerra no Irã, em 28 de fevereiro, até a semana terminada em 22 de março (dado mais recente), o preço do óleo diesel S10 (menos poluente) subiu cerca de 23% no país, de acordo com o painel de acompanhamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor.

No último dia 14, a Petrobras colocou em prática um reajuste de R\$ 0,38. O governo tomou medidas para frear a alta, como a zeragem das alíquotas dos dois tributos federais que incidem sobre o combustível (PIS e Cofins), além de subvenção (espécie de reembolso) para produtores e importadores do óleo.

Há ainda negociações para que, junto dos estados, o Poder Público aplique subsídio de R\$ 1,20 por litro do combustível.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

## PETRÓLEO E GÁS – GOVERNO ESTIMA IMPACTO FISCAL DE ATÉ R\$ 4 BI COM SUBVENÇÃO

*Da Agência Brasil*

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, comentou nesta quarta-feira, 1º de abril, que o impacto fiscal de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões, com a nova proposta para o diesel, não levará à necessidade de medida adicional de compensação. Isso porque, segundo ele, o Orçamento federal vai absorver metade desse valor, com os Estados assumindo a outra metade. Ele falou em entrevista ao SBT News.

A proposta estabelece uma subvenção no valor total de R\$ 1,20 por litro de diesel, sendo R\$ 0,60 assumidos pelo governo federal e R\$ 0,60 pelos governos estaduais. O governo federal já adotou um primeiro pacote de medidas para conter a alta dos combustíveis, com foco no diesel. Além da isenção de impostos federais (PIS/Cofins), houve a subvenção econômica a produtores e o imposto de exportação sobre o petróleo.

A nova proposta é de que a subvenção seja válida por dois meses, entre abril e maio. “Se ficar neste período de 60 dias, nós devemos ter um impacto de R\$ 3,5 a R\$ 4 bilhões, dependendo do volume a ser importado”, frisou Ceron.

Na terça-feira, em nota conjunta do Ministério da Fazenda e do Comsefaz foi informado que mais de 80% dos Estados já sinalizaram positivamente com a adesão à proposta de subvenção ao diesel feita pelo governo federal.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

### PETRÓLEO E GÁS – CNPE TRAÇA META DE REDUÇÃO DE EMISSÃO DE GASES

Setor de gás natural deve baixar 0,5% das emissões ainda este ano, segundo o Conselho Nacional de Política Energética  
**Da Agência Brasil**



**Após análise da oferta e da demanda por biometano, os conselheiros concluíram que a redução de 0,5% na emissão de gases é a melhor opção**

Produtores e importadores de gás natural deverão reduzir, ainda este ano, suas emissões de gases de efeito estufa em ao menos 0,5%. A meta para o setor foi definida pelos integrantes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), nesta quarta-feira (1).

Segundo o Ministério de Minas e Energia, após analisarem a atual oferta e demanda por biometano, os conselheiros concluíram que a redução de 0,5% é a mais adequada para equilibrar viabilidade técnica, previsibilidade regulatória e estímulo ao desenvolvimento do mercado.

O conselho também aprovou a criação, no âmbito do Comitê Técnico do Combustível do Futuro (CTP-CF), da Mesa de Monitoramento do Mercado de Biometano.

A expectativa é de que sob a coordenação do ministério, a mesa possibilite o devido monitoramento da evolução do mercado de biometano, com vistas ao restabelecimento da meta inicial de redução, que, segundo a Lei do Combustível do Futuro, seria de, no mínimo, 1%.

De acordo com o ministério, a lei define que o CNPE pode, excepcionalmente, definir a meta em valor inferior a 1%, por motivo justificado de interesse público ou quando o volume de produção de biometano impossibilitar ou onerar excessivamente o cumprimento da meta.

O CNPE também estabeleceu, como de interesse da política energética nacional, que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) implemente as medidas necessárias para garantir a transparência dos dados relativos ao mercado de biometano como subsídio aos trabalhos de monitoramento da Mesa de Monitoramento do Mercado de Biometano.

Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a definição da meta em 0,5% representa um passo estratégico para o fortalecimento do mercado de gás no país.

“Ao estabelecer uma meta clara e previsível, o Brasil dá um sinal importante ao mercado, estimula investimentos e cria as condições necessárias para o desenvolvimento do biometano como vetor de descarbonização, sem comprometer a segurança energética e a competitividade da indústria”, explicou Silveira, defendendo a gradual ampliação da utilização do biometano.

#### **Alternativa**

Com características físico- químicas semelhantes às do gás natural de origem fóssil, o biometano apresenta elevado potencial de substituição em aplicações veiculares, industriais e de geração distribuída.

Embora ainda tenha participação reduzida na matriz energética nacional, o Brasil tem amplo potencial de produção.



Atualmente, existem 19 plantas autorizadas como produtores de biometano pela ANP e outras 37 em processo de autorização, refletindo as oportunidades de crescimento desse mercado estratégico para a transição energética e a descarbonização do setor de gás natural.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

## PETRÓLEO E GÁS – PETROBRAS QUER ANTECIPAR DESCOMISSIONAMENTO DE PLATAFORMAS

Após 2031, a estatal prevê a saída de 50 unidades, sendo 43 fixas

### **Do Estádio Conteúdo**

A Petrobras busca iniciar o descomissionamento da FPSO Cidade de Santos, previsto para 2027, ainda em 2026. O movimento de antecipação da reciclagem de unidades e de destinação sustentável de mais de 500 poços não é isolado, de acordo com o gerente geral de Projetos de Descomissionamento da Petrobras, Carlos Castilho.

“A ideia da Petrobras é antecipar. No próximo Plano de Negócios, vamos antecipar a saída de plataformas por questões de segurança e integridade ambiental”, disse ele.

Após 2031, a estatal prevê a saída de 50 plataformas, sendo 43 fixas. “O descomissionamento já começou, as empresas estão sendo consultadas e a destinação será para quem tiver melhor estrutura”, complementou.

O executivo participou de evento no Rio de Janeiro, organizado pela FGV Energia, sobre descomissionamento, comissionamento, atividades de operação e manutenção de FPSOs em Sergipe. Desde 2021, a Petrobras está desmobilizando plataformas no estado. A partir de 2031, estão previstas cinco saídas de um total de 26 plataformas.

“Se o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) estiver preparado, vai acontecer no próprio estado”, comentou ele.

De acordo com os resultados de um estudo em desenvolvimento conduzido pela FGV Energia, o TMIB, em Barra dos Coqueiros (SE), e atrelado ao consórcio formado pela Petrobras e pela VLI, é uma peça-chave para a economia sergipana, mas desafios estruturais podem limitar o pleno aproveitamento.

Dentro do Plano de Negócios 2026-2030, a Petrobras prevê US\$ 9,7 bilhões para a destinação sustentável de equipamentos e o abandono de poços.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/04/2026*

## AGRONEGÓCIO - ANDRÉ DE PAULA ASSUME AGRICULTURA APÓS SAÍDA DE FÁVARO

Ministro toma posse após articulação política no governo e indica manutenção das políticas, programas de financiamento e diretrizes já adotadas para o setor agropecuário

**Da Redação** [redacao.jornal@redebeneews.com.br](mailto:redacao.jornal@redebeneews.com.br)

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, tomou posse no cargo nesta quarta-feira (1º), em cerimônia realizada na sede da Embrapa, em Brasília. Ele substituiu Carlos Fávaro, que deixou a pasta dentro do prazo de desincompatibilização previsto pela legislação eleitoral para disputar uma vaga no Senado por Mato Grosso nas eleições deste ano.

A mudança no comando do ministério foi definida após semanas de articulação política envolvendo o PSD e o governo federal. André de Paula estava à frente do Ministério da Pesca e Aquicultura desde o

início da atual gestão e agora assume a Agricultura em um momento de transição planejada, sem alteração nas diretrizes centrais da política para o setor.



***André de Paula estava à frente do Ministério da Pesca e Aquicultura desde o início da atual gestão e agora assume a pasta da Agricultura em um momento de transição planejada***

No discurso de posse, o novo ministro indicou que pretende manter as linhas de atuação adotadas até aqui, destacando programas e instrumentos voltados ao financiamento e à sustentação da produção agropecuária. “Assumo o ministério com o compromisso de continuidade das políticas públicas, da governança e da visão estratégica que estruturam o setor e garantem previsibilidade e confiança no Brasil. Seguiremos

fortalecendo segmentos como o Plano Safra, o PGPM, o Funcafé e o Seguro Rural. Estaremos atentos às transformações tecnológicas que moldam o presente e o futuro do agro”, afirmou.

Entre os pontos destacados por André de Paula estão o avanço da inovação no campo, o uso de tecnologias digitais e o papel da Embrapa no desenvolvimento de soluções para a produção agrícola. Ele também mencionou a defesa agropecuária como um dos pilares da atuação do ministério, com foco na manutenção dos padrões sanitários e na ampliação do acesso a mercados internacionais.

Ao transmitir o cargo, Carlos Fávaro ressaltou ações conduzidas durante sua gestão e citou a abertura de novos mercados e o avanço das exportações como parte dos resultados recentes. “Hoje, por exemplo, tive a alegria de saber que o primeiro navio brasileiro carregado de DDG, coproduto da produção de etanol à base de milho, já está sendo carregado e segue para a China. São oportunidades que têm transformado a realidade do Brasil e levado mais dignidade aos brasileiros”, disse.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
**Data: 02/04/2026**

## **INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - NASA LANÇA ARTEMIS II E RETOMA MISSÕES TRIPULADAS À ÓRBITA DA LUA**

Primeira viagem com astronautas em mais de 50 anos testa sistemas da Orion e prepara futuras etapas do programa lunar

***Do Estadão Conteúdo***



***Nos primeiros dois dias da Artemis II, os astronautas verificarão os sistemas da cápsula Orion e realizarão um teste de demonstração de mira relativamente próximo à Terra***

A Nasa lançou no início da noite de quarta-feira, 1º, no Centro Espacial Kennedy, em Cabo Canaveral, na Flórida, a

primeira missão de volta à Lua em mais de 50 anos. A Artemis II leva ao espaço quatro astronautas para um sobrevoo ao satélite da Terra. A viagem está prevista para durar dez dias e tem como principal objetivo testar as novas tecnologias de voo e comunicação.

Os quatro astronautas estão viajando a mais de 5.110 km/h acima das camadas mais densas da atmosfera terrestre.

Nos primeiros dois dias da Artemis II, os astronautas verificarão os sistemas da cápsula Orion e realizarão um teste de demonstração de mira relativamente próximo à Terra, antes de seguirem em direção à Lua. A viagem até o satélite natural deve durar cerca de quatro dias e levará a tripulação ao redor do seu lado oculto. Em sua distância máxima, a tripulação voará 7,4 mil quilômetros além da Lua.

No retorno à Terra, que também deve durar aproximadamente quatro dias, os astronautas continuarão a avaliar os sistemas da espaçonave. A tripulação reentrará na atmosfera terrestre em alta velocidade e sob altas temperaturas, antes de amerissar no Oceano Pacífico, ao largo da costa de San Diego.

A Artemis II é mais um passo em direção às grandes metas da Nasa: levar o ser humano à superfície da Lua e realizar futuras missões a Marte. Os resultados dessa segunda fase serão analisados e contribuirão para a realização da Artemis III, prevista para 2027.

Já a Artemis IV, prevista para o início de 2028, deve realizar o primeiro pouso lunar em mais de 50 anos. Segundo a Nasa, depois de alcançar a órbita lunar, a tripulação fará a transferência da Orion para um módulo de pouso lunar comercial para a descida até a superfície da Lua.

A Nasa prevê ainda lançar a Artemis V até o final de 2028, com missões subsequentes planejadas aproximadamente uma vez por ano.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## FINANÇAS - CESTA CAI 5,73%, MAS ITENS DE PÁSCOA SOBEM

Juntando todos os alimentos, brasileiro vai gastar menos no feriado, mas os produtos tradicionais, como peixes e chocolates, estão mais caros

**Da Agência Brasil**



**O preço do bacalhau, tradicional opção na Sexta-feira Santa do brasileiro, teve um aumento de 9,9%**

A mesa de Páscoa vai pesar menos no bolso do brasileiro pelo segundo ano seguido. Uma cesta de produtos alimentícios, que inclui os tradicionais chocolates e o bacalhau, vai custar 5,73% a menos do que há 12 meses. Em 2025, o recuo nos preços foi de 6,77%.

A constatação é de levantamento do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgado às vésperas do domingo de Páscoa (5).

Para efeito de comparação, a inflação geral do consumidor, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – Mensal (IPC-10) da FGV, marcou alta de 3,18% no período de abril de 2025 a março de 2026.

No entanto, olhando de forma isolada, alguns produtos sobem mais que a inflação geral: bombons e chocolates (16,71%), Bacalhau (9,9%), sardinha em conser va (8,84%), atum (6,41%).

Entre os itens que ajudaram a inflação da Páscoa ficar negativa figuram arroz (-26,11%), ovos de galinha (-14,56%) e azeite (-23,20%). Os pescados frescos subiram 1,74% e os vinhos, 0,73%.



De acordo com o economista Matheus Dias, do Ibre/FGV, a variação acumulada dos preços de Páscoa nos últimos quatro anos foi de 15,37%. Essa alta ficou abaixo da inflação geral ao consumidor, calculada pelo IPC-10, que marcou 16,53% de abril de 2022 a março de 2026.

Nesse período, bombons e chocolates ficaram 49,26% mais caros. O bacalhau subiu 31,21%; o atum, 38,98%, e o azeite, 34,74%. Viram o preço cair a batata inglesa (-16,02%) e a cebola (-15,44%).

### Industrializados

Matheus Dias destaca que os repasses de quedas provenientes de melhoras na produção agrícola são mais complexos e apresentam defasagens mais longas em produtos industrializados.

Ele exemplifica com o chocolate. Mesmo com o cacau, principal matéria-prima, registrando quedas no mercado internacional desde outubro de 2025, chegando a recuar cerca de 60% em relação aos últimos 12 meses, os preços dos chocolates ao consumidor seguiram em alta de 16,71% no período.

“Em produtos mais industrializados, a queda da matéria-prima demora a chegar ao bolso do consumidor nos últimos anos”, explica.

### Concentração

Na terça-feira (31), ao divulgar um estudo sobre a inflação de alimentos no Brasil, o economista Valter Palmieri Junior, doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explicou que um dos fatores de alta consistente nos preços é a concentração, que tende a diminuir a concorrência entre empresas.

No levantamento, ele aponta que cinco marcas de bombons e chocolates de três empresas alcançam 83% do mercado.

Procurada pela Agência Brasil para fazer comentários sobre o preço dos chocolates, a Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (Abicab) informou que o valor não é determinado apenas pelo cacau.

“Outros insumos como leite, açúcar, frete (uso de caminhões frigoríficos, já que se trata de carga perecível) e variação do dólar devem ser levados em conta”, ressalta a entidade.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## FINANÇAS - IBOVESPA TEM LEVE ALTA, PERTO DOS 188 MIL PONTOS; DÓLAR CAI

Índice da B3 subiu 0,26%, com giro a R\$ 36,7 bilhões. Já a moeda americana recuou 0,42%

### Do Estadão Conteúdo

O Ibovespa buscou subir de casa neste começo de abril e de segundo trimestre, ensaiando retomar os 188 mil pontos ou mesmo os 189 mil no melhor momento da sessão. Nesta quarta-feira, 1º de abril, oscilou dos 187.255,65 até os 189.130,90 pontos, tendo saído de abertura aos 187.462,68 pontos.

Ao fim, marcava 187.952,91 pontos, em alta muito suavizada a 0,26%, com giro financeiro a R\$ 36,7 bilhões. À exceção de Petrobras (ON -3,67%, PN -2,67%), que acompanhou o ajuste do petróleo na sessão, os demais blue chips operaram em alta, com destaque para o setor financeiro, tendo Banco do Brasil (ON +2,74%) à frente. Principal ação do Ibovespa Vale ON subiu 0,63%. Na ponta ganhadora do índice, Cyrela (PN +4,74%, ON +4,39%), Embraer (+4,74%), Cury (+4,32%) e Gerdau (+3,79%). No lado oposto, além de Petrobras, destaque para MBRF (-3,93%), Braskem (-3,72%) e Brava (-3,65%).

Já o dólar iniciou abril em queda firme no mercado local, alinhado ao comportamento global da moeda norte-americana, e fechou no menor nível desde fins de fevereiro, antes da eclosão da guerra no Irã. O dólar à vista recuou 0,42%, a R\$ 5,1566 - menor valor de fechamento desde 27 de fevereiro (R\$ 5,1340), véspera dos ataques conjuntos de EUA e Israel ao Irã.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 02/04/2026

### JUSTIÇA - STF ANALISA QUEBRA DE SIGILO DE PESQUISAS NO GOOGLE

Discussão aborda as buscas feitas na plataforma antes do assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e seu motorista

**Do Estadão Conteúdo**



***O julgamento havia sido interrompido após pedido de vista do ministro Dias Toffoli e será retomado no próximo dia 9***

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar no próximo dia 9 o julgamento que decidirá se o Google deve quebrar o sigilo de usuários que pesquisaram sobre a vereadora do Rio Marielle Franco na semana anterior ao assassinato dela e do motorista Anderson Gomes, em 2018.

O tema tem repercussão geral, logo o entendimento do STF será aplicado em todos os tribunais brasileiros em casos semelhantes.

O caso julgado é um recurso apresentado pelo Google. A empresa questiona uma ordem judicial que a obrigou a fornecer registros de IPs e identificadores de dispositivos de usuários que pesquisaram termos ligados a Marielle Franco em sua plataforma de buscas. O pedido foi do Ministério Público do Rio de Janeiro.

A determinação da 4.<sup>a</sup> Vara Criminal do Rio de Janeiro mirava os usuários que pesquisaram combinações de palavras relacionadas à vereadora ao longo da semana que antecedeu seu assassinato.

Segundo o Google, essa busca reversa viola a privacidade, a proteção de dados e as liberdades de comunicação previstas na Constituição, além de atingir pessoas inocentes. O Google recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), que manteve a ordem, e agora, recorre ao STF.

O Google argumenta que quebrar o sigilo de todas as pesquisas dos termos que envolvem Marielle Franco seria um abuso de poder.

“O sistema de direitos fundamentais foi concebido justamente para limitar o poder do Estado, mas aqui está sendo relativizado com argumentos puramente pragmáticos”, afirmou a empresa no recurso. O Google qualificou o pedido como inadequado, desnecessário e desproporcional. A big tech argumentou que não pode cooperar com a Justiça a menos que “haja a providência mínima de individualização de alvos”.

Ao negar o recurso do Google, o STJ disse que o direito ao sigilo não tem uma dimensão absoluta e que ele pode ser quebrado para cooperar com investigações. “A quebra do sigilo de dados armazenados não obriga a autoridade judiciária a indicar previamente as pessoas que estão sendo investigadas”, segundo a decisão.

O julgamento do recurso no STF começou em 2023 de forma virtual. A ministra aposentada Rosa Weber, relatora do caso, votou contra o acesso do Ministério Público às pesquisas na internet sobre Marielle. A magistrada ainda sugeriu a criação de uma tese para limitar o que é compartilhado de dados em investigações criminais. Ela foi acompanhada pelo ministro André Mendonça. Apesar de aposentada, o voto dela segue válido.

O ministro Alexandre de Moraes divergiu da relatora, defendendo que a quebra de sigilo pode ocorrer, desde que sejam respeitados critérios fundamentados para a investigação. A divergência foi acompanhada pelos ministros Cristiano Zanin, Nunes Marques, Gilmar Mendes e Edson Fachin.

O julgamento foi interrompido após pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Dias Toffoli. Em fevereiro deste ano, o magistrado devolveu o processo para continuidade da análise, deixando o caso agora pronto para ser retomado em plenário. Além de Dias Toffoli, faltam votar a ministra Cármen Lúcia e o ministro Luiz Fux.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### JUSTIÇA - SUPREMO NEGA AÇÕES E MANTÉM PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

O relator, Cristiano Zanin, nem chegou a analisar o mérito e alegou questões processuais  
**Do Estadão Conteúdo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) negou as ações que pediam a suspensão da lei paulista que autorizou a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

O julgamento foi encerrado na última sexta-feira, 27. O sistema do STF havia mostrado um pedido de destaque do ministro Luiz Fux, mas dias depois o pedido foi cancelado e registrado como “lançamento indevido”.

Uma das ações foi proposta pelo PT e a outra em conjunto entre Psol, Rede, PT, PV e PCdoB. Os partidos apontaram problemas no processo de privatização da companhia e pediram a suspensão da lei que autorizou a desestatização.

O relator, Cristiano Zanin, não chegou a analisar o mérito, mas negou as ações por questões processuais. Ele foi acompanhado por unanimidade.

Em uma das ações, o PT apontou conflito de interesses que envolve a executiva Karla Bertocco Trindade, que ocupava um cargo no conselho da Equatorial antes de atuar no conselho da Sabesp.

A legenda também reclamou que o processo de privatização “ocorre por meio de leilão com a participação de único concorrente com oferta significativamente abaixo do preço de mercado, em que adquirirá as ações por um valor de R\$ 67 por ação”.

Na outra ação, os partidos apontaram a falta de estudos técnicos sobre os impactos orçamentários da privatização, a ausência de normas de proteção ambiental e regras ineficazes da política tarifária.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### JUSTIÇA - MORAES NEGA TER VIAJADO EM AVIÕES DE VORCARO

O ministro se manifestou em nota após reportagem do jornal Folha de S. Paulo informar que ele e sua esposa estiveram em pelo menos 7 voos

**Da Agência Brasil**



**Moraes classificou as informações de supostas viagens relatadas em matéria de jornal como “absolutamente falsas”**

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta terça-feira (31) ter viajado em aeronaves do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

A manifestação do ministro foi divulgada após o jornal Folha de São Paulo publicar que o ministro e sua esposa, a advogada Viviane Barci de Moraes, voaram pelo menos sete vezes em jatinhos particulares ligados à empresa do banqueiro, em 2025.

Segundo a reportagem, os aviões pertencem à empresa Prime Aviation, da qual Vorcaro foi sócio.

O oitavo voo, segundo o jornal, teria sido realizado em um jato de propriedade de uma empresa ligada a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro, que também é investigado pelas fraudes no Master.

Em nota à imprensa, o gabinete de Moraes classificou as supostas viagens como “ilações”.

“As ilações da fantasiosa matéria são absolutamente falsas. O ministro Alexandre de Moraes jamais viajou em nenhum avião de Daniel Vorcaro ou em sua companhia e de Fabiano Zettel, a quem nem conhece”, declarou.

O escritório Barci de Moraes informou que contratou serviços de táxi aéreo, incluindo os da Prime Aviation. Em nota, o escritório também disse que Vorcaro e Zettel nunca estiveram presentes em voos realizados por advogados da banca.

“Em nenhum dos voos em aeronaves da Prime Aviation em que viajaram integrantes do escritório, no entanto, estiveram presentes Daniel Vorcaro ou Fabiano Zettel. Além disso, todos os valores eram pagos compensando os honorários advocatícios nos termos contratuais”, completou o escritório.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## JUSTIÇA - DEPOIMENTO DE EDUARDO BOLSONARO ESTÁ MARCADO PARA DIA 14

Ex-deputado responde a ação penal sob acusação de coação no curso do processo

**Do Estadão Conteúdo**



***O ex-deputado, que está nos EUA, não é obrigado a participar da audiência, que será por videoconferência***

O ministro Alexandre de Moraes marcou para o dia 14 de abril o interrogatório do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) na ação penal que trata da acusação de coação no curso do processo.

Desde o ano passado, Eduardo, que é filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, está nos Estados Unidos

e perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Conforme a decisão do ministro, o interrogatório deve ser realizado por videoconferência. O ex-deputado não é obrigado a participar da audiência.

Antes de marcar o depoimento, Moraes determinou a notificação de Eduardo por edital, mas ele não foi encontrado nem indicou advogado particular. Diante da situação, o ministro autorizou que a defesa seja realizada pela Defensoria Pública da União (DPU).

Em novembro do ano passado, por unanimidade, o STF aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte.

No final de 2025, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu cassar o mandato dele. A decisão foi tomada após Eduardo deixar de comparecer a um terço do total de sessões deliberativas da Câmara dos Deputados, como prevê a Constituição. O filho de Bolsonaro faltou a 56 das 71 sessões realizadas em 2025, o equivalente a 79% das sessões.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### JUSTIÇA - “NÃO VOU ME CURVAR A NENHUM TIPO DE INJUSTIÇA”

Em sua primeira manifestação após denúncia da PGR por importunação sexual, ex-ministro Silvio Almeida se diz inocente

**Do Estadão Conteúdo**



**Ex-ministro dos Direitos Humanos do governo Lula, Silvio Almeida disse que foi retirado da vida pública de forma “violenta e injusta”**

O ex-ministro dos Direitos Humanos do governo Lula, Silvio Almeida, afirmou na terça-feira, 31, ser “um homem inocente”, na primeira declaração pública desde que foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por importunação sexual contra a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, no mês passado. Em vídeo publicado no Instagram, Almeida se defendeu da acusação. “Eu sou um homem inocente”, disse Silvio logo no início. “Eu fiquei em silêncio até aqui por responsabilidade, por respeito à dor da minha família, por respeito à lei, uma vez que a investigação corre em sigilo e eu respeito isso.”

O ex-ministro afirmou que dirá o que tem a dizer sobre o caso na Justiça, onde poderá se defender “de verdade”. “Durante o inquérito, na prática, eu não pude me defender”, disse.

“Há quem não tenha nenhuma realização para mostrar, nenhuma proposta para oferecer, e que, por isso, chega ao ponto de incriminar uma pessoa inocente apenas para eliminar aquele que considera um adversário ou para erguer, sobre uma mentira, uma bandeira eleitoral”, acrescentou.

Silvio afirmou que foi retirado da vida pública de forma “violenta e injusta” e que foi demitido “em 24 horas e sem direito à defesa”, “antes de qualquer investigação formal, com base em uma nota sem nenhum critério jornalístico e totalmente irresponsável”.

“Eu passei a ser tratado como um assediador apenas depois que as acusações foram lançadas ao público de forma completamente irresponsável”, disse. “Eu sou inocente e não vou me curvar a nenhum tipo de injustiça”, concluiu.

#### **A acusação**

Em novembro passado, Silvio Almeida foi indiciado pela Polícia Federal (PF) com base na suspeita de importunação sexual contra Anielle e a professora Isabel Rodrigues.

Anielle afirmou que houve “atitudes inconvenientes” por parte de Almeida, como toques inapropriados e convites impertinentes, mas que não reportou os episódios por “medo do descrédito e dos julgamentos”. O processo está sob sigilo no Supremo Tribunal Federal (STF) e tem como relator o ministro André Mendonça.

Ele foi demitido da pasta em setembro de 2024, após denúncias de assédio sexual levadas à organização Me Too. No início de 2025, durante as investigações, Almeida chegou a depor por mais de duas horas à PF.

No comunicado oficial da demissão, o governo federal informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerava “insustentável” a manutenção do ministro no cargo diante da natureza das acusações. O caso também é apurado pela Comissão de Ética Pública da Presidência, sob sigilo, na esfera administrativa por envolver agente público.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### JUSTIÇA - PF MIRA ESQUEMA DE VENDA DE SENTENÇAS NO TJ DO MARANHÃO

O desembargador Luiz de França Belchior Silva e quatro servidores foram afastados  
***Do Estadão Conteúdo***

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quarta-feira, 1, a Operação Inauditus para investigar um esquema de venda de sentenças, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

O desembargador Luiz de França Belchior Silva, da 3ª Câmara de Direito Privado, e quatro servidores comissionados foram afastados da Corte.

Em nota, o Tribunal do Maranhão informou que tem “compromisso com o princípio da transparência, colocando a administração à disposição das autoridades no que for cabível”.

Agentes cumprem 25 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Falcão. As diligências ocorrem em São Luís e nos municípios maranhenses de São José de Ribamar, Arari, Balsas, Bacabal e Guimarães. Policiais federais também realizaram ações em Fortaleza (CE), São Paulo e Lagoa Seca (PB).

Além das buscas, a Justiça decretou a prisão preventiva do principal operador do esquema, o afastamento do desembargador e de quatro servidores comissionados, além da proibição de acesso deles ao Tribunal de Justiça do Maranhão e de contato entre os investigados.

Também foi determinado o monitoramento eletrônico de seis pessoas e o sequestro e bloqueio de bens até o valor de R\$ 50 milhões.

A Polícia Federal informou que as investigações “revelaram um esquema de direcionamento de decisões, com celeridade seletiva, distribuição por prevenção e atuação conjunta de servidores com o objetivo de beneficiar parte em litígio, mediante vantagens indevidas”.

Movimentações financeiras com indícios de triangulação e ocultação da origem ilícita dos recursos foram identificadas pelos investigadores, que cumpriram as diligências em gabinetes do tribunal, escritórios de advocacia e empresas com indícios de envolvimento no esquema.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

### JUSTIÇA – OPINIÃO – DIREITO - DRAGAGEM PORTUÁRIA: INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA ELEVAR A COMPETITIVIDADE DO BRASIL



**VIVIAN RIBEIRO MADSEN FIGUEIREDO**

Advogada no escritório Almeida Prado e Hoffmann Advogados,  
especialista em Direito Regulatório e mestre em Direito Político e Econômico

[opinio@portalbenews.com.br](mailto:opinio@portalbenews.com.br)

Em um país com dimensões continentais como o Brasil, onde cerca de 95% do comércio internacional depende de transporte marítimo, a eficiência da infraestrutura portuária não é apenas um tema técnico, mas é uma questão estratégica para o seu desenvolvimento econômico. Nesse contexto, há um elemento frequentemente negligenciado no debate público, mas absolutamente central para o funcionamento eficiente do setor: a dragagem portuária.

A dragagem consiste na remoção de sedimentos do leito de canais de acesso, bacias de evolução e berços de atracação, garantindo profundidade adequada para a navegação. Embora pouco visível, trata-se de uma atividade crítica. É ela que determina, na prática, o porte das embarcações que podem acessar um porto e a quantidade de contêineres, por exemplo, que podem ser movimentados e, conseqüentemente, o nível de eficiência logística que o país consegue oferecer.



Ademais, a manutenção contínua da dragagem confere maior previsibilidade às operações portuárias, evita restrições operacionais, como redução de carga embarcada ou necessidade de janelas de maré específicas, fatores que impactam diretamente a eficiência das cadeias logísticas. Do mesmo modo, a redução de profundidade limita a entrada de navios maiores, aumenta custos logísticos e compromete a competitividade internacional, afetando rotas marítimas e investimentos.

Do ponto de vista regulatório, a atividade está inserida em um modelo que combina supervisão centralizada e execução descentralizada. A atividade de dragagem nos portos e hidrovias nacionais é de responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que tem a função de regular, supervisionar e fiscalizar a exploração da infraestrutura portuária, buscando assegurar eficiência, segurança e modicidade tarifária. Por outro lado, a responsabilidade pela execução e manutenção da dragagem recai sobre as autoridades portuárias. A legislação, inclusive, trata a falta de manutenção da profundidade como infração administrativa. (Art. 34, XXIV da Resolução nº Antaq nº 75/2022). Na prática, contudo, o modelo tem revelado fragilidades relevantes.

Nos últimos anos, o País tem ensaiado uma mudança de paradigma. Em 2025, o canal de acesso do Porto de Paranaguá foi leiloadado pela Antaq e pelo Ministério de Portos e Aeroportos com valor de outorga de R\$ 276 milhões. O consórcio vencedor, Canal Galheta Dragagem, formado pela operadora portuária FTS e pela empresa de dragagem Deme, de origem belga, estima investimento de R\$ 1,22 bilhão nos primeiros 5 anos de concessão. Dentre as obrigações contratuais está a ampliação do calado operacional do canal de navegação de 13,5 para 15,5 metros, que permitirá a entrada de navios de maior porte.

Atualmente, confirmando a tendência de profissionalização da atividade, a Antaq e o Ministério de Portos desenvolvem projetos de concessão dos canais de acesso dos portos de Itajaí e de Santos, com o objetivo de transferir à iniciativa privada a responsabilidade pela execução e manutenção da profundidade do canal, vinculando remuneração a indicadores de desempenho e disponibilidade.

No caso do Porto de Santos, o objetivo é garantir maior confiabilidade operacional ao maior porto do País, essencial para o escoamento de commodities e carga geral. De forma semelhante, o projeto referente ao canal de Itajaí também evidencia a centralidade da dragagem, sobretudo por se tratar de um porto com características hidrográficas mais sensíveis, sujeito a variações sedimentares relevantes. A modelagem busca assegurar que a concessionária mantenha condições adequadas de navegabilidade ao longo do tempo, reduzindo riscos de paralisações e ampliando a atratividade do ativo para armadores e operadores logísticos.

Nesse contexto, o projeto de Itajaí revela-se extremamente promissor, pois os operadores portuários presentes no complexo enfrentam severos prejuízos logísticos e financeiros decorrentes de frequentes paralisações da dragagem. Em 2024, o canal de acesso portuário ficou mais de 2 meses sem dragagem em decorrência de uma dívida da autoridade portuária de Itajaí com a empresa contratada superior a R\$ 75 milhões. À época, apurou-se que a perda de 0,6 m de calado operacional resultou na redução de 38.400 contêineres.

Agora, em 2026, o cenário de paralisação se repete. O contrato da antiga prestadora de serviço de dragagem expirou em fevereiro e, até o momento, a autoridade portuária não informou uma data para retomada do serviço. Assim, o porto está novamente sem dragagem há mais de 40 dias, o que resulta em incertezas para operadores e investidores e prejuízos financeiros aos importadores e exportadores, evidenciando a urgente necessidade de planejamento regulatório e institucional.

O caso de Itajaí demonstra que a ausência de dragagem eficiente não apenas limita operações, mas também evidencia fragilidades institucionais que precisam ser superadas para assegurar a sustentabilidade do sistema portuário nacional.

Esse tipo de situação revela um problema estrutural mais profundo. A dragagem, embora essencial, sujeita a descontinuidades contratuais, limitações orçamentárias e fragilidades institucionais. O impacto, no entanto, é sistêmico: compromete cadeias logísticas inteiras, afeta a confiabilidade dos portos brasileiros e desestimula investimentos de longo prazo.

Em síntese, os projetos de concessão que objetivam a incorporação da dragagem como obrigação contratual revelam um avanço institucional e elevam o padrão de governança, reconhecendo que a eficiência portuária não depende apenas da infraestrutura em terra, mas também da qualidade e confiabilidade do acesso aquaviário. Assim, a dragagem passa a ser tratada como um ativo estratégico, essencial para sustentar ganhos de produtividade, integração logística e competitividade do Brasil no comércio internacional.

Assim, garantir profundidade adequada e contínua é condição básica para que o Brasil possa conquistar mais espaço no comércio internacional em um cenário cada vez mais eficiente, integrado e competitivo.

*Vivian Ribeiro Madsen Figueiredo e outros profissionais do escritório Almeida Prado e Hoffmann Advogados escrevem para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras*

**E O CASO DE ITAJAÍ DEMONSTRA QUE A AUSÊNCIA DE DRAGAGEM EFICIENTE NÃO APENAS LIMITA OPERAÇÕES, MAS TAMBÉM EVIDENCIA FRAGILIDADES INSTITUCIONAIS QUE PRECISAM SER SUPERADAS PARA ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL.**

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT  
Data: 02/04/2026

## INTERNACIONAL – DESAPROVAÇÃO A TRUMP BATE RECORDE: 66%

Presidente dos EUA tem a pior avaliação do povo americano em seus dois mandatos, segundo pesquisa realizada pela CNN

**Do Estadão Conteúdo**



**Trump também de que lidar com a desaprovação dos americanos à ação militar dos EUA no Irã**

A desaprovação ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, subiu a 66%, o maior nível registrado em pesquisas da CNN ao longo de seus dois mandatos, segundo o estudo divulgado nesta quarta-feira, 1. O resultado supera em sete pontos o recorde anterior, observado na sondagem publicada em janeiro.

Na mesma linha, a taxa de aprovação atingiu 33%, sendo também a menor já registrada de ambos os seus governos e cinco pontos percentuais (p.p.) abaixo do recorde anterior, de 38%, ainda durante seu primeiro mandato em novembro de 2017.

A aprovação de Trump na condução da economia também caiu para um novo recorde negativo em sua trajetória, chegando a 31%, ante 39% na pesquisa realizada em janeiro, segundo a CNN. Quase 70% dos americanos dizem que as políticas de Trump pioraram as condições econômicas nos EUA, alta de 10 pp desde janeiro.

A desaprovação dos americanos à ação militar dos EUA no Irã aumentou desde o início da guerra, segundo a pesquisa. Apenas 34% dizem aprovar, ao menos em alguma medida, a decisão dos Estados Unidos de realizar ações militares contra o Irã, queda de 7 pp em relação a um levantamento da CNN feito logo após o começo do conflito. A desaprovação subiu para 66%, e a oposição “forte” avançou 12 pp, para 43%.

A pesquisa foi conduzida entre os dias 26 a 30 de março, entrevistando um total de 1.201 adultos por telefone e pela internet.



### Guerra

Com a popularidade em baixa em seu país, Trump ainda viu o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, se dirigir ao povo americano nesta quarta-feira, afirmando que o Irã não nutre hostilidade contra cidadãos dos EUA.

Em carta publicada em inglês, ele diz que o Irã, apesar de ter sofrido “ocupação, agressão e pressões impostas por potências globais”, jamais iniciou uma guerra na história moderna e apenas reagiu contra seus agressores.

Apesar da imposição de extensas sanções e ações militares diretas contra o Irã, o país só se fortaleceu, com a taxa de alfabetização triplicando, as tecnologias avançando, os serviços de saúde se expandindo e a infraestrutura se consolidando, disse Pezeshkian, instando o público a ignorar a “propaganda da mídia” de Washington.

Qualquer caracterização do Irã como uma ameaça não condiz com a realidade histórica nem com a atual, e serve apenas para que outros países justifiquem a pressão, mantenham a superioridade militar e controlem mercados estratégicos, escreveu Pezeshkian.

### Reação

O Irã não nutre inimizades com os povos de outras nações, incluindo os dos países do Golfo, dos EUA e da Europa, afirmou. O fortalecimento militar e as operações do Irã foram “apenas reação e defesa” contra a agressão dos EUA e o aumento da presença militar americana na região, segundo a mensagem.

Pezeshkian apresentou a história da relação EUA-Irã como um período de paz até 1953, quando a intervenção americana “interrompeu o processo democrático, restaurou a ditadura e gerou desconfiança na mente dos iranianos em relação às políticas americanas”.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**

## INTERNACIONAL – FUTURO DE ORMUZ SERÁ DECIDIDO EM PARCERIA COM OMÃ, DIZ IRÃ

Ministro iraniano diz que estreito só está fechado para países que atacam seu território

### **Do Estadão Conteúdo**

O ministro das Relações Exteriores iraniano, Abbas Araghchi, afirmou que o futuro do Estreito de Ormuz será definido por Irã e Omã, ao indicar que a via marítima “está nas águas internas” dos dois países e que eventuais arranjos após a guerra “são uma questão relacionada ao Irã e a Omã”.

Os comentários acontecem após reiteradas ameaças dos EUA nos últimos dias de tomada do Estreito de Ormuz, com Donald Trump chegando a chamar o local de “Estreito Trump”.

Em entrevista à Al Jazeera, Araghchi disse que o Estreito segue aberto, mas restrito a países em conflito com o Irã. “Durante a guerra, não podemos permitir a passagem daqueles que estão em guerra conosco”, declarou, acrescentando que embarcações de países considerados “amigos” têm obtido trânsito seguro mediante acordos.

O chanceler negou que haja negociações em curso com os Estados Unidos, afirmando que existe apenas troca de mensagens, inclusive por intermediários. “Neste momento, não há negociação entre nós”, disse. Segundo ele, propostas mencionadas pela imprensa, como um plano americano de 15 pontos, são apenas especulações e não foram formalmente respondidas.

Araghchi reiterou que Teerã não aceita cessar-fogo e condiciona qualquer diálogo ao fim completo do conflito na região, com garantias contra novos ataques e compensações.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/04/2026**



## JORNAL O GLOBO – RJ

### LULA DIZ QUE PETROBRAS VAI ANULAR LEILÃO QUE ELEVOU PREÇO DO GÁS DE COZINHA

Presidente afirma que operação ocorreu contra orientação do governo e da empresa  
*Por Luísa Marzullo — Brasília*



***O presidente Luiz Inácio Lula da Silva coordena reunião ministerial no palácio do Planalto — Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil***

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira que a Petrobras vai anular o leilão de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o gás de cozinha, feito na última terça-feira, após a operação resultar em preços acima dos valores de referência e provocar reação interna na estatal.

Lula disse que o leilão foi realizado contra a orientação do governo e da direção da Petrobras e afirmou que a operação será revista.

— Foi feito um leilão, com cretinice e bandidagem que fizeram com o óleo diesel. As pessoas sabiam da orientação do governo e da Petrobras: “Não vamos aumentar o GLP”. Pois fizeram um leilão contra a vontade da direção da Petrobras. Vamos rever esse leilão, vamos anular esse leilão. O povo pobre não pagará, em hipótese alguma, o preço dessa guerra — afirmou à TV Record.

Durante evento do VLT de Salvador, Lula voltou a tratar do tema e reforçou que o leilão será anulado, ao comentar também os impactos da guerra no preço dos combustíveis.

— Nós estamos aqui numa briga séria pelo preço dos combustíveis por conta da guerra do Irã. Ninguém pediu para o Trump fazer guerra. Nós não vamos deixar que a guerra do Trump cause prejuízo ao povo brasileiro. Foi feito um leilão contra a vontade do governo e da diretoria da Petrobras e aumentou o preço do gás. Nós não vamos deixar o preço do gás chegar em vocês. A primeira coisa que vamos fazer é anular esse leilão — disse.

O certame ocorreu em meio à escalada dos preços internacionais de energia e ofertou valores que podem gerar aumento de até R\$ 39,40 no botijão de 13 quilos, pressionando ainda mais o custo para o consumidor.

A operação desencadeou um impasse dentro da Petrobras e levou ao afastamento do gerente da área de comercialização responsável pelo leilão. A decisão de realizar o certame foi classificada, nos bastidores, como um ato de “insubordinação” em relação à diretoria da companhia.

O episódio ocorre em um momento sensível para o governo, que tenta conter o impacto da alta dos combustíveis sobre a inflação e preservar programas sociais voltados ao gás de cozinha. Hoje, cerca de 75% do GLP consumido no país é produzido pela Petrobras, e o preço do botijão é considerado estratégico pela equipe econômica e política do Planalto.

Dados do setor indicam que o leilão pode provocar aumento relevante no preço final ao consumidor, em um cenário já pressionado pela alta internacional do petróleo e do gás em meio ao conflito no Oriente Médio.

Mais cedo, ainda na entrevista, Lula afirmou que o governo atuará para evitar que os efeitos da guerra cheguem ao bolso da população.

— Não vamos permitir que chegue no bolso do caminhoneiro e da dona de casa. O preço do gás não vai subir — declarou.

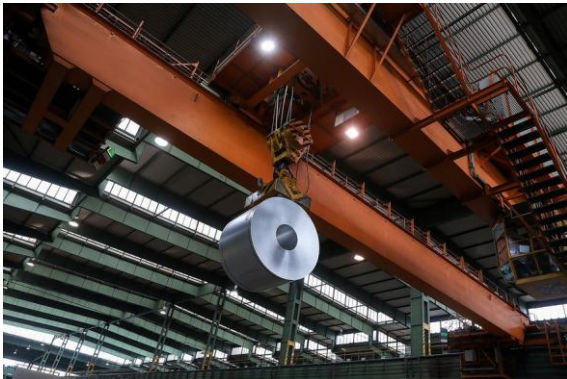
*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/04/2026*

## TRUMP MANTÉM TARIFA DE 50% SOBRE METAIS, MAS FLEXIBILIZA REGRAS PARA PARTE DOS PRODUTOS

Pelas novas regras, produtos com menos de 15% de aço, alumínio ou cobre na composição ficarão, na prática, isentos das taxas

**Por Bloomberg**



***O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no ano passado, impôs uma tarifa de 50% sobre o aço e o alumínio estrangeiros — Foto: Krisztian Bocsi/Bloomberg***

O governo de Donald Trump decidiu manter tarifas de 50% sobre diversos produtos importados de aço, alumínio e cobre, mas anunciou mudanças para simplificar a cobrança e reduzir o impacto em itens com baixo teor desses metais.

Pelas novas regras, produtos com menos de 15% de aço, alumínio ou cobre na composição ficarão, na prática, isentos das tarifas. Já itens considerados “substancialmente feitos” de um desses metais passarão a pagar uma alíquota menor, de 25%.

Mercadorias produzidas no exterior, mas inteiramente com metais americanos, terão tarifa reduzida de 10%. Equipamentos industriais e ligados à rede elétrica, que usam grande volume desses insumos, serão taxados em 15% até 2027, como forma de incentivar a indústria local.

Apesar do alívio em alguns casos, a tarifa de 50% será mantida para uma ampla gama de produtos derivados, como tubos de aço importados, e continuará sendo aplicada sobre o valor total do produto, e não apenas sobre o conteúdo metálico.

As mudanças vêm após meses de pressão de empresas que reclamavam de distorções nas regras anteriores. Isso porque as tarifas acabavam incidindo até sobre produtos com pequenas quantidades de metal, o que elevava custos de forma desproporcional.

Segundo a Casa Branca, a reformulação busca tornar o sistema mais simples e previsível para as empresas, sem abandonar o objetivo central de estimular a produção industrial dentro dos Estados Unidos.

A medida faz parte da política comercial protecionista de Trump, que tem tentado reforçar a indústria doméstica e reduzir a dependência de importações. Neste mesmo movimento, o governo também anunciou novas tarifas sobre medicamentos importados.

**Itens com pouco metal terão alívio**

Autoridades americanas afirmam que itens de consumo com pouco metal, como fio dental (que tem apenas uma pequena lâmina metálica), devem ser beneficiados pelas mudanças. Eletrodomésticos, como máquinas de lavar, também tendem a ter alívio.

Ainda assim, o novo modelo pode elevar tarifas para alguns produtos, embora prometa regras mais simples para cálculo. Antes, a cobrança variava de acordo com a quantidade exata de metal em cada item, o que dificultava a aplicação.

A política de tarifas ganhou peso no cenário político doméstico, com impacto potencial sobre preços e custo de vida, tema sensível às vésperas das eleições legislativas de novembro, que vão definir o controle do Congresso.

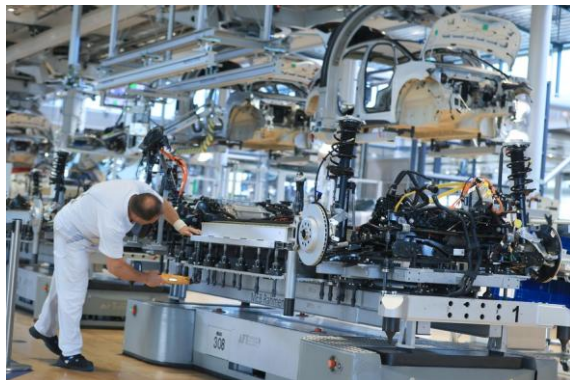
*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/04/2026*

### **PRODUÇÃO INDUSTRIAL CRESCE 0,9% EM FEVEREIRO, SEGUNDA TAXA POSITIVA CONSECUTIVA**

Alta foi puxada por veículos automotores, reboques e carrocerias, atividade que cresceu 6,6%

**Por Mayra Castro — Rio de Janeiro**



***Linha de produção do carro elétrico compacto VW ID.3 na fábrica da Volkswagen em Dresden, na Alemanha — Foto: Krisztian Bocsi/Bloomberg***

A produção industrial do Brasil cresceu 0,9% em fevereiro, chegando ao segundo mês consecutivo de crescimento. A indústria havia crescido 2,1% em janeiro, após queda de 2% em dezembro. O número é da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada nesta quinta-feira pelo IBGE, e veio levemente acima da mediana das estimativas de consultorias ouvidas pelo VALOR DATA, que projetavam alta de 0,8%.

- Na comparação com fevereiro de 2025, a indústria teve queda de 0,7%;
- No acumulado do ano, o setor industrial caiu 0,2%;
- Já nos últimos 12 meses, o acumulado foi de 0,3%.

Para André Macedo, gerente da pesquisa, o início de ano positivo permite que a indústria recupere as perdas assinaladas nos últimos meses de 2025, com perfil disseminado de crescimento.

"Enquanto janeiro foi caracterizado pela retomada da produção, após um dezembro marcado pela maior frequência de férias coletivas e paralisações técnicas, fevereiro se destaca pelo avanço da produção, possivelmente associado a um processo de recomposição de estoques em diferentes setores industriais", comenta Macedo.

O crescimento foi registrado em 16 das 25 atividades analisadas pela pesquisa. Entre os segmentos, a alta mais significativa foi de veículos automotores, reboques e carrocerias (6,6%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (2,5%).

"Nesses setores, as principais pressões positivas vêm de automóveis e autopeças, na indústria automobilística, e derivados do petróleo e álcool etílico, na atividade dos derivados do petróleo e biocombustíveis", explicou André Macedo.

Por outro lado, entre as atividades que tiveram queda na produção, a principal influência veio da produção de farmoquímicos e farmacêuticos (-5,5%).

"Na indústria farmacêutica, caracterizada pela maior volatilidade de seus resultados, observa-se o segundo mês consecutivo de queda, influenciado, em grande medida, pela elevada base de comparação, em função do avanço de 19,0% acumulado nos dois últimos meses de 2025", comentou o gerente da pesquisa.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/04/2026*

## **CORREIOS TERÃO QUE FAZER NOVO PDV E CONTINUAR A REESTRUTURAÇÃO**

*Por Míriam Leitão*

Os Correios terão que fazer um novo Plano de Demissão Voluntária (PDV), disse o ministro Dario Durigan. O fato de o primeiro ter ficado aquém do esperado não encerra o assunto. A estatal terá também que continuar o seu plano de reestruturação que tem vários outros pontos.

O empréstimo necessário para dar início a reestruturação foi garantido com aval do Tesouro, e a partir daí a Fazenda tem aumentado o grau de exigência de implementação das medidas que regularizem a situação dos Correios, que hoje são os maiores responsáveis pelo déficit das estatais federais, acumulando neste primeiro trimestre praticamente o rombo contabilizado em todo o ano passado. Foi de R\$ 4,16 bilhões ante a R\$ 5,1 bilhões dos 12 meses de 2025 .

Na prática, explicou Durigan, isso quer dizer que "se o PDV não deu certo, tem que ser renovado. A venda de imóveis está funcionando em ritmo devagar? Porque o PDV não deu certo, ela tem que ser acelerada. A coligação com outras empresas privadas, inclusive para ter ganho de produtividade, também tem que ser antecipada", explicou. Afinal, destacou, a estatal só obteve o empréstimo com a garantia do Tesouro - e por isso com juros menores - porque apresentou um plano de reestruturação.

A privatização da estatal ainda não está no radar, mas a busca por maior eficiência, disse o ministro, passa por joint ventures com empresas privadas, separação de cadeias de logística, entrada no mercado de venda e otimização do processo da empresa. "Os Correios têm que ser uma empresa em uma nova realidade do mundo", resumiu o ministro.

- Do lado do Ministério da Fazenda e do ponto de vista do acompanhamento dessa recuperação financeira dos Correios, nós estamos exigindo eficiência e mudança de paradigma. Acho que é preciso ter ganho de eficiência, ter enxugamento da máquina, digitalização dos processos, não pode ter mais um empregado separando cartas. A gente sabe que, por exemplo, em outros países, nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia, você tem hoje máquinas que fazem essa separação, dando ganhos de escala; o trabalho das pessoas acaba sendo melhor aproveitado. O Correio precisa mudar de paradigma também.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/04/2026*

## **BRB MARCOU DATA FINAL PARA A CAPITALIZAÇÃO DO BANCO. VEJA QUAL**

*Por Míriam Leitão*



**Sede do BRB em Brasília: em fato relevante, instituição confirmou assembleia no dia 22 deste mês — Foto: Cristiano Mariz/O Globo**

O BRB marcou para o dia 30 de maio o prazo final para a capitalização. Ele precisa de uma injeção de capital dos seus acionistas, especialmente do acionista controlador, o governo do Distrito Federal, para reequilibrar o seu balanço que está com um rombo estimado em um valor próximo de R\$ 10 bilhões.

Em fato relevante divulgado na quarta-feira, 1º de abril, às dez da noite, o banco confirmou a data de 22 de abril para a assembleia geral na qual será discutido esse plano de capitalização.

O banco está sem publicar balanço há nove meses e perdeu o prazo de 31 de março dado pelo Banco Central para publicar o balanço de 2025. O BRB não havia publicado o balanço do terceiro trimestre do ano passado, nem do quarto, e não publicou o de 2025 fechado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/04/2026*

## AS IDEIAS DO NOVO MINISTRO DA FAZENDA

À frente da Fazenda, Durigan afirma que cumprirá as regras fiscais do país e que o Brasil dará exemplo de democracia na eleição

*Por Míriam Leitão*



**Dario Durigan, ministro da Fazenda — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo**

O novo programa de redução do endividamento das famílias incluirá desconto na dívida, garantia do governo e será mais simples do que foi o Desenrola. “Neste ciclo do governo do presidente Lula, mais de 15 milhões de pessoas foram bancarizadas”. É o que conta o ministro Dario Durigan em entrevista que me concedeu na GloboNews, na qual falou também de política. O novo titular da Fazenda se espanta ao ver lideranças jovens no país com “um discurso pouco republicano”. Ele se

define como um técnico que tem respeito pela política. “Vamos cumprir as regras fiscais do país e vamos ter uma eleição sem negacionismo, uma eleição livre com reconhecimento do resultado. O ciclo democrático ocorrerá de maneira bonita”.

A primeira entrevista exclusiva de Durigan permite traçar o perfil do novo ministro da Fazenda, suas providências iniciais e suas ideias. Ele considera o arcabouço fiscal um bom instrumento e rebateu as críticas à política fiscal. Afirmou que o aumento do endividamento público o preocupa, mas não é decorrente do déficit primário, e sim dos juros. Falou ainda sobre o BRB, os Correios, o projeto de acabar com a declaração do imposto de renda. O programa pode ser visto no Globoplay e a íntegra lida no meu blog neste jornal.

Durigan está às voltas agora com duas negociações. Primeiro, a adesão dos estados à subvenção aos importadores de diesel, com o custo dividido entre a União e os estados até maio. No acordo anunciado por ele ontem, os poucos que não aderiram ainda poderão entrar. Mas adverte que o diesel pode ser mais caro nos estados que não concordarem com o plano.

— É uma guerra distante do país, talvez alguns políticos da oposição a apoiem por terem uma espécie de devoção ao governo norte-americano, mas a gente protege o interesse nacional.

A outra negociação é a do programa contra o superendividamento das famílias. Durigan acredita que em dez dias deve estar pronto. As provisões feitas pelos bancos contra as dívidas não pagas serão parte da redução do endividamento. Com base nisso, haverá descontos nas dívidas e o governo dará garantia para o débito restante. Algumas instituições pediram a suspensão do IOF para os endividados de mais baixa renda, mas diz que não é simpático à ideia.

Dario Durigan disse que o problema do BRB está sendo tratado entre banco e o Banco Central e nega que haja um debate sobre federalização. O governo federal participa indiretamente.

—O Banco do Brasil e a Caixa podem comprar carteiras do BRB. O Tesouro está dando ok à venda das carteiras que tenham o seu aval. Mas não haverá intervenção federal.

O novo ministro tem o projeto de acabar com a obrigatoriedade da declaração do Imposto de Renda. Ele avalia que isso é possível diante do avanço da digitalização.

— A diretriz para a Receita Federal é que a gente acabe com a declaração do Imposto de Renda. O nosso sistema bancário, as nossas obrigações, as das empresas já são todas digitais. Temos que construir um sistema para que as pessoas eventualmente entrem lá e deem o ok.

Quando perguntei sobre as críticas ao desempenho fiscal da atual gestão e ao aumento da dívida pública, ele respondeu de forma direta.

— O resultado fiscal de 2023, 2024, 2025 e 2026 não é responsável pelo aumento da dívida. Simples assim. A gente está diminuindo estruturalmente o déficit e hoje ele está muito próximo de zero. O que responde ao aumento do endividamento é a taxa de juros, que não é causada pelo excesso de gastos do governo.

Ele admite que o problema dos Correios se agravou, mas disse que a empresa vai implementar seu plano de ajuste, que pode incluir associação com empresas privadas. Perguntei sobre as pressões políticas por mais gastos neste ano eleitoral. Durigan defendeu a política.

— Eu gosto da política. Eu sou um ministro técnico, mas muito aberto e simpático à política. É importante que uma pessoa jovem ( o ministro tem 41 anos) dê um exemplo diferente de algumas lideranças da juventude que pregam muita violência, desrespeito com um discurso não republicano. Eu valorizo o diálogo racional e transparente. Houve a luta pela democracia e, por isso, eu cresci num ambiente muito positivo de país. Vou cumprir meu dever de resguardar as contas públicas, ao mesmo tempo em que a gente vai dar exemplo de como a democracia é importante para o país.

**( Com Ana Carolina Diniz)**

Fonte: O Globo - RJ

Data: 02/04/2026

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### GOVERNO LULA DECIDE ENVIAR AO CONGRESSO PROJETO DE LEI PRÓPRIO SOBRE FIM DA ESCALA 6X1

Texto será encaminhado com urgência constitucional, o que significa que precisará ser apreciado em até 45 dias, sob risco de travar a pauta; avaliação é que proposta não estava andando com celeridade na Câmara

**Por Danielle Brant**



BRASÍLIA - O governo Lula bateu o martelo e decidiu enviar um projeto de lei com urgência constitucional sobre o fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, de acordo com fontes do Planalto. Segundo integrantes do governo, o envio do projeto deve ocorrer nos próximos dias.

**Manifestação contra a escala 6x1 na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro Foto: Pedro Kirilos/Estadão**

Dois fatores contribuíram para a tomada da decisão, afirmam auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da



Silva (PT). O primeiro deles é a percepção, dentro do governo, de que a matéria está tendo uma tramitação lenta na Câmara.

Atualmente, a discussão principal sobre o fim da escala 6x1 ocorre no âmbito de uma proposta de emenda à Constituição da deputada Erika Hilton (PSOL-SP).

Em fevereiro, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidiu encaminhar a medida para a Comissão de Constituição e Justiça, em uma tentativa de dar protagonismo para o Congresso.

Desde o começo, porém, a tramitação mais demorada de uma PEC provocou críticas de governistas. Além da CCJ, a proposta ainda precisa passar por uma comissão especial. Por isso, havia um temor de que esse cronograma jogasse o tema para depois das eleições, o que atrapalharia os planos do governo de usar a medida como bandeira eleitoral.

O projeto de lei com urgência constitucional obrigaria os deputados a se debruçarem sobre a proposta em até 45 dias, sob risco de travar a pauta da Casa. O Senado teria o mesmo prazo.

Outro fator que pesou foi que o projeto de lei abre possibilidade para veto presidencial, algo que não ocorre com a PEC, que é promulgada pelo Congresso. Com isso, o Planalto teria a palavra final sobre o texto.

Apesar de a decisão ter sido tomada, auxiliares de Lula defendem que o governo procure Motta antes de encaminhar formalmente o projeto de lei. O objetivo é minimizar o potencial mal-estar que será criado com o envio da proposta.

Motta já declarou publicamente que deseja votar a PEC em maio. Pelo cronograma desenhado pelo relator da proposta na CCJ, deputado Paulo Azi (União-BA), a última audiência pública sobre o tema ocorre nesta terça-feira, 7, com a participação de representantes de confederações setoriais.

A seguir, Azi elaboraria seu relatório, que ainda teria um pedido de vista antes de ser votado. Se aprovado, o texto seguiria para a comissão especial, que analisa o mérito.

O projeto de lei com urgência constitucional, se enviado na próxima semana, poderia ser votado até meados de maio na Câmara e antes do recesso parlamentar no Senado. Isso daria tempo para o governo usar como bandeira em sua campanha, e também atenderia os parlamentares interessados em pegar carona na popularidade do tema.

Além da PEC, a Câmara também debate o tema em um projeto de lei da deputada Daiana Santos (PC do B-RS), que tramita na Comissão de Trabalho. A proposta, no entanto, também enfrenta resistência.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 02/04/2026*

## **AGRISHOW: COM PETRÓLEO INSTÁVEL, APOSTA É EM MÁQUINAS MOVIDAS A BIOCOMBUSTÍVEIS**

Em coletiva de lançamento da edição 2026, nesta quarta-feira, 1º, os organizadores destacaram investimentos em novas tecnologias e mudanças no parque de exposições

***Por Igor Savenhago***

A Agrishow, principal feira de tecnologia para o agronegócio da América Latina, deve apostar em máquinas agrícolas movidas a biocombustíveis como estratégia para reduzir a dependência de derivados de petróleo, que enfrenta instabilidades no mercado internacional.

A informação foi dada pelos organizadores durante coletiva de imprensa realizada nesta quarta-feira, 1º, em Ribeirão Preto (SP), cidade-sede do evento, que chega à 31ª edição, a ser realizada de 27 de abril a 1º de maio.



O avanço de equipamentos que utilizam etanol, biodiesel e outras fontes renováveis aparece como resposta direta às tensões geopolíticas envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, que têm pressionado os combustíveis fósseis. Com isso, a indústria agrícola passou a acelerar o desenvolvimento de soluções para garantir maior previsibilidade e autonomia energética no campo.

***O Agrishow chega a sua 31ª edição, a ser realizada de 27 de abril a 1º de maio, em Ribeirão Preto (SP)***  
**Foto: Agrishow/Divulgação**

Como o Brasil tem uma cadeia produtiva de etanol e biodiesel considerada sólida, a tendência é de que os biocombustíveis ganhem ainda mais espaço por meio de novos protótipos e modelos de tratores, colheitadeiras, entre outros veículos que ofereçam redução nos custos operacionais e nas emissões de gases vilões do aquecimento global.

O Brasil importa cerca de 30% do diesel que consome. Para o presidente da Agrishow, João Marchesan, o biodiesel tem se mostrado uma alternativa bastante viável para substituí-lo, o que incentiva investimentos em motores adaptados.

### **Infraestrutura**

Além das soluções energéticas, a Agrishow 2026, que terá como tema “A força de nossas raízes”, promete se manter como vitrine das principais inovações tecnológicas para o agronegócio. Entre elas, sistemas digitais de análise de dados e de gestão agrícola, inteligência artificial e agricultura de precisão.

Pedro Lucchesi, diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp), considera que a Agrishow é uma oportunidade para aproximar os produtores, principalmente pequenos e médios — que, geralmente, têm menos acesso —, de tecnologias que permitem produzir mais e com menos custos. Ele informa que, em parceria com a Sebrae, a Faesp vai possibilitar a ida de 8 mil agricultores à feira.

A edição de 2026 também trará mudanças na infraestrutura e na logística de acesso ao evento, visando melhorar a experiência dos visitantes e reduzir problemas de mobilidade que costumam ocorrer nos dias de maior público.

A área de exposições ganhará 12 mil metros quadrados, que se somam aos mais de 520 já disponíveis. O número de empresas participantes deve se manter em cerca de 800, sendo mais de 100 novas. O público estimado é de 197 mil pessoas nos cinco dias de feira.

Também estão previstas reorganização e ampliação das áreas de estacionamento; melhorias na sinalização viária e no fluxo de trânsito nas proximidades do parque; ações de mobilidade em parceria com autoridades de trânsito, incluindo ajustes no tráfego da rodovia de acesso ao evento; ampliação dos pontos de entrada e bilheterias, com venda antecipada de ingressos para reduzir filas; estrutura reforçada de serviços, como atendimento médico, ambulatórios e ambulâncias de suporte básico e avançado; alterações no fluxo interno de veículos de carga e montagem, com áreas específicas para caminhões e regras de circulação no recinto; bem como melhorias nos banheiros e asfaltamento das principais ruas.

### **Negócios**

Diferentemente de anos anteriores, os organizadores preferiram não divulgar uma expectativa de negócios — que, em 2025, apesar do aumento de 7% em relação a 2024, não foi atingida: o faturamento ficou em R\$ 14,6 bilhões, quando eram projetados R\$ 15 bilhões.



Entre as preocupações, estão a alta taxa Selic, de 14,75% ao ano, a dificuldade de crédito, entre outros desafios, como a pressão no frete – intensificada pela própria pressão nos custos do diesel e pela safra recorde de grãos, que deve passar de 353 milhões de toneladas, conforme a mais recente previsão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Apesar disso, eles procuram manter o otimismo. Para Marchesan, apesar do cenário desfavorável, os números da colheita aliados às boas condições climáticas devem trazer ânimo aos produtores que vão visitar o evento. “Acreditamos que a Agrishow será exitosa em todos os sentidos”.

Já Sérgio Bortolozzo, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), acredita que o agro já atravessou momentos piores. “Não podemos esquecer que o mundo precisa de nós. A Agrishow continuará a dar certo como atividade e referência, assim como o agricultor também vai”.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 02/04/2026*

### **PETROBRAS ANUNCIA MEDIDAS PARA REDUZIR IMPACTO DO AUMENTO DE 54,8% NO PREÇO DO QUEROSENE DA AVIAÇÃO**

A proposta vai permitir que as empresas paguem em abril um aumento de 18%, percentual menor do que o reajuste de 54,8% previsto em contrato; diferença poderá ser parcelada

***Por Denise Luna (Broadcast), Gabriela da Cunha (Broadcast) e Elisa Calmon (Broadcast)***

RIO E SÃO PAULO - A Petrobras informou nesta quarta-feira, 1º, que vai oferecer um termo de adesão para as distribuidoras com o objetivo de reduzir os efeitos do reajuste no preço do querosene de aviação (QAV). A proposta vai permitir que as empresas paguem em abril um aumento de 18%, percentual menor do que o reajuste de 54,8% previsto em contrato.

A diferença ainda poderá ser parcelada em seis vezes, com primeira parcela a partir de julho de 2026. As condições ainda serão calculadas, explica a estatal por meio de nota.

Após as altas recentes do QAV, segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), o combustível passa a responder por 45% dos custos operacionais das companhias aéreas (leia mais abaixo). O reajuste de 54,8%, confirmado nesta quarta-feira, soma-se ao de 9,4% em vigor desde 1º de março.

Conforme a Petrobras, a iniciativa anunciada após o aumento deste 1º de abril “visa preservar a demanda pelo produto e mitigar os efeitos do reajuste no setor de aviação brasileiro, assegurando o bom funcionamento do mercado”.

O termo vai ser disponibilizado ao mercado até segunda-feira, 6, segundo a estatal.

A Petrobras afirma que a medida “contribui com a saúde financeira dos clientes da companhia ao mesmo tempo que preserva a neutralidade financeira para a Petrobras”.

A empresa reforçou, ainda, a mensagem que “segue comprometida com uma atuação responsável, equilibrada e transparente, sem repassar volatilidade de curto prazo aos preços nacionais”.

#### **O que o setor das companhias aéreas diz**

“A medida tem consequências severas sobre a abertura de novas rotas e a oferta de serviços, restringindo a conectividade do País e a democratização do transporte aéreo”, afirma a Abear, por meio de nota.

A associação diz ainda que, embora mais de 80% do QAV consumido no Brasil seja produzido internamente, sua precificação acompanha a paridade internacional, o que intensifica os efeitos das oscilações do preço do barril de petróleo sobre o mercado doméstico, ampliando os impactos de choques externos sobre os custos das companhias aéreas.

“Nesse sentido, a Abear tem defendido a implementação de mecanismos que permitam diminuir os impactos do aumento do QAV, garantindo o desenvolvimento do transporte aéreo, a conectividade nacional e a sustentabilidade econômica das operações”, finaliza.

Mais cedo, o presidente da associação, Juliano Noman, afirmou que as medidas do governo federal para tentar mitigar o impacto da alta do preço do petróleo no QAV precisam ser “urgentes” para que o setor não tenha de adotar ações de replanejamento.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 02/04/2026*

# Valor

Informação que vira dinheiro.

## VALOR ECONÔMICO (SP)

### EUA ACUSAM CHINA DE ASSEDIAR NAVIOS COM BANDEIRA DO PANAMÁ

Tensão pode ser ligada a contrato anulado da operadora chinesa de portos CK Hutchinson, que agora busca arbitragem internacional

*Por Eric Martin, Em Bloomberg — Washington*



**Contêineres e guindastes no Porto de Balboa, na entrada do Pacífico do Canal do Panamá — Foto: Walter Hurtado/Bloomberg**

Os Estados Unidos acusaram a China de assediar e deter navios com bandeira do Panamá após o país da América Central anular contratos com um conglomerado de Hong Kong que operava portos em ambos os lados do Canal do Panamá.

Panamá vai ocupar portos do Canal após a maior Corte do país anular contrato com a CK Hutchison. As alegações, levantadas inicialmente pela Comissão

Marítima Federal dos EUA e reforçadas nesta quinta-feira (2) pelo secretário de Estado Marco Rubio, adicionam mais um ponto de tensão entre EUA e China antes da visita programada do presidente Donald Trump a Pequim em maio.

“As recentes ações da China contra embarcações com bandeira do Panamá levantam sérias preocupações sobre o uso de instrumentos econômicos para enfraquecer o estado de direito no Panamá, uma nação soberana e parceira vital para o comércio global”, afirmou Rubio em comunicado.

“Detenções, atrasos ou outros impedimentos ao movimento de navios prejudicam a estabilidade das cadeias globais de suprimentos, aumentam os custos para empresas e consumidores e reduzem a confiança no sistema de comércio internacional”, acrescentou.

A Suprema Corte do Panamá decidiu em janeiro que o contrato concedido à CK Hutchison Holdings Ltd. para operar dois portos próximos ao Canal do Panamá era inconstitucional, representando uma vitória para os esforços de Trump de limitar o controle da China sobre infraestruturas estratégicas na América Latina.

O canal tem estado em evidência desde dezembro de 2024, quando Trump — então a um mês de retornar ao cargo — começou a ameaçar “retomar” a hidrovía do Panamá, alegando tarifas injustas.

Ele também afirmou falsamente que o canal estava sendo operado pela China, o que aumentou as tensões entre as potências geopolíticas.

A China negou as acusações dos EUA relacionadas à detenção de navios com bandeira panamenha. “As repetidas acusações infundadas dos EUA apenas revelam sua tentativa de assumir o controle do canal”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Lin Jian, na semana passada.

No mês passado, a CK Hutchison entrou com um processo de arbitragem internacional contra o Panamá, buscando pelo menos US\$ 2 bilhões em indenizações e alegando uma “apropriação estatal ilegal” dos portos.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 02/04/2026**

### **PORTO RUSSO DE PRIMORSK PERDEU 40% DA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO APÓS ATAQUES, SEGUNDO IMAGENS DE SATÉLITE**

Reservatórios desempenham papel importante na cadeia logística dos portos, e sua disponibilidade impacta diretamente as exportações de petróleo

**Por Reuters**

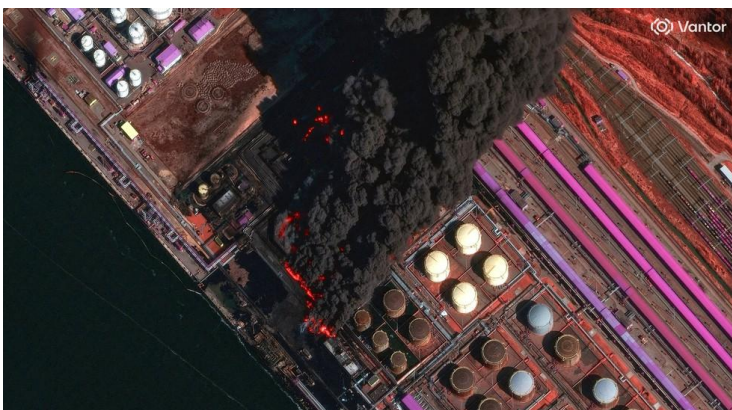
O porto russo de Primorsk, no Mar Báltico, um dos principais pontos de exportação do país, perdeu pelo menos 40% de suas instalações de armazenamento em ataques com drones ucranianos no mês passado, segundo imagens de satélite comerciais dos EUA analisadas pela Reuters nesta quinta-feira.

A Ucrânia intensificou os ataques a instalações energéticas russas no último mês, lançando os bombardeios com drones mais intensos contra portos do Mar Báltico ao longo dos mais de quatro anos de guerra.

Em determinado momento do mês passado, cerca de 40% da capacidade de exportação de petróleo da Rússia foi interrompida devido aos ataques, ao fechamento do oleoduto Druzhba na Ucrânia e à apreensão de petroleiros ligados à Rússia.

Imagens de satélite do fim de março, fornecidas pela empresa americana de inteligência geoespacial Vantor, mostraram que pelo menos oito reservatórios, com capacidade de 50 mil metros cúbicos cada, foram danificados. Isso representa ao menos 40% do armazenamento total do porto e pode forçar a redução do volume movimentado, disseram traders.

Os reservatórios desempenham papel importante na cadeia logística dos portos, e sua disponibilidade impacta diretamente as exportações de petróleo.



Outro porto do Mar Báltico, o de Ust-Luga, também foi atacado diversas vezes no mês passado e teve que suspender operações de carregamento.

**Imagem de satélite mostra fumaça subindo do porto russo de Ust-Luga, no Mar Báltico — Foto: Vantor/Divulgação via Reuters**

Dados da Transneft, monopólio russo de oleodutos, mostram que Primorsk, capaz de movimentar 1 milhão de barris de petróleo por dia — quase 1% da oferta global —, possui em seu principal terminal 14 reservatórios de petróleo bruto e quatro instalações para armazenamento de diesel.

Segundo fontes do setor, dois dos oito tanques gravemente danificados eram usados para armazenar diesel.

A Transneft, que também controla os portos, não respondeu a pedidos de comentário.

Autoridades locais russas afirmam que Ust-Luga foi atingido nos dias 22, 25, 27, 29 e 31 de março, o que levou à suspensão das operações de exportação.

Imagens de satélite também mostraram que oito reservatórios de derivados de petróleo, com capacidade de 30 mil metros cúbicos cada, em um terminal chamado Ust-Luga Oil, foram danificados por incêndios. Isso corresponde a cerca de um quarto de toda a capacidade de armazenamento do local.

Algumas estruturas de atracação também foram atingidas, segundo as imagens.

O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, classificou os ataques como “atos terroristas” e afirmou que a Rússia está trabalhando para proteger sua infraestrutura crítica.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 02/04/2026*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### SANTOS BRASIL ANUNCIA ABERTURA DE ESCRITÓRIO EM CAXIAS DO SUL PARA AMPLIAR PRESENÇA NO SUL DO PAÍS

*Da Redação Portos e Logística 02/04/2026 - 19:20*



A Santos Brasil abriu um escritório em Caxias do Sul (RS), para facilitar o contato com embarcadores gaúchos e reforçar a importância da região para a companhia, que opera o terminal de contêineres do Porto de Imbituba, o Tecon Imbituba (SC), a cerca de 350 quilômetros da cidade gaúcha. De acordo com a empresa, a inauguração de uma representação na região visa a aprofundar o relacionamento com empresários locais em busca de soluções para suas demandas e para superar gargalos logísticos.

Em março, o Tecon Imbituba alcançou sua maior movimentação de contêineres: 17.459 TEUs. Segundo a Santos Brasil, o resultado é consequência de investimentos para ampliação da capacidade operacional, com modernização da infraestrutura e aumento do número de empregados. A operadora informou que, em 2024 e 2025, foram investidos R\$ 75 milhões em equipamentos e novos sistemas operacionais, o que permitiu que passasse a oferecer três serviços marítimos semanais.

Além disso, a Santos Brasil ressaltou que a integração com o Tecon Santos (SP) permite que cargas movimentadas por Imbituba sejam conectadas à rede de rotas internacionais a partir do terminal paulista, também operado pela companhia. Destacou ainda que o Tecon Imbituba está localizado entre Curitiba, no Paraná, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e perto de Florianópolis, conta com acesso rodoviário e ferroviário e fica em um porto de águas profundas e abrigado, que pode receber, sem restrições de calado ou de condições climáticas, os maiores navios que chegam à costa brasileira.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/04/2026*

### IMO COBRA ESFORÇOS PARA RETIRADA DE 20 MIL MARINHEIROS E NAVIOS RETIDOS EM ORMUZ

Da Redação Navegação 02/04/2026 - 18:51



O secretário-geral da Organização Marítima Internacional (IMO), Arsenio Dominguez, cobrou nesta quinta-feira (2), em reunião virtual de ministros das Relações Exteriores de mais de 40 países, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, que ampliem as ações e os esforços diplomáticos para garantir a retirada de cerca de 20.000 marinheiros que estão em navios retidos no Golfo Pérsico desde o início da guerra entre Estados Unidos, Israel e Irã, em 28 de fevereiro. A entidade propôs a criação de corredores humanitários, cobrou respeito ao direito e à liberdades

de navegação e ressaltou a importância de garantir a segurança e o bem-estar dos marinheiros, que convivem com suprimentos cada vez mais escassos, fadiga e grave estresse psicológico.

Dominguez salientou a necessidade de suspensão de ataques a embarcações civis e a busca de soluções que permitam a saída dos navios retidos na região, em vez de abordagens puramente militares. "Respostas fragmentadas já não são suficientes para resolver esta crise. O que é urgentemente necessário é o envolvimento diplomático, soluções práticas e neutras e uma ação internacional coordenada", afirmou.

Segundo a entidade, ela está elaborando um plano de evacuação marítima baseado na cooperação entre os Estados costeiros, em garantias de segurança e na coordenação operacional, com o objetivo de libertar embarcações, permitir a saída segura das tripulações e prevenir um desastre ambiental. Desde 28 de fevereiro, quando começaram os ataques dos Estados Unidos e de Israel ao Irã, a IMO confirmou 21 ataques a navios mercantes, causando a morte de 10 marinheiros e ferimentos graves em vários outros.

O secretário-geral da IMO e representantes de governos negociam o estabelecimento de um mecanismo de passagem segura para a retirada dos marítimos retidos no Golfo Pérsico. A entidade informou que países da região se prontificaram a garantir o abastecimento de navios e facilitar o acesso humanitário dos marítimos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/04/2026

### ENTIDADES E EMPRESAS DE ENERGIA LANÇAM 'COALIZÃO EÓLICA MARINHA'

Da Redação Offshore 02/04/2026 - 18:57



Empresas ligadas à produção de energia no Brasil e entidades setoriais criaram a 'Coalizão Eólica Marinha' (CEM), definida como espaço de convergência e de colaboração e que tem como objetivo contribuir, exclusivamente, para o desenvolvimento da exploração da energia eólica offshore no Brasil. Segundo comunicado divulgado pela engenharia ambiental Roberta Cox, diretora de Políticas para o Brasil do Global Wind Energy Council (GWEC), a nova entidade pretende estimular o diálogo qualificado, a promoção de boas práticas internacionais, o apoio à construção de um ambiente regulatório propositivo

e previsível e, principalmente, "a construção dessa nova indústria como vetor para desenvolvimento sustentável, combate às mudanças climáticas e criação de valor para as comunidades locais".

No documento, Roberta explica que a iniciativa busca atuar para desbloquear as oportunidades que a fonte eólica offshore oferece aos países que nela acreditam e de forma a complementar outros esforços em curso, “promovendo alinhamento entre diferentes perspectivas, desobstruindo gargalos e apoiando a pavimentação de um caminho sustentável, um catalisador para a fonte”.

O comunicado divulgado pelos criadores do CME cita a recente aprovação, pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), das diretrizes para o desenvolvimento da fonte energia eólica e a continuidade das discussões no âmbito do Congresso Nacional, incluindo a audiência pública a ser realizada no Senado na próxima terça-feira (7), como motivadores para a criação do Conselho.

“Tais marcos sinalizam também a construção material de um ambiente mais estruturado para a consolidação desta fonte de energia no Brasil”, explica o documento. Destaca também que “nas últimas semanas o Brasil tem observado o debate sobre energia eólica offshore, refletido na crescente mobilização de atores públicos, privados e acadêmicos, bem como no aprofundamento técnico e institucional do tema”.

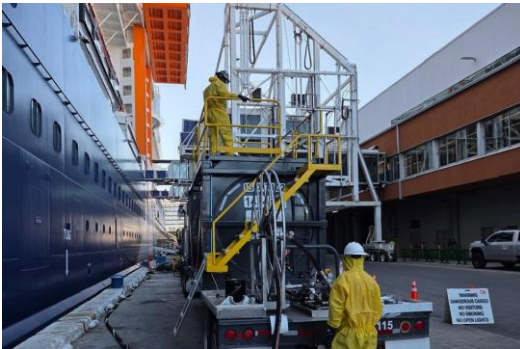
Segundo Roberta Cox, mais do que uma agenda setorial, o uso da energia eólica deve ser tratada como uma agenda de país, já que tem potencial de “impulsionar a geração de empregos qualificados, o desenvolvimento industrial, a dinamização regional e a inserção do Brasil nas cadeias globais de valor da transição energética”. Ressalta ainda que é “uma indústria verde nova e com recursos que propiciam um potencial gigantesco, entre os maiores e melhores do mundo, com capacidade para gerar mais de 500 mil empregos e superar os 900 bilhões de reais em valor agregado à economia brasileira”, citando estudo recente do Ministério de Mina e Energia (MME) e do Banco Mundial.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/04/2026*

## FORNECEDORAS GARANTEM TER CAPACIDADE PARA ABASTECER PORTOS DOS EUA COM METANOL

*Da Redação Portos e logística 02/04/2026 - 16:07*



A World Fuel Services informou, nesta quinta-feira (2), que, em parceria com a West Coast Clean Fuels, está preparada para abastecer com metanol embarcações em portos de todo os Estados Unidos. As empresas explicaram que recentemente fizeram na Flórida uma entrega do produto para uso como combustível marítimo, seguindo todas as normas para esse tipo de movimentação, e que estão capacitadas para levar o metanol a qualquer terminal do país.

De acordo com comunicado das empresas, suas operações de abastecimento com metanol foram aprovadas pela Guarda Costeira dos Estados Unidos e a West Coast Clean Fuels é a única operadora americana cujos procedimentos de abastecimento de metanol de caminhão para navio receberam aprovação do órgão. Garantiram ainda que têm pessoal treinado e equipamentos desenvolvidos especificamente para essa finalidade.

As companhias classificaram as aprovações e o reconhecimento de sua capacidade de fornecer a portos metanol para abastecer navios como resultado de anos de preparação, incluindo avaliações de risco, desenvolvimento de procedimentos operacionais e de resposta a emergências, compra de equipamentos e treinamento de pessoal, com coordenação da Guarda Costeira americana. De acordo com elas, recentes diretrizes regulatórias incorporaram elementos do trabalho que desenvolveram.

Matt Campbell, gerente técnico da West Coast Clean Fuels, alegou que os procedimentos não apenas atenderam aos requisitos regulatórios, mas ajudaram a moldá-los. “As recentes diretrizes da Guarda Costeira refletem a operação que desenvolvemos. É o tipo de marco que demonstra que estamos prontos para fornecer abastecimento de metanol em portos dos Estados Unidos”, disse

Já Brad Hurwitz, vice-presidente sênior de suprimentos e comercialização da World Fuel, disse que a plataforma global consolidada da empresa para combustíveis marítimos permite que forneça metanol de forma eficiente e confiável. Segundo ele, armadores e operadores marítimos exigem dos fornecedores conhecimento técnico e experiência nesse tipo de operação. “A World Fuel, em parceria com a West Coast Clean Fuels, oferece acesso prático e imediato para integrar o metanol às estratégias de abastecimento das empresas de navegação”, afirmou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/04/2026*

## MAGDA CONFIRMA SBM COMO VENCEDORA DA LICITAÇÃO DOS FPSOS DE SEAP

*Por Danilo Oliveira Indústria naval 01/04/2026 - 20:14*



Presidente da Petrobras afirmou, nesta terça-feira (1º), que aumento do preço do barril de petróleo permitirá viabilizar as duas unidades previstas na Bacia Sergipe-Alagoas

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, confirmou, nesta quarta-feira (1º), que a SBM venceu a licitação para produzir as duas plataformas do projeto SEAP (Sergipe Águas Profundas), na Bacia Sergipe-Alagoas. Juntos, os FPSOs SEAP I e SEAP II terão capacidade de produzir 200 mil barris de petróleo por dia e 18 milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de gás, que serão escoados para a região

costeira, por meio de um gasoduto, que terá mais de 100 quilômetros.

“O projeto engloba um grande gasoduto que trará de alto mar para a costa uma capacidade de até 18 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás”, destacou Magda, que foi convidada do evento CNN Talks, em São Paulo (SP), na manhã de hoje. Na semana passada, a Petrobras assinou com o governo de Sergipe um protocolo de intenções para viabilizar a comercialização do gás natural a ser produzido pelos dois projetos SEAP.

Magda explicou que o aumento do preço do petróleo permitiu à companhia viabilizar as duas unidades previstas. SEAP II estava garantida desde dezembro de 2025, quando houve a decisão relativa à viabilidade deste investimento. Já a tomada de decisão a respeito dos investimentos no projeto SEAP I, segunda unidade, que vinha esbarrando em dificuldades de financiamento.

Na última terça-feira (31), o gerente executivo de águas ultraprofundas da Petrobras, Cesar Cunha, havia mencionado a expectativa de ter o primeiro óleo no segundo semestre de 2030 da primeira unidade (SEAP II). Para a segunda unidade (SEAP I), a expectativa é iniciar alguns meses depois. Cunha, que participou de um seminário promovido pela FGV Energia, no Rio de Janeiro (RJ), explicou que a defasagem de entrega é para melhor capturar sinergia da cadeia de suprimentos.

O gerente da Petrobras disse que, na modalidade de contratação BOT (Build-Operate-Transfer), adotada para SEAP, a empresa vai ao mercado com especificação funcional com características de operação da plataforma. “A empresa usa sua engenharia para fazer uma proposta para atender àquelas especificações. A empresa prestadora desenvolve um processo de engenharia e constrói com o Capex (investimento) custeado pelo consórcio na medida em que projeto avança”, detalhou.

Cunha acrescentou que a prestadora inicia a operação da plataforma e, ao longo do período de produção, a Petrobras assume a operação. A vencedora deve operar seis anos, com possibilidade de outros seis, conforme avaliação da Petrobras. A companhia brasileira integra um consórcio em cada uma das duas áreas de SEAP, em dois diferentes consórcios, com uma empresa indiana em cada um deles.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*

## CNPE APROVA DIRETRIZES SOBRE APROVEITAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFFSHORE



estabelece diretrizes para regulamentação da Lei 15.097/2025, sobre exploração de usinas eólicas offshore. A estimativa do governo é de que a exploração das unidades pode criar mais de 500 mil empregos até 2050, além de um potencial de 1.200 GW no Nordeste, no Sudeste e no Sul.

A aprovação atende ao marco legal sancionado em janeiro de 2025 e aos prazos estabelecidos para as atividades do Grupo de Trabalho Eólicas Offshore (GT-EO), instituído em outubro de 2025. Segundo o CNPE, as diretrizes consideram os parâmetros básico para as

atividades do GT, como o Arcabouço Regulatório, o Planejamento e a Identificação de Áreas, a Digitalização de Processos e a Elaboração de Estudos Técnicos e Relatórios

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que as novas diretrizes viabilizam o avanço do desenvolvimento da energia eólica offshore, que definiu como aliada estratégica da transição energética. “Trata-se de mais um passo no aproveitamento do potencial energético nacional, com estímulo à tecnologia, à inovação e ao fortalecimento da articulação institucional”, afirmou.

Entre as diretrizes estabelecidas estão os critérios relativos a distância da costa, a consideração do afastamento de 12 milhas náuticas a partir da linha de base como referência inicial para a definição da localização dos prismas, que poderá ser revista com base em estudos técnicos específicos e em diretrizes do Planejamento Espacial Marinho do Brasil. Para isso, é previsto que estudos técnicos sejam feitos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com suporte do GT Eólicas Offshore. O objetivo será avaliar a adequação do parâmetro de localização e possíveis revisões a partir de critérios técnicos, econômicos, ambientais e sociais.

A resolução aprovada estabelece ainda que o CNPE poderá definir áreas prioritárias para a constituição de prismas no âmbito da oferta planejada e que a gestão de áreas offshore será feita pelo Portal Único de Gestão de Áreas Offshore (PUG Offshore). Ele será responsável pela centralização e digitalização dos requerimentos e dos procedimentos para obtenção da Declaração de Interferência Prévia (DIP), devendo a entidade gestora do Portal ser definida em decreto.

O texto aprovado, explicou o CNPE, visar ampliar a integração institucional entre o Ministério das Minas e Energia, o ETE, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis (ANP), a Marinha, o Ministério de Portos e Aeroportos, o Ministério da Pesca e Aquicultura, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O objetivo é criar ambiente de negócios atrativo, com segurança jurídica, previsibilidade regulatória e estímulo à inovação e à sustentabilidade.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*

## PETROBRAS ESTUDA ANTECIPAR RETIRADA DE PLATAFORMAS MADURAS

*Por Danilo Oliveira Indústria naval 01/04/2026 - 18:52*

Próximo plano de negócios da companhia atualizará cronograma e unidades no Nordeste devem ganhar destaque no plano de reciclagem, que hoje prevê US\$ 9,7 bilhões em investimentos

A Petrobras estuda a antecipação do cronograma de retirada de algumas plataformas em campos maduros. O gerente geral de projetos de descomissionamento da Petrobras, Carlos Castilho, disse, na última terça-feira (31/03), que existe uma demanda grande por abandono de poços, etapa que



antecede a retirada das plataformas desativadas. Ele estima que, a partir de 2028, haverá uma quantidade relevante de plataformas prontas para serem retiradas no Nordeste, com possibilidade de unidades da bacia Sergipe-Alagoas, onde estão previstos para os próximos anos dois novos FPSOs do projeto SEAP, em águas profundas.

O atual plano de negócios da companhia prevê investimentos de US\$ 9,7 bilhões, entre 2026 e 2030, para atividades ligadas ao descomissionamento em um total de 68 plataformas localizadas em águas jurisdicionais brasileiras (AJB). Desse total, 39 unidades estão no Nordeste, sendo 26 localizadas em águas rasas em Sergipe. Os investimentos previstos para essa atividade no estado são da ordem de US\$ 2,6 bilhões em cinco anos.

A carteira de descomissionamento da Petrobras prevê a remoção de 18 plataformas até 2030 e outras 50 após 2031, com o recolhimento de aproximadamente 1.800 quilômetros de linhas flexíveis e o abandono de mais de 500 poços, cerca de 200 deles no Nordeste. Castilho destacou que são cerca de US\$ 2 bilhões por ano em aportes para descomissionamento, dos quais 69% associados ao abandono de poços e 31% com equipamentos.

Para 2026, a Petrobras tem expectativa de retirar cinco plataformas, com destaque unidades que estão localizadas na Bacia de Campos. Uma delas é a P-37, que era para ter sido retirada em 2025, enfrentou dificuldades de acostamento e, segundo a companhia, já está pronta para sair.

Castilho contou que a empresa trabalha para antecipar, de 2027 para 2026, o FPSO Cidade de Santos, que é uma unidade afretada. Para 2027, estão previstos os processos das unidades P-18 (semisubmersível) e do FPSO P-47. Em 2028, deve ter início o descomissionamento da P-09 (semisubmersível). Nos anos seguintes, aparecem no plano atual as plataformas fixas 1 e 2 de Atum (2029) e, em 2030, as unidades de Agulha (1 e 3, ambas fixas), Espada (duas fixas) e Biquara (fixa).

A partir de 2031, serão mais 43 plataformas fixas. Em 2027, com a atualização do plano de negócios, aparecerão plataformas no Nordeste e, possivelmente, algumas unidades antecipadas para 2027-2028. "As empresas estão sendo consultadas e precisamos estar preparados para receber isso", adiantou Castilho, que participou de um workshop sobre descomissionamento promovido pela FGV Energia, no Rio de Janeiro (RJ).

"O Nordeste já está aparecendo e a ideia é que apareça ainda mais. Nosso plano é antecipar a saída das plataformas. Estamos tendo uma visão mais robusta com a questão do abandono de poços, estamos tendo eficiência, então conseguimos controlar. Trabalhamos no planejamento para antecipar a saída com EPRDs", contou Castilho. A sigla consiste no processo técnico de encerramento de atividades de plataformas e poços de petróleo offshore, por meio de quatro etapas principais: Engenharia, Preparação, Remoção e Disposição.

No evento, ele disse que já saiu uma RFI (request for information) perguntando ao mercado sobre possibilidade do EPRD de três plataformas no Rio Grande do Norte. "Ficamos satisfeitos com a consulta. Tivemos a indústria nacional e alguns fornecedores internacionais respondendo as perguntas, o que nos dá bastante robustez para poder antecipar ainda mais", afirmou Castilho.

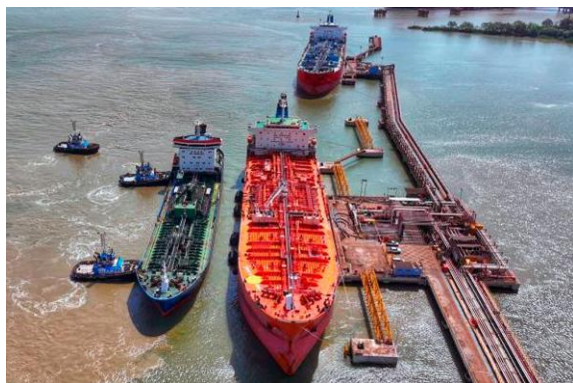
O gerente geral de projetos de descomissionamento da Petrobras relatou que havia uma preocupação de o mercado nacional não vir com bastante força, o que acabou não ocorrendo. "Estamos otimistas e a ideia é, com o mercado nacional chegando, podermos flexibilizar as contratações e tentar antecipar o mais rápido possível. Quem sabe Sergipe entra nessa onda e conseguimos antecipar e trazer plataforma para retirar em 2027", projetou.

**Fonte: Portal Portos e Navios - RJ**

**Data: 01/04/2026**

### PRODUÇÕES DE PETRÓLEO E DE GÁS BATEM NOVO RECORDE EM FEVEREIRO

*Da Redação Economia 01/04/2026 - 20:23*



A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou nesta quarta-feira (1º) o Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural e anunciou que o Brasil bateu em fevereiro o recorde de produção de petróleo e de gás natural, com 5,304 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). O maior volume anterior fora registrado em outubro de 2025, com 5,255 milhões de boe/d.

De acordo com o levantamento, foram extraídos no mês 4,061 milhões de barris por dia (bbl/d), com alta de 2,7% na comparação com o mês anterior e aumento de 16,4% em relação ao mesmo mês de 2025. Já a produção de gás natural foi de 197,63 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), com crescimento de 2,3% frente a janeiro e de 24,5% na comparação com fevereiro de 2025.

A produção total de petróleo mais gás natural no pré-sal em fevereiro de 2026 foi de 4,243 milhões de boe/d e correspondeu a 80,2% da produção brasileira, com elevação de 2,3% sobre janeiro e de 20,1% sobre o mesmo mês do ano passado. Foram produzidos 3,264 milhões de bbl/d de petróleo e 155,56 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural em 181 poços.

De acordo com o Boletim da ANP, em fevereiro o aproveitamento de gás natural foi de 97,1%, foram ofertados ao mercado 65,42 milhões de metros cúbicos diariamente e queimados 5,82 milhões de metros cúbicos a cada dia. Segundo a publicação, foi registrado aumento de 2,4% na queima em relação ao mês anterior e de 18,6% na comparação com fevereiro de 2025.

A publicação informa ainda que os campos marítimos produziram 98% do petróleo e 87,8% do gás natural e que os operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio, foram responsáveis por 89,46% do total. A produção teve origem em 6.079 poços, sendo 582 marítimos e 5.497 terrestres.

De acordo com o Boletim, em fevereiro de 2026 o campo de Tupi, na Bacia de Santos, foi o maior produtor de petróleo, registrando 865,98 mil bbl/d, e de gás natural, com 42,87 milhões de metros cúbicos por dia. As instalações com as maiores produções foram o FPSO Almirante Tamandaré, no Campo de Búzios, para o petróleo, com o 197.903 bbl/d, e, no caso do gás, o FPSO Marechal Duque de Caxias, no campo de Mero, com 12,37 milhões de metros cúbicos diários.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*

### ONE APLICA SOBRETAXA DE COMBUSTÍVEL AO TRANSPORTE TERRESTRE DE SUAS OPERAÇÕES NA AL

*Da Redação Navegação 01/04/2026 - 20:25*



A Ocean Network Express (ONE) anunciou que a partir desta quinta-feira passará a cobrar a Taxa de Combustível para Transporte Terrestre (IFL/IFD) para todas as remessas de importação e exportação em suas operações de e para Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, abrangendo todos os serviços e rotas comerciais. As justificativas são o fechamento do Estreito de Ormuz e a redução da produção em refinarias do Oriente Médio,

que impactaram na disponibilidade de combustíveis em todo o mundo.

A sobretaxa será cobrada inicialmente para o tráfego não regulamentado pela Comissão Marítima Federal (CMF) dos Estados Unidos. Para países em que o tráfego é regulamentado pela entidade, como Estados Unidos e Canadá, além de Colômbia e Equador, a taxação entrará em vigor em 2 de maio de 2026.

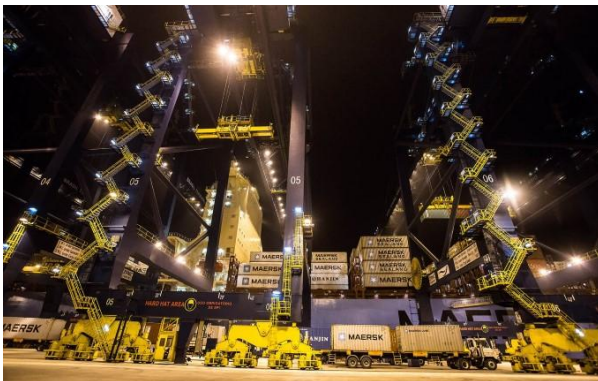
A empresa de navegação informou, no entanto, que a medida estará sujeita às aprovações regulatórias correspondentes e aos prazos de notificação aplicáveis, permanecendo em vigor até novo aviso. A ONE alertou ainda que, por causa da alta volatilidade do mercado de energia e dependendo da evolução das condições globais, poderá fazer novos ajustes em seus preços.

A companhia alegou que a adoção das sobretaxas visa salvaguardar a integridade da carga e manter a estabilidade de sua rede operacional, garantindo a continuidade do serviço em ambiente marcado pela incerteza no fornecimento de combustível. Ela admitiu que as medidas terão impacto sobre os custos de seus clientes e que há possibilidade de negociação através de seus representantes locais.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/04/2026*

## FMC REJEITA PEDIDO DE ARMADORES SOBRE REDUÇÃO DO PRAZO DE NOTIFICAÇÃO SOBRE AUMENTOS DE TARIFAS

*Da Redação Navegação 01/04/2026 - 20:29*



A Comissão Marítima Federal dos Estados Unidos (FMC) rejeitou pedido de companhias de navegação para reduzir o prazo de notificação antes da adoção de sobretaxas e aumentos de tarifas por causa da guerra entre o país, Israel e o Irã, informou a plataforma especializada em transporte marítimo Alphaliner. A proposta foi apresentada pelas empresas Maersk, CMA CGM, Hapag-Lloyd e ZIM, que pleiteavam que os aumentos relacionados ao conflito fossem aplicados em menos de 30 dias, alegando pressões de custos decorrentes do cenário geopolítico.

Embora os regulamentos americanos permitam que companhias de navegação peçam exceções, a presidente da FMC, Laura DiBella, avaliou que as condições atuais não atendem aos critérios necessários para justificar uma redução no prazo. Segundo ela, quando uma empresa de transporte marítimo solicita autorização especial para reduzir o prazo de aviso prévio de 30 dias para uma sobretaxa, deve demonstrar como o aumento de seus custos está vinculado à sobretaxa em dólares.

Ela argumentou que uma mera alegação de aumento de custos, sem dados concretos sobre sua magnitude, duração ou medidas de mitigação, é insuficiente como justificativa. Laura DiBella disse que a transparência é fundamental para garantir que as sobretaxas respondam apenas a circunstâncias imprevistas e contribuam para equilibrar riscos assumidos por proprietários de cargas e empresas de navegação.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*



## GOVERNO ABRE PROPOSTAS PARA DRAGAGEM DA LAGOA MIRIM, NO RS

*Da Redação Navegação 01/04/2026 - 19:03*

O governo federal iniciou, na manhã desta quarta-feira (1º), a abertura de propostas para a licitação que vai

escolher a empresa que será a responsável pela dragagem da hidrovia da Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul, e a instalação da sinalização náutica ao longo do canal navegável. Para o projeto, que foi incluído no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), é estimado investimento de R\$ 52,7 milhões.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o objetivo com a dragagem e a sinalização é garantir melhores condições de navegação durante todo o ano e fortalecer as trocas comerciais entre o Brasil e o Uruguai e o fluxo de mercadorias entre os dois países. A meta é manter a profundidade adequada dos canais de navegação, permitir a circulação segura das embarcações e evitar interrupções.

A Lagoa Mirim está localizada entre Brasil e Uruguai, tendo 76% de seus 62.250 quilômetros quadrados em território brasileiro e 24% no uruguaio. Sua bacia hidrográfica tem aproximadamente 185 quilômetros de extensão e sua largura máxima chega a 37 quilômetros, sendo a segundo maior lagoa do Brasil, menor apenas que a Lagoa dos Patos, também no Rio Grande do Sul.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*

## CONVÊNIO ENTRE ABEEMAR E APEX MIRA ATRAIR INVESTIMENTOS PARA SETOR NAVAL E OFFSHORE

*Por Danilo Oliveira Indústria naval 01/04/2026 - 18:59*



Parceria entre associação e agência de fomento visa ampliar conteúdo local e incremento de tecnologia, aproveitando cenário aquecido da indústria no Brasil

A Associação Brasileira das Empresas da Economia do Mar (Abeemar) assinou, nesta quarta-feira (1º) um convênio com a ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) para atração de investimentos para o setor naval e offshore. O objetivo é promover ações de networking entre empresas brasileiras e estrangeiras, desde visitas técnicas e estudos até a realização de rodadas de negócios e

presença em eventos setoriais no Brasil, como a Navalshore, e no exterior, como SMM, na Alemanha, e a Posidonia, na Grécia.

O presidente da Abeemar, João Azeredo, disse à Portos e Navios que é um projeto de, pelo menos, dois anos, cuja finalidade é contribuir para aumentar o conteúdo local dos projetos no Brasil e trazer novas tecnologias e inovação para o setor, ampliando a oferta no atual cenário de retomada de grandes obras de construção que estaleiros e a indústria nacional vivenciam nos últimos anos.

Azeredo contou que é um acordo inédito da indústria naval com a Apex e que começou a ser maturado durante a edição de 2025 da OTC Houston, nos Estados Unidos, em conversas com a Petrobras e o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). A ideia é que algumas das iniciativas do convênio sejam abertas também para não associadas da Abeemar.

Ele acrescentou que haverá estudos para identificar melhores oportunidades para o fornecimento de equipamentos e serviços, aproveitando as demandas que estão aquecidas, como as ligadas à renovação da frota que atende a Petrobras e a Transpetro.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*

## VAST REALIZA 1ª OPERAÇÃO DE TRANSBORDO DE PETRÓLEO DA EXXONMOBIL NO BRASIL

*Da Redação Offshore 01/04/2026 - 20:17*



A Vast Infraestrutura informou, nesta quarta-feira (1º), que fez no último dia 28 de março, no Porto do Açú, em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, a primeira operação da ExxonMobil de transbordo de petróleo no Brasil. De acordo com a empresa, foi movimentado, no Terminal de Petróleo da Vast (T-Oil), o equivalente a um milhão de barris, produzidos no Campo de Bacalhau, na Bacia de Campos.

A companhia informou que a operação, que envolveu dois navios-tanque da classe Suezmax, o petroleiro Primeway e o aliviador Windsor Knutsen, fez parte da sua logística de escoamento da produção do campo da Bacia de Santos. E que O T-Oil é o único terminal privado do Brasil autorizado a operar navios da classe Very Large Crude Carrier (VLCC) e que ele tem licença para movimentar até 1,2 milhão de barris por dia.

Segundo a Vast, em 2025 ela movimentou 30,6 milhões de toneladas de petróleo destinadas ao mercado externo. O volume, informou, correspondeu a 48% de todo o petróleo bruto embarcado via terminais no país para exportação no ano.

O campo de Bacalhau é operado pela Equinor, que tem 40% de participação, em parceria com a ExxonMobil Brasil, que tem o mesmo percentual, e a Petrogal Brasil, que tem 20%, em regime de partilha de produção. A ExxonMobil Brasil é o cliente mais recente da Vast, que atende a 13 empresas, e a exploração no campo marca a primeira produção da companhia após mais de um século no país.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 01/04/2026*

## GRUPO NÁUTICA E IPT FAZEM PARCERIA PARA DESENVOLVIMENTO DE EMBARCAÇÃO COM AUTOSSUFICIÊNCIA DE HIDROGÊNIO

*Da Redação Indústria naval 02/04/2026 - 16:07*



O Grupo Náutica, que atua em vários segmentos, entre os quais o desenvolvimento de projetos voltados para a sustentabilidade energética, anunciou na última terça-feira (31/03) que firmou parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), para o desenvolvimento e validação do sistema de produção de hidrogênio da embarcação JAQ H2, que será a primeira do mundo a produzir a bordo o produto, que será usado como combustível. O IPT, instituição vinculada ao governo do estado de São Paulo, será responsável pelo desenho do sistema de produção de hidrogênio, pela integração com os sistemas elétricos da embarcação e pela avaliação do eletrolisador sob condições reais de navegação.

O acordo inclui ainda a realização de estudos de viabilidade técnica, testes de desempenho em operação, análises de segurança para armazenamento e uso do hidrogênio e ensaios que podem subsidiar processos de certificação naval e energética da embarcação, de 50 metros, que está sendo construído em Guarujá, em São Paulo e tem entrega prevista para 2027. Segundo o Grupo Náutica, a entrada em operação marcará a terceira fase de seu programa JAQ Hidrogênio Verde, que busca criar alternativa para garantir autonomia energética em navegação de longo curso.



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 057/2026  
Página 78 de 78  
Data: 02/04/2026  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

Além do IPT, o JAQ Hidrogênio Verde também fechou parcerias com o Senai de Pernambuco e o Porto do Açu, em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, para a realização de testes em condições reais de operação. Ernani Paciornik, presidente do Grupo Náutica e idealizador do projeto, explicou que as parcerias buscam posicionar o projeto JAQ Hidrogênio Verde como iniciativa de escala global e estruturante para a transição energética no setor marítimo.

Segundo Paciornik, os acordos com o IPT, que é centro de pesquisa tecnológica, e com o Açu, referência para a cadeia do hidrogênio, visam integrar desenvolvimento tecnológico, produção e abastecimento de hidrogênio, operação logística e aplicação científica em campo. “Isso permite avançar de um protótipo para um modelo operacional completo, replicável e comercialmente viável, capaz de produzir hidrogênio a bordo, se abastecer em hubs estratégicos e realizar expedições científicas com duas embarcações simultaneamente”, afirmou.

O primeiro barco construído como parte do programa, o JAQ H1, foi apresentado na COP 30, em novembro de 2025, em Belém, no Pará. Ele tem 36 metros, motorização híbrida, toda sua hotelaria movida a hidrogênio verde e é capaz de reduzir em até 80% as emissões de CO2. O Grupo Náutica informou que a embarcação iniciou em abril uma viagem de avaliação técnica, partindo da capital paraense para o Sudeste com objetivo de validar a operação da tecnologia de propulsão.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 01/04/2026*



### MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPING.COM](http://MERCOSHIPPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 02/04/2026*